

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NÍVEL MESTRADO

PAULINE WEBBER

A INCLUSÃO DOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR COMO ELEMENTO DE
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TAQUARA
2025

PAULINE WEBBER

**A INCLUSÃO DOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR COMO ELEMENTO DE
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Orientadora: Profa. Dra. Moema Pereira Nunes

TAQUARA

2025

PAULINE WEBBER

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Aprovado em: ____/____/____

BANCA AVALIADORA:

Profa. Dra. Moema Pereira Nunes
Orientadora
Faculdades Integradas de Taquara

Prof. Dr. Roberto Tadeu Ramos Morais
Faculdades Integradas de Taquara – Faccat

Prof. Dra. Dilani Silveira Bassan
Faculdades Integradas de Taquara – Faccat

Prof. Dra. Christiane da Silva Schröder
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

À minha mãe, por fazer questão de estar sempre presente, por me incentivar e apoiar com toda atenção, compreensão e carinho.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer principalmente a Deus por me permitir chegar até aqui. Foram momentos muito sofridos no primeiro ano do mestrado, especialmente devido à dor sacrilíaca, causada pela artrose. Com isso, sentia que era mais difícil alcançar o que queria, pois sentia muita energia negativa – e muitas vezes chorava, pensando em desistir. No entanto, tive o suporte total em relação a isso.

À minha mãe, Zenilda Oliveira Webber, por ser minha acolhedora, por me oferecer carinho, colo, secar minhas lágrimas e me incentivar sempre.

Ao meu pai, Osmar Cardoso Spindler, por ajudar a realizar a cirurgia que me permitiu viver sem dores e ser mais feliz. Se não fosse por você, pai, não sei o que seria de mim.

Ao meu amor, meu companheiro de vida, Samuel Renner, por muitas vezes me socorrer quando as tecnologias falhavam, por me incentivar, me acolher, me amar e estar ao meu lado, tanto nas horas boas quanto nas ruins. Suas compreensões pelas minhas ausências foram essenciais.

À Cibele Fernandes da Costa, minha primeira professora na infância, além de colega e comadre, a quem considero uma segunda mãe. Obrigada por sua paciência, por me explicar várias vezes o andamento da dissertação, especialmente porque, devido às diferenças linguísticas, a orientadora não conseguia esclarecer minhas dúvidas de forma adequada. Como minha orientação era em Língua Portuguesa e eu uso a Língua Brasileira de Sinais, às vezes ficava difícil me comunicar. Você foi fundamental! Gratidão por me atender sempre que precisei para dar andamento à dissertação.

À minha família e aos meus amigos pela compreensão das minhas ausências, principalmente nos finais de semana. Obrigada pelos incentivos e por acreditarem que eu conseguiria concluir o mestrado. Em especial, agradeço à Miriam, pela paciência nas interpretações durante toda a jornada das disciplinas do mestrado. Muitas vezes, suamos para compreender as matérias, já que não existiam sinais específicos para o mestrado, mas criávamos novos sinais. Cada um deles ficará guardado na minha memória.

Também agradeço a Deus por me mostrar uma pessoa incrível no meu caminho: Moema Pereira Nunes, minha professora e orientadora e uma pessoa incrível que trouxe tranquilidade para o andamento da pesquisa. Moema, não tenho palavras para agradecer sua paciência, por me acolher, me incentivar e me orientar. Obrigada por aceitar estar comigo, mesmo com as diferenças linguísticas, e por me ensinar a enxergar minha outra versão de forma linda. Além de ser minha professora/orientadora, sou grata pela sua amizade e confiança. Você mora no

meu coração e sou grata por você ter aparecido na minha vida. Considero você mais do que uma amiga, você é um anjo!

A todos os professores do Mestrado em Desenvolvimento Regional, pela paciência e pelos incríveis ensinamentos que me proporcionaram os conhecimentos necessários para a realização da pesquisa.

Aos meus colegas do mestrado, pelas trocas de conhecimentos e pelas discussões sobre os temas da pesquisa. Vocês são incríveis e me acolheram de uma forma especial.

À Diva (minha pet), por todo o seu carinho, pelas brincadeiras e pelo incentivo para que eu brincasse e descansasse, permitindo-me aliviar minha saúde mental e física para que eu pudesse continuar o andamento da pesquisa.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte da minha pesquisa. Cada um de vocês mora no meu coração – que é pequeno, mas tem espaço para todos que são especiais para mim.

A todos, o meu muito obrigada!

“Enquanto Deus for o meu chão, não há quem me derrube!”

RESUMO

O presente artigo abordou a importância da inclusão nas universidades, destacando a relevância do desenvolvimento regional para melhorar a qualidade de vida. Contudo, evidenciou-se a necessidade de atendimentos especiais para garantir o cumprimento dos direitos e facilitar o processo de aprendizagem, com a acessibilidade proporcionada pelo apoio de profissionais intérpretes de Libras formados. Esta dissertação teve como objetivo analisar como as instituições comunitárias de ensino superior puderam promover a inclusão da comunidade surda, contribuindo para o desenvolvimento regional. A metodologia de pesquisa consistiu em uma pesquisa de campo, com a aplicação de questionários contendo perguntas abertas e fechadas, direcionados a gestores de Instituições de Ensino Comunitárias, seus professores e surdos que estivessem cursando ou já tivessem concluído o ensino superior. A maioria das instituições apresentou estrutura adequada para a inclusão de estudantes surdos, com disponibilidade de intérpretes para todas as atividades necessárias dentro das universidades. As dificuldades de acesso e permanência nas instituições comunitárias incluíram a falta de acessibilidade no vestibular e a escassez de tradutores formados. As oportunidades para melhorar as condições envolveram a carência de formação específica, a falta de capacitação para acolher e ensinar acadêmicos surdos, além da necessidade de maior preparo dos professores para atender a esses alunos e promover a inclusão como parte do desenvolvimento regional. Reconheceu-se a necessidade de uma formação específica no ensino superior para garantir o sucesso dos alunos no mercado de trabalho. Concluiu-se que a acessibilidade foi prejudicada pela falta de conhecimento e pela ausência de cursos específicos para auxiliar a comunidade surda.

Palavras-chave: Educação Superior. Desenvolvimento Regional. Inclusão de surdos. Instituições Comunitárias de Ensino.

ABSTRACT

This article addressed the importance of inclusion in universities, highlighting the relevance of regional development to improve quality of life. However, the need for special services to ensure the fulfillment of rights and facilitate the learning process became evident, with accessibility provided by the support of trained sign language interpreters. This dissertation aimed to analyze how community higher education institutions could promote the inclusion of the deaf community, contributing to regional development. The research methodology consisted of a field study, with the application of questionnaires containing both open and closed questions, directed to managers of Community Education Institutions, their teachers, and deaf individuals who were either studying or had already completed higher education. Most of the institutions showed an adequate structure for the inclusion of deaf students, with the availability of interpreters for all necessary activities within the universities. The difficulties of access and permanence in community institutions included the lack of accessibility in entrance exams and the scarcity of qualified interpreters. Opportunities to improve the conditions included the lack of specific training, the absence of capacity to welcome and teach deaf students, and the need for better teacher preparation to attend to these students and promote inclusion as part of regional development. The need for specific training in higher education was recognized to ensure the success of students in the job market. It was concluded that accessibility was hindered by a lack of knowledge and the absence of specific courses to assist the deaf community.

Keywords: Higher Education. Regional Development. Deaf Inclusion. Community Education Institutions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Construção do roteiro de entrevistas a ser aplicado aos gestores das ICES	40
Quadro 2 – Questionário a ser aplicado aos professores das ICES	41
Quadro 3 – Questionário a ser aplicado aos estudantes surdos	43
Quadro 4 – Estrutura disponibilizada para a inclusão de estudantes surdos	50
Quadro 5 – Sobre um setor responsável pelas atividades de inclusão.....	51
Quadro 6 – Sobre a oferta de suporte tecnológico.....	54
Quadro 7 – Sobre a oferta de intérpretes	55
Quadro 8 – Sobre a oferta de formação em Libras.....	56
Quadro 9 – Sobre professores que se comunicam em Libras.....	56
Quadro 10 – Sobre o apoio no vestibular e/ou processo seletivo.....	57
Quadro 11 – Sobre as dificuldades de acesso.....	60
Quadro 12 – Sobre as dificuldades de permanência.....	61
Quadro 13 – Sobre a preparação dos professores.....	62
Quadro 14 – Sobre a preparação dos técnicos-administrativos.....	63
Quadro 15 – Sobre o desafio da inclusão	64
Quadro 16 – Sobre as dificuldades da inclusão	65
Quadro 17 – Sobre melhorias no processo de aprendizagem.....	68
Quadro 18 – Sobre melhorias nas condições de acesso e permanência	69
Quadro 19 – Sobre adaptações no processo de aprendizagem	70
Quadro 20 – Sobre a contribuição da formação superior para os surdos	74
Quadro 21 – Sobre a redução do capacitismo	75
Quadro 22 – Sobre educação inclusiva.....	76
Quadro 23 – Sobre pedagogia bilíngue	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percepção dos professores sobre estrutura	58
Tabela 2 – Percepção dos estudantes surdos sobre estrutura.....	59
Tabela 3 – Percepção dos professores com relação às dificuldades de acesso e permanência	66
Tabela 4 – Percepção dos estudantes surdos com relação às dificuldades de acesso e permanência.....	67
Tabela 5 – Percepção dos professores com relação às oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência.....	72
Tabela 6 – Percepção dos estudantes surdos com relação às oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência.....	73
Tabela 7 – Percepção dos professores com relação às contribuições potenciais da inclusão para o desenvolvimento regional.....	78
Tabela 8 – Percepção dos estudantes surdos com relação às contribuições potenciais da inclusão para o desenvolvimento regional.....	79

LISTA DE SIGLAS

ABRUC	Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Ensino Superior
CID	Classificação Internacional de Doenças
Faccat	Faculdades Integradas de Taquara
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICES	Instituição Comunitária de Ensino Superior
IFPB	Instituto Federal de Educação da Paraíba
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
Libras	Língua Brasileira de Sinais
NAE	Núcleo de Apoio ao Estudante
NAPI	Núcleo de Apoio Psicológico e Pedagógico Institucional
NAPNE	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
PCDs	peessoas com deficiência
PNB	Produto Nacional Bruto
ProAces	Programa de Acessibilidade
Puc-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campin
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unijuí	Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul
UNISO	Universidade de Sorocaba
Unochapecó	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1	Educação superior e desenvolvimento regional.....	22
2.2	O desenvolvimento como liberdade	25
2.3	A educação superior e as pessoas com deficiência auditiva.....	28
2.3.1	Estudos sobre educação superior e deficiência auditiva na área de ciências sociais aplicadas	33
3	METODOLOGIA	35
3.1	Classificação da pesquisa	35
3.1.1	Classificação quanto à natureza	35
3.1.2	Classificação quanto aos objetivos.....	35
3.1.3	Classificação quanto à abordagem do problema	36
3.2	Procedimentos metodológicos	36
3.3	Unidade de análise.....	37
3.4	Instrumento de coleta de dados.....	39
3.5	Plano de coleta de dados	44
3.5.1	Dos aspectos e procedimentos éticos da coleta de dados	46
3.5.2	Do sigilo, privacidade, confidencialidade e proteção dos dados coletados.....	46
3.6	Plano de análise de dados	46
3.7	Potenciais benefícios e riscos da pesquisa	47
3.8	Da divulgação dos resultados da pesquisa	48
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	49
4.1	Instituições comunitárias de ensino superior e perfil dos professores e surdos participantes da pesquisa.....	49
4.1.1	Análise da estrutura na percepção dos professores	58
4.1.2	Análise da estrutura na percepção dos estudantes surdos	59
4.2	Identificação das dificuldades de acesso e permanência dos surdos nas instituições comunitárias de ensino superior (ICES) na perspectiva dos gestores	60
4.2.1	Percepção dos professores com relação às dificuldades de acesso e permanência	66
4.3	Identificação de oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência dos surdos nas instituições comunitárias de ensino superior	68

4.3.1	Percepção dos professores com relação às oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência.....	71
4.3.2	Percepção dos estudantes surdos com relação às oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência.....	72
4.4	Contribuições potenciais da inclusão de surdos no ensino superior para o desenvolvimento regional.....	74
4.4.1	Percepção dos professores com relação às contribuições potenciais da inclusão para o desenvolvimento regional.....	78
4.4.2	Percepção dos estudantes surdos com relação às contribuições potenciais da inclusão para o desenvolvimento regional.....	79
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
	REFERÊNCIAS	84
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	94
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas a ser aplicado aos gestores das ICES....	96
	APÊNDICE C – Questionários para os professores do ICES.....	98
	APÊNDICE D – Questionários para os estudantes surdos do ICES.....	102

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade e sua contribuição para o desenvolvimento regional é um tema de grande relevância, pois evidencia que, embora possuam necessidades específicas, essas pessoas têm os mesmos direitos que qualquer outro cidadão. Isso inclui acesso à comunicação, cultura, lazer e educação. É imprescindível garantir oportunidades com acessibilidade. Por exemplo, assim como os cinemas precisam dispor de espaços reservados para cadeirantes, os filmes também devem ser legendados para atender às necessidades das pessoas surdas (Maciel, 2000).

A deficiência das pessoas surdas é a auditiva, diagnosticada por um profissional de fonoaudiologia. O exame de audiometria permite identificar a condição do paciente e mensurar o grau da perda auditiva, que pode ser classificada como leve, moderada, severa ou profunda, além de bilateral ou unilateral. De acordo com o IBGE, em 2010, havia cerca de 10 milhões de pessoas surdas no Brasil (Brasil, 2023).

A sociedade deve promover a inclusão de pessoas surdas no ensino, com destaque para o ensino superior. A educação inclusiva é um método que prevê adaptações pedagógicas, como o acompanhamento de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras). No contexto do ensino superior, a educação inclusiva desempenha um papel essencial ao proporcionar aos surdos o acesso ao aprendizado necessário para a formação na área profissional escolhida para o futuro. Como profissionais qualificados, as pessoas surdas têm direito à inclusão educacional, garantindo a oportunidade de compartilhar experiências em condições de igualdade com todos. Esse espaço inclusivo representa um importante avanço para a promoção da igualdade dentro da sociedade, independentemente da língua utilizada (Marconcin *et al.*, 2013).

O capacitismo frequentemente limita a inclusão das pessoas com deficiência. Esse comportamento ocorre quando a sociedade presume que essas pessoas são incapazes ou têm sua capacidade reduzida, além das limitações relacionadas à deficiência. Na convivência social, as pessoas com deficiência compartilham os mesmos espaços que as demais. Por exemplo, um médico pode diagnosticar uma doença que afeta a visão, resultando em uma deficiência visual. Nesse caso, a deficiência está relacionada ao problema de saúde que a originou. Por outro lado, há pessoas que já nascem com uma deficiência e, para elas, essa condição é a sua normalidade, de modo que muitas vezes não percebem a deficiência como algo limitante. Já as pessoas que adquirem uma deficiência ao longo da vida precisam passar por um processo de adaptação para viver plenamente na sociedade. Em ambas as situações, as limitações são específicas à deficiência, sem influenciar os demais aspectos da pessoa. Contudo, o capacitismo reforça

preconceitos ao ignorar essa distinção e reduzir o indivíduo à sua condição (Marchesan; Carpenedo, 2021).

Além das dificuldades enfrentadas pela educação inclusiva, mesmo com a existência de legislações que garantem o direito ao acompanhamento por intérpretes de Libras, é fundamental assegurar a presença desses profissionais no ensino superior. Eles desempenham um papel essencial ao acompanhar os alunos surdos nas disciplinas do curso escolhido, permitindo que esses estudantes realizem plenamente suas atividades acadêmicas durante a graduação (Guimarães *et al.*, 2020).

A inserção da comunidade surda na sociedade reflete o direito de acesso à cultura, comunicação e informação, possibilitado pela Libras, a qual desempenha um papel fundamental ao viabilizar a comunicação e a troca de informações, destacando a importância da relação interpessoal e do cuidado com as necessidades de pessoas que requerem atendimentos especializados. Sua adoção é respaldada por políticas públicas voltadas à inclusão e à acessibilidade (Burnett; Mota; Silva, 2021).

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade é um tema central para o desenvolvimento regional. Assim, para garantir a igualdade social, é essencial promover a valorização da diversidade regional, reconhecendo as especificidades de cada grupo e região (Etges; Degrandi, 2013).

No ensino superior, a inclusão de pessoas surdas depende diretamente da atuação dos atores envolvidos nesses processos. Políticas públicas têm fomentado o acesso e a participação dessas pessoas em instituições públicas e privadas, assegurando inclusão educacional e social por meio de práticas preparatórias e acessíveis (Carvalho; Gumbowsky, 2019).

O desenvolvimento regional compreende fenômenos diversos, múltiplos e complexos. A sociedade ainda tem pouco conhecimento sobre o desenvolvimento regional e estudos relacionados, sendo preciso avanços com produção de excelência para que os conhecimentos sobre o tema cheguem até a sociedade (Mattedi, 2014).

A área de desenvolvimento regional possui um caráter interdisciplinar, com uma tendência a se articular com outras áreas de conhecimento. O desenvolvimento regional busca a redução das desigualdades (Theis, 2020). Além disso, Portuguez (2018) aponta que ele representa o espaço do produto social que busca reproduzir a produção do ciclo sem fim, portanto, depende da evolução do conteúdo, acontecendo a partir da movimentação da produção e assumindo características diferentes, como socioambientais e político-econômicas.

A liberdade consiste na capacidade de alcançar aquilo que se deseja, valorizando as realizações conquistadas. Quanto mais ampla for a liberdade, maiores serão as oportunidades

de alcançar realizações e concretizar desejos. Dessa forma, é possível transformar positivamente a sociedade, valorizando aquilo que realmente importa. Nesse sentido, Sen (2018, p. 26), refere que “[...] ter mais liberdade para fazer as coisas que são justamente valorizadas é (1) importante por si mesmo para a liberdade global da pessoa e (2) importante porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos”. Nesse sentido, a educação é essencial para promover a alfabetização e garantir a liberdade como base da cidadania, em consonância com as políticas públicas, haja vista que possibilita uma vida mais plena e integrada à sociedade, permitindo o desenvolvimento de habilidades como comunicação, leitura e escrita, fundamentais para as atividades cotidianas, individuais e coletivas. Além disso, a educação desempenha um papel central na produção e no crescimento econômico, assegurando o acesso aos direitos sociais por meio de políticas públicas inclusivas e de qualidade. Investir em educação é indispensável para a evolução da liberdade individual e coletiva, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e das condições de pobreza.

De acordo com Reymão e Cebolão (2017, p. 7), “[...] portanto, a educação é fundamental para o aproveitamento e a formação das capacidades humanas. O exercício desse direito social ou garantia protetora é que gera os instrumentos e as capacidades para o exercício da autonomia e da liberdade, tirando o indivíduo da absoluta pobreza”.

A comunidade surda tem como pilares a busca por liberdade e justiça. Seus membros enfrentam preconceitos e barreiras de acesso que limitam tanto sua liberdade quanto sua capacidade de desenvolvimento. Essas restrições dificultam não apenas o crescimento individual, mas também a colaboração nos âmbitos político, social e econômico. Diante desse cenário, a comunidade surda busca continuamente alcançar liberdade e oportunidades sociais por meio de políticas públicas que promovam a igualdade de direitos para todos (Silva, 2020).

A inclusão de pessoas com deficiência auditiva exige que sua realidade seja reconhecida pela sociedade. Nesse sentido, é fundamental expor a realidade da deficiência, sem ocultar suas limitações, mas valorizando as diferenças e necessidades específicas. Somente dessa forma é possível garantir a defesa da igualdade de direitos e da dignidade dessas pessoas (Tonini; Lopes, 2016). Além disso, conforme citam Carvalho e Gumbowsky (2019), a inclusão dos surdos no ensino superior não contribui apenas com o crescimento econômico, reduzindo os desequilíbrios sociais. Ela melhora a qualidade de vida da comunidade surda e atende suas necessidades especiais, promovendo o desenvolvimento regional.

Para melhor posicionar o objeto da pesquisa, foi realizada uma consulta ao Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, em agosto de 2023, utilizando como filtro a grande área de conhecimento "Ciências Sociais Aplicadas". Ao inserir a palavra-chave "surdo", foram

encontradas 31 publicações. Com as palavras "deficiente auditivo", foram identificadas 14 publicações, e com "deficiência auditiva", foram localizadas 45 publicações, totalizando 90 dissertações e teses. Destas, apenas oito estão vinculadas a Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, publicadas entre os anos de 2019 e 2021. A acessibilidade dos surdos aos espaços públicos foi abordada por Bueno (2019) e Santana (2021). A acessibilidade aos serviços públicos foi analisada de forma ampla por Silva (2019) e com um recorte específico em idosos por Mansur (2020). Moraes (2020) investigou a acessibilidade das crianças surdas no âmbito municipal, enquanto Rosa (2021) abordou a inclusão social de surdos por meio do esporte. Goerck (2019) investigou a acessibilidade comunicativa na televisão.

Ao analisar os temas investigados, percebe-se que o estudo sobre a inserção de surdos no ensino superior ainda não foi abordado nas dissertações e teses da área de Desenvolvimento Regional.

A comunidade surda conta com amparo legal para garantir que, durante a formação no ensino superior, seja assegurada a acessibilidade por meio de profissionais intérpretes de Libras, viabilizando o acesso a uma formação qualificada. Esses profissionais acompanham o acadêmico nas disciplinas do curso de graduação escolhido, possibilitando que ele se prepare para contribuir de forma qualificada com a sociedade.

O direito à participação da comunidade surda baseia-se na satisfação de suas necessidades, assegurando-lhes igualdade de condições na sociedade. Isso implica garantir o acesso aos direitos fundamentais, assim como qualquer outro cidadão. Os surdos se diferenciam apenas pelos limites da audição, utilizando a visão como principal meio de comunicação (Ribeiro; Cabello; Lins, 2020).

A igualdade pressupõe o respeito a todas as pessoas, com ou sem deficiência, reconhecendo suas individualidades e garantindo um tratamento integral. De acordo com Felipe (2006, p. 39):

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro traduz-se no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional.

O acesso dos surdos ao ensino superior decorre de ações de políticas públicas que representam as conquistas da comunidade na luta por seus direitos, no caso, o direito à educação. Essas políticas públicas permitem atender à necessidade da comunidade surda de

forma eficiente, expandindo limites de acessibilidade e permitindo que os surdos tenham as mesmas condições que a população em geral (Teixeira, 2019).

A falta de conhecimento sobre as pessoas com deficiência fez com que elas fossem excluídas. Devido à falta de preparo das pessoas e do método de ensino para o atendimento das necessidades dos surdos, muitos acreditavam que eles eram incapazes de aprender (Silva, 2019).

Além do direito de acesso ao ensino superior, os surdos também precisam garantir seu direito de acesso à sociedade. Esse acesso representa a liberdade de escolha e aceitação em um ambiente acessível e inclusivo, com oportunidades e igualdade, assim como qualquer outra pessoa, refletindo o respeito por todos os indivíduos (Coqueiro, 2020).

A Lei nº 12.881, de 12 de dezembro de 2013 (Brasil, 2013), destaca a importância do processo de regulação que precisa ser analisado pelas Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES). Embora o Estado brasileiro reconheça que a institucionalização do ensino superior seja distinta entre as universidades públicas e as instituições privadas, é fundamental que tanto o setor público quanto o privado promovam a inclusão e o acesso de pessoas com deficiência.

De acordo com Lückmann e Cimadon (2015, p. 4): “Ao reconhecer tais características, a Lei consagra o caráter público não estatal reivindicado pelas instituições comunitárias, admitindo a existência de um novo modelo de educação superior, diferenciado, em sua natureza e configuração, de outros modelos jurídicos existentes no país”.

O desenvolvimento regional ocorre no território local, promovendo atividades que geram um aumento no consumo de alunos, docentes e funcionários. A contribuição da universidade para o desenvolvimento regional depende da presença de um grande número de alunos, o que impulsiona o início de negócios e a produção de serviços necessários à comunidade local, tanto pelos acadêmicos quanto pelos cursos oferecidos.

Com relação à importância das ICES, Paim e Yamaguchi (2016, p. 9) destacam: “De acordo com o modelo proposto, a força estruturante das competências para o êxito territorial se dá a partir do indivíduo, e as universidades, tornam-se instituições pela ação individual na ação coletiva que as legitima como fonte apta a auxiliar no desenvolvimento de uma região”.

Considerando que existem políticas públicas voltadas para apoiar a inclusão dos surdos no ensino superior, incluindo o acesso a essas instituições, e que as universidades comunitárias desempenham um papel central no desenvolvimento regional, o seguinte problema de pesquisa é apresentado: como as instituições comunitárias de ensino superior podem promover a inclusão da comunidade surda, contribuindo para o desenvolvimento regional?

O objetivo geral desta dissertação consiste em: analisar como as instituições comunitárias de ensino superior podem promover a inclusão da comunidade surda de forma a contribuir para o desenvolvimento regional

Os objetivos específicos desta dissertação são:

- a) caracterizar a estrutura disponibilizada pelas instituições comunitárias de ensino superior para a inclusão dos acadêmicos surdos;
- b) identificar as dificuldades de acesso e permanência dos surdos nas instituições comunitárias de ensino superior na perspectiva dos gestores, professores e acadêmicos surdos;
- c) identificar oportunidade para melhorar as condições de acesso e permanência dos surdos nas instituições comunitárias de ensino superior; e
- d) revelar as contribuições potenciais desta inclusão para o desenvolvimento regional.

Existem três legislações principais que apoiam a comunidade surda. A primeira é a Lei nº 12.319, que regulamenta a formação profissional do tradutor e intérprete de Libras. Esse profissional atua na tradução entre a Língua Brasileira de Sinais e a língua oral, facilitando a comunicação entre surdos e ouvintes. Ao realizar a tradução, ele transmite informações entre as comunidades surda e ouvinte, desempenhando um papel fundamental na inclusão social e na acessibilidade da comunicação (Brasil, 2010).

A Lei nº 13.146/2015 assegura os direitos das pessoas com deficiência (PCDs). Ela estabelece que a pessoa com deficiência deve ser tratada com igualdade na sociedade, gozando dos mesmos direitos e liberdades que todos os indivíduos, com o objetivo de eliminar as barreiras que impedem sua plena participação. De acordo com a lei, todos têm direito ao acesso, à liberdade e à comunicação. As oportunidades sociais devem ser oferecidas a todos, sem discriminação em relação às PCDs. O Estado deve garantir essas ofertas, assegurando igualdade e prioridade quando necessário (Brasil, 2015). No entanto, embora a legislação determine como obrigatório o suporte para a inclusão no ensino superior, a comunidade surda ainda enfrenta a escassez de profissionais intérpretes de Libras, que nem sempre estão disponíveis para acompanhar os surdos nas disciplinas. Essa foi a realidade vivenciada pela autora deste trabalho.

Durante a graduação em Fisioterapia, concluída pela autora deste trabalho, foi possível perceber que um dos desafios enfrentados era a falta de sinais específicos da área da saúde por parte dos profissionais intérpretes de Libras. Como a pesquisadora foi a primeira pessoa surda

a cursar Fisioterapia na instituição de ensino superior, ela e os intérpretes trabalharam juntos para criar os sinais necessários, facilitando a tradução e a compreensão da disciplina. Em uma das disciplinas, foi elaborado um minidicionário com sinais relacionados à área da saúde, em colaboração com a professora da disciplina, com o objetivo de que outros surdos também possam acessar esses sinais prontos.

Muitas vezes, os professores explicavam o conteúdo enquanto demonstravam técnicas e práticas simultaneamente, mas a autora não conseguia acompanhar tanto a prática quanto a tradução da intérprete ao mesmo tempo. Nesses momentos, era explicado aos professores: "*Primeiro, mostre e depois explique, ou faça o contrário, pois não consigo acompanhar ambos ao mesmo tempo*". Além disso, a intérprete se preocupava com o fato de muitas palavras serem novas para a autora. Por isso, foi necessário participar de monitorias diversas vezes para compreender melhor as disciplinas.

A cada novo semestre, havia a troca de intérpretes devido à disponibilidade de horários para acompanhá-la nas disciplinas, o que exigia que a pesquisadora ensinasse os sinais para a nova intérprete. Na maioria das vezes, foram os intérpretes que adaptaram a metodologia de ensino para que a autora pudesse acompanhar as aulas, pois os professores não estavam preparados para auxiliá-la. Somente quando a pesquisadora iniciou o estágio é que foi adquirido um equipamento adaptado (estetoscópio para surdos), permitindo-lhe realizar a medicação de forma visual. Esse equipamento foi utilizado tanto no estágio na clínica quanto nos hospitais.

Quando a pesquisadora iniciou a segunda graduação em Formação Pedagógica de Letras Libras em outra instituição de ensino, não havia intérprete disponível para acompanhá-la. Foi necessário entrar em contato com uma advogada para acionar a instituição. Felizmente, não foi necessário recorrer a um processo, pois a instituição disponibilizou o intérprete. No entanto, na maioria das aulas e nos dias de prova, o intérprete não estava disponível. Embora não tenha sido reprovada, a pesquisadora acabou perdendo muito conteúdo devido a essa falta de apoio.

Diante do exposto, o tema desta pesquisa surge a partir da experiência pessoal da pesquisadora e da análise, por meio da pesquisa científica, de que este não é um problema isolado. A inserção de pessoas surdas no ensino superior, proporcionando-lhes oportunidade de qualificação, representa uma chance de futuro e liberdade para a comunidade surda. Assim, oferecer oportunidades para o desenvolvimento dos surdos permitirá que eles contribuam de forma efetiva para o desenvolvimento regional, uma função essencial das instituições comunitárias de ensino superior, que, no exercício de suas atividades, buscam apoiar suas localidades e todos os seus habitantes.

O desenvolvimento desta pesquisa de Mestrado compreendeu uma pesquisa aplicada, descritiva e com abordagem qualitativa e quantitativa. Uma pesquisa bibliográfica sustentou o desenvolvimento da fundamentação teórica e a pesquisa empírica, a qual empregou a técnica de pesquisa de campo. Foi feita uma delimitação na investigação das Instituições de Ensino Comunitárias associadas à Abruc. Após o contato com as instituições, obteve-se o retorno e a efetivação participação de sete ICEs. Também foram coletados dados com professores de ICEs e estudantes surdos que fosse, ou tivessem sido estudantes destas instituições. Os dados foram analisados usando análise interpretativa (dados qualitativos) e análise com estatística descritiva (dados quantitativos), de tal forma que fosse possível atender aos objetivos da pesquisa.

Na sequência desta introdução, apresenta-se a fundamentação teórica (Capítulo 2), seguida pela metodologia de pesquisa (Capítulo 3). No Capítulo 4, analisam-se os dados coletados, os quais foram organizados conforme os objetivos específicos do estudo. As Considerações Finais são expostas posteriormente, seguida pelas Referências e Apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo compreende uma investigação sobre a relação entre educação superior e o desenvolvimento regional, bem como a educação superior de pessoas com deficiência auditiva.

2.1 Educação superior e desenvolvimento regional

A educação superior contribui para o desenvolvimento regional. De acordo Rota Júnior (2016, p. 4):

Faz-se necessário refletir sobre a pressão que tal processo acabou por criar com relação ao acesso à escolarização, bem como, e principalmente, sobre a capacidade de a cidade responder a tal demanda, que, como se verá adiante, era a princípio bastante limitada, sobretudo pela ausência de professores habilitados.

A educação contribui para o desenvolvimento regional ao promover a inovação, o crescimento econômico e tecnológico. Além disso, favorece o desenvolvimento das habilidades humanas, e o aumento no nível de educação da população oferece às pessoas melhores oportunidades no mercado de trabalho, decorrentes de sua qualificação. O estudo é o primeiro passo para melhorar a qualidade de vida das pessoas (Souza *et al.*, 2014).

O crescimento econômico viabiliza o desenvolvimento da educação, melhorando a qualidade de vida por meio da qualificação, do acesso ao conhecimento e da liberdade de escolhas. Para tanto, a educação é o caminho para que o conhecimento seja transmitido à sociedade, contribuindo para a promoção de inovações tecnológicas nas empresas e, com isso, promovendo mudanças nas políticas públicas e nas práticas empresariais (Chiarello, 2015).

De acordo com Rota Júnior (2016, p. 6):

Nesse sentido, alguns aspectos começam a surgir no cenário político da época, como a defesa da industrialização, o investimento em infraestrutura, principalmente energia e transportes, e a defesa da escolarização extensiva a parcelas maiores da população. Nesse quesito, a educação é reconhecida como uma variável a ser considerada essencial à política desenvolvimentista, na trilha da modernização do país, apesar das restrições estatais ao ensino superior no Norte de Minas.

A educação é fundamental para o desenvolvimento econômico e a modernização das regiões, pois melhora as condições de vida da população (Rota Júnior, 2016). No contexto do desenvolvimento regional, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a educação possibilita, dentro do território, a promoção da educação, da cultura, do lazer e das ciências, por meio dos processos de aprender a conhecer,

aprender a fazer, aprender a viver em conjunto e aprender a ser. Ainda, qualifica as pessoas e contribui para a redução da pobreza, como afirmam Gumbowsky *et al.* (2020, p. 2):

Desenvolvimento e educação sempre foram pautas de discussão de vários setores. Uma educação de qualidade requer investimentos, recursos e mecanismos que reflitam de forma positiva no desenvolvimento de uma determinada região. A educação reflete na capacidade de investimentos sociais e econômicos indispensáveis aos seres humanos para que se tenha a diminuição da desigualdade.

Ainda de acordo com Gumbowsky *et al.* (2020, p. 7):

A UNESCO (1998) considera que a educação é a chave para o desenvolvimento, que deve ser ofertada para todos ao longo de toda a vida e é uma possibilidade mais próxima de combater o problema do subdesenvolvimento. Ressalta, ainda, as quatro aprendizagens básicas que necessitam ser estimuladas: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. Com isso, objetiva minimizar desafios como a erradicação do analfabetismo, educação de qualidade e redução da pobreza.

Por sua vez, Cavalcante (2007) e Cima e Amorim (2007) *apud* Sousa e Freiesleben (2018, p. 4) revelam:

Entre as teorias que discorrem sobre o desenvolvimento regional, temos: a teoria da localização, que, baseada nos baixos custos com transportes, impulsiona o crescimento econômico; e a teoria dos lugares centrais fundamentada nos fatores de aglomeração, que se justifica por meio da indústria como impulsionadora de polos de crescimento heterogêneos no espaço geográfico, onde o crescimento possui intensidades variáveis diversificando os canais e efeitos finais sobre a economia.

Sousa e Freiesleben (2018, p. 6) complementam:

Entende-se que neste caso a preocupação educacional aponta pela via da qualificação, cujo papel central é o aumento da produtividade, onde a maioria da população se presta a exercer atividades rotineiras, de baixa capacidade intelectual, isso porque, de acordo com Smith (2012, p. 127), “Numa sociedade civilizada, são apenas os extremamente pobres que fazem por ofício o que outra sorte de pessoas procura por passatempo”.

É fundamental promover a educação para melhorar a economia e, assim, garantir a qualificação da população, uma vez que o conhecimento tem o poder de transformar o mundo. Como o crescimento econômico é impulsionado pela tecnologia, é necessário que as pessoas compreendam como produzir de forma mais eficiente, transformando ideias em produtos por meio da inteligência humana (Sousa; Freiesleben, 2018).

O desenvolvimento, por meio da educação, é uma forma de transformação. A educação combate a desigualdade na sociedade quando seu acesso é oferecido de maneira igualitária. Todos devem ter a possibilidade de aprender, o que é garantido por meio de políticas públicas (Rota Júnior, 2008).

O Desenvolvimento Regional resulta de um processo socioeconômico por meio do qual são criadas tecnologias e indústrias. A produção, no território, promove transformações na estrutura da sociedade. A mão de obra qualificada é valorizada no processo de desenvolvimento, tanto para a produção de bens quanto para o melhor aproveitamento do capital (Vieira, 2017).

A promoção da economia, da cultura e do meio ambiente são objetivos essenciais do Desenvolvimento Regional. A utilização do território por meio de estruturas de produção garante o acesso a alimentos, matérias-primas e diversos produtos. O ciclo produtivo é sustentado pela produção realizada pelas pessoas, em um processo constante (Dias; Silva; Gianezini, 2018).

A educação desempenha um papel fundamental na discussão sobre o Desenvolvimento Regional. O acesso à educação é um direito social para a população, e o ambiente educacional é um espaço de aprendizagem essencial para todos. Compete aos atores políticos a formação de profissionais capacitados para a educação (Seddon; Lino, 2021).

A política educacional deve compreender a história, a geografia, a economia e outros aspectos locais, para que o estudo do espaço em que a educação está inserida contribua para o Desenvolvimento Regional. A diversidade de conhecimentos pode, assim, apoiar essa evolução.

De acordo com Silva, Quinteiros e Araújo (2013, p. 12): “Pensar o espaço regionalizado em uma perspectiva histórica significa discutir os seus usos a partir de contribuições, não somente da História, mas também das várias ciências sociais, com destaque para a Geografia e a Economia”.

A educação sempre foi crucial para o Desenvolvimento Regional, apoiando as transformações que visam o bem-estar da sociedade, além de reduzir a pobreza e a desigualdade. Para tanto, deve abranger todos os aspectos necessários para a qualidade do crescimento do conhecimento, sendo o planejamento o responsável por esse processo. O conhecimento ensina a responsabilidade ao utilizar o espaço, considerando os aspectos culturais e sociais, os quais dependem de políticas públicas (Silva, J.; Silva, O., 2019).

A educação apoia o desenvolvimento regional ao sustentar a transmissão do conhecimento. De acordo com Teles (2021, p. 15):

Se vivemos em uma sociedade do conhecimento, se nosso tempo é reconhecido como era do conhecimento, a educação, assim como a ciência e a tecnologia, obrigatoriamente, é vista como a base que garante a cidadania e o avanço tecnológico e científico do mundo e das regiões.

O desenvolvimento econômico é um processo dinâmico de mudança impulsionado pelas transformações que ocorrem em grupos sociais. Madureira (2015) aponta que esse processo social conduz ao crescimento econômico, beneficiando diretamente as pessoas envolvidas. Por sua vez, Bellingieiri (2017) refere que o avanço no desenvolvimento econômico exige discussão, criação e antecipação de soluções para os desafios da economia local. Desse modo, a transformação da produção, por meio das atividades realizadas pela população no território, promove crescimento sustentável com a continuidade das práticas produtivas, segundo Bellingieiri (2017).

No campo da educação, as universidades desempenham um papel central ao impulsionarem transformações no meio ambiente e na sociedade: apoiam a produção de conhecimentos que beneficiam diretamente a sociedade. Nesse contexto, destaca-se a relevância de projetos de desenvolvimento alinhados à produção de saberes, fundamentais para o processo de aprendizagem, como informam Lara e Carniello (2018).

As políticas voltadas para o ensino superior devem respeitar o desenvolvimento das cidades e dos territórios locais. Assim, conforme Costa (2012), é essencial que as universidades estejam situadas em áreas com infraestrutura urbana adequada, garantindo acesso facilitado e promovendo a qualificação de profissionais das comunidades vizinhas.

A confiança entre os atores locais também desempenha um papel crucial no fortalecimento da cooperação comunitária para a promoção do desenvolvimento regional. Quanto maior a confiança, maior a probabilidade de engajamento coletivo e trabalho em equipe (Menezes; Carniello, 2016).

Por fim, Theis (2020) menciona que o desenvolvimento regional é um processo contínuo e intrinsecamente político, ligado ao uso do espaço pela população. O autor refere que ele envolve não apenas o estímulo à produção de bens materiais e econômicos, como também o compromisso constante com a redução das desigualdades.

2.2 O desenvolvimento como liberdade

O desenvolvimento, associado ao crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), exige o aumento das rendas pessoais, a industrialização, o avanço tecnológico e melhorias nos aspectos sociais. Nesse contexto, a liberdade como promotora do desenvolvimento depende de fatores como economia, educação, saúde, políticas públicas e direitos civis. Esses elementos devem ser promovidos para que a população possa participar ativamente do processo de

desenvolvimento. A liberdade também implica combater a pobreza, gerar mais oportunidades econômicas e garantir direitos e serviços públicos essenciais (Sen, 2018).

Sen (2018) também aponta que a ausência de desenvolvimento como liberdade acarreta prejuízos significativos, como pobreza econômica, fome e sede. Elementos básicos, como moradia, acesso à água tratada e vestuário adequado, são essenciais para a promoção do desenvolvimento. Para que o desenvolvimento reflita liberdade, é necessário integrar aspectos socioeconômicos, serviços públicos e assistência social, com saúde e educação como pilares fundamentais (Sen, 2018).

A liberdade desempenha um papel central na busca por uma vida melhor, que depende de políticas públicas voltadas à qualidade de vida. É importante reconhecer que a riqueza contribui para essa melhoria, sendo um fator condicionante para o desenvolvimento como liberdade. O progresso, portanto, depende da acumulação de riqueza, do crescimento do PNB e do fortalecimento de condições socioeconômicas que sustentem a qualidade de vida da população. Além disso, o desenvolvimento como liberdade exige a capacitação das pessoas, que são as responsáveis pela produção que impulsiona o crescimento econômico (Sen, 2018).

O direito a políticas públicas e econômicas é pouco reconhecido pela população, embora sua compreensão seja essencial para análise e aplicação efetiva. O crescimento econômico pode contribuir para o aumento da renda pessoal, viabilizando o financiamento de seguridade social e iniciativas governamentais ativas (Sen, 2018). O desenvolvimento humano é parte integral do processo de expansão da educação, dos serviços de saúde e de outras condições essenciais à vida. Países com melhores condições de saúde e educação, como a China, destacam-se na qualidade de vida da população. Por outro lado, no Japão, o desenvolvimento econômico não foi plenamente acompanhado pela valorização dos aspectos sociais (Sen, 2018).

A questão da incapacidade é complexa e merece atenção, especialmente em relação à população de baixa renda. Para aqueles que vivem com o salário-mínimo, as dificuldades para alcançar uma boa qualidade de vida são inúmeras (Sen, 2018). Além disso, problemas ambientais, como a poluição gerada pela exploração descontrolada do meio ambiente, prejudicam tanto o ecossistema quanto a sociedade. Esse desequilíbrio impacta a coesão comunitária, elemento fundamental do capital social, e reflete uma incapacidade de atingir plenamente o potencial das funções sociais e ambientais (Sen, 2018).

A análise das causas da pobreza é crucial para o desenvolvimento de liberdades que possam melhorar as condições de vida da população. Isso envolve a promoção de direitos socioeconômicos, econômicos e o acesso à justiça social (Sen, 2018).

As desigualdades raciais também são evidentes nas taxas de mortalidade. A mortalidade entre negros é 1,8 vezes maior do que entre brancos. Mulheres negras apresentam uma taxa de mortalidade quase três vezes maior que a de mulheres brancas e, quando comparadas aos homens negros, a taxa de mortalidade é ainda mais elevada, evidenciando disparidades que resultam em mulheres negras morrendo mais jovens do que as mulheres brancas (Sen, 2018).

A liberdade é essencial para o desenvolvimento, pois está diretamente relacionada à produção econômica e às análises no campo da política e da sociedade. Valorizar o desenvolvimento como liberdade é crucial para destacar sua importância na promoção de melhores condições de vida e igualdade (Pansieri, 2016).

O desenvolvimento é um processo que abrange o crescimento do PNB, a industrialização, o avanço tecnológico e a modernização social. Para que esse processo seja efetivo, é fundamental que a população tenha acesso a oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais, boa saúde e educação. Promover o desenvolvimento da liberdade é essencial para melhorar a qualidade de vida da população, tornando-a mais inclusiva e garantindo a acessibilidade aos espaços sociais e econômicos (Silva, 2010).

O desenvolvimento humano está diretamente ligado à ampliação da liberdade e ao acesso a espaços e oportunidades. Essa liberdade reflete a capacidade de cada indivíduo de fazer escolhas que valorizam, atendendo aos seus desejos e aspirações. Segundo Aristóteles, muitas vezes as pessoas não reconhecem a importância da liberdade, o que pode levar a escolhas equivocadas. Isso faz com que a busca pela felicidade se torne ilusória, resultando na perda do que realmente importa para alcançar uma vida plena (Máximo, 2018).

A liberdade também é o alicerce das lutas por políticas públicas eficazes. A organização e a convivência social dependem de cidadãos conscientes e orientados. Sem liberdade, as sociedades ficam desorientadas e incapazes de compreender os avanços necessários. Nesse sentido, a liberdade é essencial para estruturar políticas públicas e alcançar objetivos que promovam a cidadania e o desenvolvimento (Fröhlich, 2013).

Na democracia, a liberdade é indispensável para garantir igualdade, justiça e respeito à diversidade. Uma política bem estruturada, que considere os direitos de diferentes populações, é crucial para enfrentar as dificuldades sociais e reduzir a pobreza. A liberdade, nesse contexto, significa a capacidade de decidir e agir de forma respeitosa e igualitária, valorizando os espaços e as relações sociais (Werle, 2012).

O desenvolvimento só é possível com a participação ativa do ser humano. Isso requer oportunidades em áreas como economia, saúde, educação e política, bem como instituições sólidas que promovam escolhas conscientes. A liberdade é um componente essencial desse

processo, pois permite que os indivíduos façam escolhas que impulsionam o progresso e contribuam para melhorar os espaços em que vivem (Wentroba; Botelho, 2021).

O conceito de desenvolvimento como liberdade está intrinsecamente ligado à transformação social. Para colocá-lo em prática, é necessário investir na educação e na criação de oportunidades que beneficiem toda a sociedade. A liberdade não apenas transforma vidas individuais, mas também os espaços sociais, promovendo segurança e garantindo o exercício dos direitos políticos. Essa transformação é essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva (Mozetti, 2018).

2.3 A educação superior e as pessoas com deficiência auditiva

De acordo com Coqueiro (2020, p. 29):

Atualmente, de acordo com o IBGE (2010), 24% da população declara apresentar alguma deficiência, e dentro deste conjunto, há 10 milhões de pessoas que se declaram com deficiência auditiva. O site da ADAP, baseado nos dados referentes à estimativa do Censo 2010, expõe que as pessoas surdas representam, na sociedade brasileira, 5,1% da população.

No passado, as famílias frequentemente escondiam pessoas surdas, mantendo-as isoladas em casa por vergonha. A comunicação por meio de gestos era considerada "feia" e depreciativamente chamada de mímica. Muitas crianças surdas cresciam isoladas e, ao tentarem se comunicar, enfrentavam dificuldades em ser compreendidas. Essa falta de entendimento gerava frustração, levando as crianças a se sentirem nervosas ou incompreendidas, e, em muitos casos, eram equivocadamente consideradas como portadoras de deficiência mental. Essa situação reflete os inúmeros desafios enfrentados por pessoas surdas, não apenas em relação à comunicação, mas também na sua integração à sociedade (Teixeira, 2019).

Segundo Teixeira (2019), a comunicação das pessoas surdas ocorre predominantemente por meio de sinais, que utilizam a visão, expressões faciais e movimentos corporais como apoio aos gestos, tornando-se um sistema completo e eficaz. O autor salienta que o termo "surdo-mudo" é incorreto e inadequado para se referir à comunidade surda, pois os surdos não possuem problemas nas cordas vocais. Eles conseguem chorar, rir, gritar e utilizar suas cordas vocais sem barreiras físicas. A escolha de comunicar-se por sinais deve-se ao fato de não conseguirem ouvir os sons das próprias vozes ou das vozes de outras pessoas. Vale destacar que alguns surdos conseguem aprender a falar palavras corretamente por meio de treinamento contínuo e específico (Teixeira, 2019).

De acordo com Duarte (2013, p. 2):

Por esta lacuna de dados locais, contou-se apenas com valores nacionais que apontam para o crescimento do número de matrícula de alunos com deficiência no ensino superior de uma forma geral. Segundo o Censo da Educação Superior MEC/INEP (BRASIL, 2012), havia, neste ano, 22.455 matrículas de alunos com deficiência no ensino superior, sendo deste total, 16.790 nas Instituições Privadas de Ensino Superior e 4.437 nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Os dados evidenciam a significativa quantidade de pessoas com deficiência que buscam o ensino superior, incluindo aquelas com deficiência auditiva, foco desta pesquisa.

Sabe-se que a comunidade surda vive em um mundo predominantemente composto por ouvintes, o que demanda adaptações, como o uso da Língua Brasileira de Sinais. Enquanto alguns surdos dependem integralmente de sua própria língua para se comunicar e necessitam de intérpretes, outros conseguem se expressar oralmente. Independentemente do grau de surdez, o que diferencia a comunidade surda da ouvinte é apenas a forma de comunicação.

De acordo com Marconcin *et al.* (2013, p. 2):

Para que o aluno surdo possa ingressar no ensino superior e seja incluído é preciso respeitar sua especificidade linguística, levando-o a aprender e adquirir conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento acadêmico e profissional, proporcionando igualdade de oportunidades de aprendizagem como os ouvintes, por ter direitos iguais de receber um ensino de qualidade.

Em 1880, o Congresso de Milão decretou a proibição do uso de sinais no processo de ensino-aprendizagem de pessoas surdas. Na época, a comunidade científica e médica acreditava que os surdos desenvolveriam a fala por meio da restrição ao uso de sinais. A premissa era de que, pela necessidade forçada de comunicação, os surdos aprenderiam a falar. Apenas a leitura labial era permitida. Essa abordagem, no entanto, impunha grandes dificuldades para que a comunidade surda conseguisse aprender e se desenvolver plenamente (Marconcin *et al.*, 2013).

No Brasil, durante o período imperial, D. Pedro II criou a primeira instituição dedicada à comunidade surda: o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que existe até hoje. Essa instituição foi fundamental no apoio às pessoas surdas e contribuiu significativamente para o desenvolvimento da Libras. A Libras, considerada a segunda língua oficial da comunidade surda, instituiu o "bilinguismo", facilitando o acesso à educação por essa população. Contudo, apenas em 24 de abril de 2002 foi aprovada a Lei nº 10.436, que reconheceu oficialmente a Libras como língua da comunidade surda no Brasil. Essa data simboliza a valorização e o reconhecimento da cultura surda no país (Marconcin *et al.*, 2013).

A Libras é considerada a primeira língua das pessoas surdas. Em situações como o vestibular para ingresso no ensino superior, a ausência de intérpretes pode representar uma barreira significativa. Embora a presença de intérpretes seja obrigatória, muitas vezes esse

direito não é respeitado, o que dificulta o acesso da comunidade surda à educação superior (Silva, 2014).

Avaliações de Língua Portuguesa representam um desafio para os surdos, uma vez que aspectos gramaticais exclusivos dessa língua, como o uso de tempos verbais e preposições, não existem na Libras (Marconcin *et al.*, 2013).

Embora a Língua Portuguesa seja essencial para a comunidade surda, sendo aprendida como segunda língua, seu domínio é desafiador devido à natureza visual da Libras, que difere estruturalmente da gramática do português (Santos; Oliveira, 2014). Conforme Santos e Oliveira (2014, p. 50): "Sendo entendidos como diferentes culturalmente, os surdos não são 'deficientes', são estrangeiros, de uma cultura diferente da maioria, diferente da cultura dominante, com uma tradição centrada no olhar e não no ouvir".

Apesar de a surdez estar classificada na Classificação Internacional de Doenças (CID), a comunidade surda não a enxerga como uma doença. Trata-se de uma deficiência que restringe o uso de um dos sentidos, mas não impede o desenvolvimento de habilidades e competências, especialmente quando há adaptações que promovam a interação com ouvintes.

A baixa representatividade de surdos no ensino superior reflete as barreiras que enfrentam, especialmente no uso da Língua Portuguesa (Gomes; Silva; Souza, 2018). No entanto, ao ingressar nesse nível educacional, a comunidade surda depara-se com novos desafios. Professores de ensino superior devem estar preparados para atender às necessidades dessa comunidade, por meio de atividades adaptadas e recursos tecnológicos que garantam acessibilidade. Por exemplo, filmes utilizados como recurso pedagógico precisam conter legendas, e a presença de um intérprete é essencial para assegurar a integração dos surdos com a comunidade ouvinte (Santos; Oliveira, 2014).

Um dos desafios em sala de aula é o formato em que os professores falam e escrevem simultaneamente, prática que atende aos ouvintes, que podem ouvir a explicação enquanto fazem anotações. Para os surdos, no entanto, esse modelo é inadequado, pois precisam alternar o olhar entre o professor, o intérprete e o material escrito. Esse esforço visual constante é exaustivo, reduzindo o tempo disponível para anotações e para acompanhar a explicação. Apesar disso, muitos surdos acabam se adaptando ao ritmo das aulas (Gomes; Silva; Souza, 2018).

A educação inclusiva permanece como um grande desafio para as instituições de ensino. Pessoas sem deficiência, ao interagirem com pessoas com deficiência, muitas vezes sentem-se inseguras e não sabem como agir ou ajudar. Entretanto, com práticas efetivas de educação inclusiva, os surdos têm as mesmas condições de aprendizado que os ouvintes (Teixeira, 2019).

Por lei, surdos matriculados em universidades têm o direito de contar com intérpretes, garantindo a comunicação necessária para o processo de ensino-aprendizagem e promovendo sua plena participação no ambiente acadêmico. De acordo com Joca e Almeida (2015, p. 11):

E com o intuito de possibilitar acesso ao processo de ensino aprendizagem, de forma mais igualitária, garantiu-se a presença desse profissional, que serve de ponte na comunicação entre surdo e ouvinte, durante as aulas, nas atividades curriculares e em estágios, como em vários momentos no Campus que necessite de apoio à acessibilidade, à informação e comunicação.

Segundo Mendes e Bastos (2016, p. 4):

Todas essas conquistas são decorrentes de lutas de pessoa com deficiência, família, movimentos sociais e comunitários, implantação de leis, decretos, resoluções, visando à sensibilização da sociedade com relação à inclusão. Porém, apesar de todos os esforços e políticas à favor da inclusão na Educação Superior, encontramos mazelas, dificuldades e atitudes preconceituosas que precisam ser superadas ao longo do processo de inclusão.

Ainda de acordo com Mendes e Bastos (2016, p. 4):

No caso do deficiente auditivo, passando por dificuldades, deveriam ser resolvidas no início da graduação com medidas simples como falar de frente e compassadamente para que o estudante possa compreender as explicações por leitura labial, também não são disponibilizados microfones nos laboratórios e, quando disponibilizados nos eventos, a qualidade do som não atende as suas necessidades. Apesar de 12 anos de reconhecimento da LIBRAS como a primeira língua da pessoa surda, em uma sociedade tomada pelo discurso inclusivo, ainda permanecem práticas de intolerâncias às diferenças.

Existem 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil. Contudo, a sociedade ainda não está devidamente preparada para atender às necessidades da comunidade surda. Por isso, é essencial que políticas públicas sejam implementadas para garantir o respeito aos direitos dessa comunidade, promovendo, como consequência, uma inclusão efetiva (Santos; Dantas, 2017).

Martins e Napolitano (2017) afirmam que o desenvolvimento de políticas públicas se torna indispensável para assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso ao ensino superior em condições de igualdade. Isso inclui a oferta de atendimento educacional especializado, com profissionais devidamente capacitados, visando uma inclusão real e efetiva na educação.

De acordo com Martins, Leite e Lacerda (2015, p. 6):

O governo sugere [...] que as IES organizem ações para a flexibilização dos serviços educacionais, infraestrutura e capacitação de recursos humanos para atendimento das necessidades especiais de pessoas com deficiência. Em complemento, pela Lei no 10.098, de 2000 (BRASIL, 2000), compreende-se que acessibilidade é a possibilidade

e a condição de alcance para utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários e equipamentos, das edificações e dos sistemas e meios de comunicação.

A empatia entre a comunidade surda e as pessoas ouvintes é essencial em uma educação inclusiva, pois facilita a compreensão e a superação das diferenças. Para isso, a legislação desempenha um papel fundamental de apoio. A Lei 10.436/2002 assegura o direito de acesso igualitário à educação para surdos e ouvintes, enquanto o Decreto 5.626/2005 regulamenta a Libras como a segunda língua oficial da comunidade surda. Além disso, a Lei 13.005/2014 instituiu o Plano Nacional de Educação, reforçando o compromisso com a educação inclusiva (Nascimento, 2019).

De acordo com Freitas, Fossatti e Kortmann (2017, p. 15): “Atualmente, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) propõe acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas”. Nesse sentido, Martins e Napolitano (2017, p. 6) relatam:

No caso de estudantes surdos, o direito ao acesso à educação superior pressupõe reconhecer as necessidades de políticas públicas dirigidas ao reconhecimento da Libras, como primeira língua, e a Língua Portuguesa (oral e/ou escrita), como a segunda, em diferentes contextos educacionais (ensino comum ou especial), conforme descrito pela Lei nº 10.436/02 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05, denominada de educação bilíngue.

A sociedade precisa aceitar e respeitar as pessoas com deficiência no ensino superior, valorizando a inclusão, que é garantida pelas políticas públicas que asseguram a igualdade (Silva, 2017). No entanto, os profissionais das instituições de ensino superior ainda não estão suficientemente preparados para atender às necessidades das pessoas com deficiência. Essa falta de preparação dificulta o acesso da comunidade surda ao ensino superior, evidenciando que ainda faltam condições adequadas para um ensino inclusivo que respeite as necessidades especiais (Oliveira *et al.*, 2016).

Apesar dessa lacuna de preparo, as instituições de ensino superior são obrigadas a oferecer a estrutura necessária para receber pessoas com deficiência, assegurando o acesso à educação em igualdade de condições. Além disso, é responsabilidade das instituições garantir que os professores e demais profissionais recebam capacitação e recursos adequados para promover a inclusão (Carvalho Filha *et al.*, 2017).

As fragilidades das instituições de ensino levam, muitas vezes, a comunidade surda a buscar outras alternativas educacionais ao longo de sua jornada. A falta de adaptação visual é consequência de uma pedagogia construída para a comunidade ouvinte, sem a devida

adequação para promover a igualdade. A escola inclusiva bilíngue demanda profissionais com conhecimentos sobre a comunidade surda e pedagogia bilíngue (Lira, 2022).

2.3.1 Estudos sobre educação superior e deficiência auditiva na área de ciências sociais aplicadas

Na pesquisa realizada no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes em agosto de 2023, utilizando o filtro da grande área de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas e já mencionada na introdução deste estudo, foram encontrados, ao todo, 90 dissertações e teses sobre a comunidade surda. Dentre esses estudos, apenas cinco investigaram a educação superior e a comunidade surda.

O estudo de Teixeira (2019) teve como objetivo compreender, a partir das percepções de alunos, intérpretes e professores de cursos de graduação, o processo de inclusão dos alunos surdos no ensino superior. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, com o intuito de descrever os fenômenos e fatos da realidade vivenciada no campo da pesquisa. O resultado apontou que a inclusão dos alunos surdos ocorre principalmente com a atuação do profissional intérprete de Libras e o suporte prestado por bolsistas do programa PAENE.

A pesquisa de Silva (2019) investigou a atuação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) no processo de inclusão dos alunos surdos e as condições de apoio na instituição. Através de uma análise interpretativa (Severino *et al.*, 1991), foram utilizados documentos norteadores da política de inclusão e entrevistas semiestruturadas com oito estudantes surdos – quatro que cursavam o ensino médio no Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB) e quatro graduandos em Letras-Libras da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), além de duas coordenadoras do NAPNE. Os resultados revelaram que, para uma inclusão efetiva, é essencial a presença de suporte adequado, destacando a importância da educação inclusiva e a necessidade de investigar o apoio necessário.

Segundo Costa (2022), que analisou os Sistemas de Bibliotecas da PUC Minas e da UFMG, a pesquisa visou compreender a gestão das bibliotecas universitárias considerando a diversidade de usuários, incluindo pessoas com deficiência. A pesquisa comparativa, de natureza descritiva e exploratória, apontou desigualdades no atendimento às pessoas com deficiência nas bibliotecas, evidenciando barreiras ao acesso. Participaram da pesquisa 35 alunos com diferentes tipos de deficiência, sendo que 53,8% relataram que recebem apenas "parcialmente" as mesmas condições de atendimento que os usuários sem deficiência.

Teixeira (2019) também observa um aumento no número de acadêmicos com deficiência no ensino superior e destaca a responsabilidade das instituições em garantir os direitos de ingresso, permanência e satisfação desses alunos. A pesquisa na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) focou nas condições de acessibilidade e no nível de satisfação dos alunos com deficiência física, visual e auditiva. A pesquisa qualitativa-quantitativa apontou que a estrutura arquitetônica da universidade era adequada para assegurar a acessibilidade, resultando em diretrizes para a criação de um plano de metas e ações relacionadas à acessibilidade.

O estudo de Silva (2022) analisou os impactos da pandemia nos alunos com deficiência no ensino superior da Universidade Federal do Espírito Santo. A pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva revelou que os alunos enfrentaram desafios tecnológicos e de conexão com a internet para conseguir se comunicar e manter a interação com a sociedade.

Considerando os estudos mencionados, percebe-se que tanto a pesquisa de Teixeira (2019) quanto a de Silva (2019) destacam a importância dos intérpretes como apoio para a inclusão de alunos surdos no ensino superior, assegurando seus direitos de acessibilidade previstos nas políticas públicas. Teixeira (2019) também enfatiza a relevância da legislação para garantir esses direitos, enquanto Costa (2022) aponta a insatisfação dos alunos com deficiência no atendimento das bibliotecas universitárias, evidenciando a falta de acessibilidade e o desconhecimento sobre a inclusão.

Esses estudos foram selecionados por abordarem temas em comum com esta proposta de pesquisa: a estrutura disponível nas instituições comunitárias de ensino superior para a inclusão de acadêmicos surdos, as dificuldades de acesso e permanência dos surdos nessas instituições, a perspectiva de gestores, professores e acadêmicos surdos sobre a inclusão, e as possíveis melhorias nas condições de acesso e permanência. Além disso, os estudos destacam as contribuições potenciais dessa inclusão para o desenvolvimento regional.

3 METODOLOGIA

A metodologia científica é fundamental para compreender como realizar um estudo, permitindo avaliar e escolher os métodos mais adequados para a condução da pesquisa acadêmica (Prodanov; Freitas, 2013). Ela representa o percurso do pensamento à prática da pesquisa, em que, por meio de métodos e técnicas, o conhecimento é produzido (Minayo; Costa, 2018). Portanto, a metodologia envolve as definições essenciais para a realização de uma pesquisa científica (Silva; Menezes, 2001).

3.1 Classificação da pesquisa

Neste subcapítulo, apresenta-se a classificação da pesquisa quanto a sua natureza, objetivos e abordagem do problema.

3.1.1 Classificação quanto à natureza

Tratou-se de uma pesquisa aplicada, caracterizada pela identificação do problema e pela busca de soluções por meio da aplicação prática (Fleury; Werlang, 2017). Esse tipo de pesquisa permite estudar, analisar, interpretar e verificar aspectos do campo de estudo, com o intuito de encontrar soluções para o problema que precisa ser investigado (Prodanov; Freitas, 2013).

A pesquisa aplicada tem como objetivo desenvolver soluções para problemas específicos relacionados às práticas do campo de pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013). Portanto, nesta dissertação, esse tipo de pesquisa possibilitou a análise do contexto da comunidade surda no ensino superior, com o objetivo de promover a sua inclusão na sociedade, contribuindo assim para o desenvolvimento regional.

3.1.2 Classificação quanto aos objetivos

Esta pesquisa científica teve uma abordagem descritiva, que busca registrar e descrever o que foi observado durante a coleta de dados, permitindo a interpretação do que ocorre no campo de pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013).

Na pesquisa descritiva, o pesquisador coleta os dados, registra-os, analisa e organiza-os, para, em seguida, classificar, explicar e interpretar os fatos que ocorrem no objeto de estudo (Prodanov; Freitas, 2013). Neste tipo de pesquisa, o pesquisador utiliza os dados coletados para descrever o que ocorre no campo de estudo e, a partir disso, realizar a análise científica (Silva;

Menezes, 2001). Assim, este estudo permitiu apresentar como ocorre a inclusão da comunidade surda na formação superior e sua contribuição para o desenvolvimento regional.

3.1.3 Classificação quanto à abordagem do problema

Com relação à abordagem do problema, esta dissertação classifica-se como qualitativa e quantitativa. A pesquisa científica qualitativa compreende o estudo do ambiente em que o pesquisador coletará seus dados de forma descritiva, priorizando o uso de diferentes fontes, para que os dados possam ser analisados e interpretados conforme a abordagem do pesquisador (Prodanov; Freitas, 2013).

A interpretação dos dados na pesquisa qualitativa não é determinada pelo uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente é natural para o pesquisador, que coleta e analisa os dados de forma interpretativa (Silva; Menezes, 2001). A pesquisa qualitativa enfatiza a interpretação no processo de pesquisa (Silva; Menezes, 2001).

Na pesquisa quantitativa, é necessária a tradução das opiniões em números para a análise de informações. São utilizadas técnicas estatísticas, e durante o andamento da pesquisa, é preciso formular os problemas para analisar certas variáveis e apresentar as contribuições do processo de interpretação (Prodanov; Freitas, 2013).

Nesta dissertação, as abordagens qualitativa e quantitativa permitiram analisar como promover a inclusão da comunidade surda na formação superior e sua contribuição para o desenvolvimento regional.

3.2 Procedimentos metodológicos

A primeira etapa da dissertação consistiu em uma pesquisa bibliográfica, que utiliza materiais já publicados, como livros, revistas, publicações em periódicos, artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico e fontes da internet, com o objetivo de apoiar o pesquisador na busca de informações já registradas sobre o tema escolhido (Prodanov; Freitas, 2013). Nessa fase, são utilizados materiais publicados, como livros e artigos de periódicos, especialmente aqueles disponíveis na internet (Silva; Menezes, 2001). Essa etapa permite que o pesquisador se familiarize com o que está sendo desenvolvido sobre o seu tema de pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013). A pesquisa bibliográfica é uma etapa obrigatória para todo trabalho científico (Silva; Menezes, 2001). Nesta fase, buscou-se

conhecimento para a elaboração do referencial teórico, abordando o acesso da comunidade surda à educação superior como um elemento para o desenvolvimento regional.

A segunda etapa da dissertação envolveu a realização de uma pesquisa de campo, com a aplicação de questionários contendo perguntas fechadas e abertas. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 59):

[...] pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los.

3.3 Unidade de análise

O desenvolvimento desta dissertação e a análise do campo de pesquisa exigiram a análise de três grupos de atores. O primeiro grupo foi composto pelas pessoas surdas que possuíam curso superior completo ou que estavam cursando o ensino superior no momento da pesquisa. Isso porque são essas as pessoas surdas que enfrentam dificuldades no ensino superior e necessitam do suporte dos profissionais intérpretes de Libras. Para a inclusão dessas pessoas na unidade de análise, os critérios estabelecidos foram: ser surdo e ter formação superior concluída ou em andamento.

A investigação da perspectiva desse grupo permitiu identificar as dificuldades enfrentadas na sua inserção e as contribuições efetivas para o desenvolvimento regional. Também foi possível identificar as barreiras enfrentadas e como o próprio grupo visualiza as formas de superação dessas dificuldades. A amostra inicial para este grupo consistiu em 12 respondentes. Desses, sete indicaram ser ou ter sido estudantes de instituições públicas de ensino superior, enquanto os outros cinco informaram ser ou ter sido estudantes de instituições privadas. Para o seguimento da pesquisa, adotou-se como critério de exclusão não estudar em uma ICES, resultando em três respondentes surdos.

O segundo grupo foi composto pelos gestores de ICES que atuavam diretamente em ações de inclusão, ou seja, aqueles responsáveis por promover a educação inclusiva e garantir a formação completa. Para este grupo, os critérios de inclusão foram: estar atuando ou ter atuado nos últimos cinco anos, diretamente com as ações de inclusão e o acompanhamento de estudantes surdos nas ICES. Esse grupo permitiu entender a realidade da inclusão e da formação a partir da perspectiva das instituições de ensino, evidenciando suas dificuldades ao longo do processo, bem como as ações implementadas para assegurar a inclusão.

Realizou-se a coleta com gestores de sete ICES, os quais são apresentados a seguir:

- Gestor 1: doutorado em Ciências. É professor e coordenador do curso de Fonoaudiologia na Universidade de Sorocaba. Atua com a inclusão de estudantes PCDs desde 2022.
- Gestor 2: graduação em Educação Especial pela UFSM. Há 15 anos trabalhou como intérprete para a comunidade surda e atualmente, desde 2019, é responsável pela Divisão de acessibilidade da Unochapecó.
- Gestor 3: mestrado em Política Social e Direitos Humanos pela UCPel. Trabalhou como Assistente Social na Escola de Ensino Fundamental de 2017 até 2021. Atualmente, é Assistente Social do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) da UCPel e está neste cargo há dois anos.
- Gestor 4: formação em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia. É professora da Educação Infantil e desde 2017 é responsável pelo Núcleo de Acessibilidade no Ensino Superior URI com os acadêmicos com deficiência, TEA ou AHSD.
- Gestor 5: formação pelo Programa de Acessibilidade (ProAces) da Universidade Puc-Campinas. É professora de inclusão e atua há 4 anos nessa área. Também é coordenadora do ProAces.
- Gestor 6: graduação em Pedagogia desde 2018 e pós-graduação em Docência da Libras. Atua como profissional de intérprete de Libras há dez anos como IE em Unijuí.
- Gestor 7: Especialização em Avaliação Psicológica, Mestrado em Psicologia e Saúde. É psicóloga no Núcleo de Apoio Psicopedagógico da FACCAT e professora de Psicologia desde 2012.

O terceiro grupo foi composto pelos professores das ICES, uma vez que são esses profissionais que interagem diretamente com os estudantes surdos para promover a sua formação profissional. Para esse grupo, os critérios de inclusão foram: estar atuando, ou ter atuado nos últimos cinco anos como docente em uma ICES. Esse grupo permitiu entender a realidade da inclusão e da formação a partir da perspectiva dos docentes, evidenciando sua preparação e as dificuldades que enfrentam ao ensinar estudantes surdos em suas turmas.

Foi obtido retorno de 46 professores. Considerando que alguns respondentes informaram estar vinculados a instituições públicas de ensino, a amostra foi reduzida para 31, compreendendo apenas os professores de ICES.

Com relação ao tempo de atuação no ensino superior, identificou-se que o maior grupo (14 respondentes) atuava há mais de vinte anos no ensino superior, seguido por um segundo grupo, com docentes que atuam entre 11 e 20 anos. Três respondentes indicaram atuar há um período entre 6 e 10 anos, e outros três professores atuam há menos de 5 anos.

Quando questionados se já tiveram algum estudante surdo em disciplina de graduação, 16 responderam afirmativamente, revelando que, para esse grupo, quase metade da amostra possui experiência no ensino para estudantes surdos.

A investigação do campo de pesquisa, a partir dessas três perspectivas, possibilitou que este estudo apresentasse uma visão sistêmica do objeto de estudo. O estabelecimento de relações entre as informações dos três atores permitiu um processo de análise que visa gerar contribuições para a inclusão da comunidade surda com formação superior e sua efetiva contribuição para o desenvolvimento regional.

3.4 Instrumento de coleta de dados

A coleta de dados desta dissertação foi realizada por meio de entrevistas e aplicação de questionários com pessoas que atendessem aos perfis e critérios estabelecidos no subcapítulo anterior (Prodanov; Freitas, 2013).

Para a condução das entrevistas junto aos gestores das ICES, elaborou-se um roteiro de entrevistas a partir da fundamentação teóricas, composto por perguntas abertas, as quais permitiram que os entrevistados respondessem livremente (Prodanov; Freitas, 2013).

Perguntas abertas permitem que o entrevistado explique sua opinião e percepção sobre a sua situação do estudo. Dessa forma, é possível provocar sua reflexão sobre o que está sendo questionado, e o entrevistado tem liberdade para responder com suas próprias palavras (Prodanov; Freitas, 2013).

O Quadro 1 apresenta a construção do roteiro de entrevistas, que mostra os objetivos específicos, as perguntas formuladas e os autores que sustentam cada pergunta.

Quadro 1 – Construção do roteiro de entrevistas a ser aplicado aos gestores das ICES

(continua)

Objetivo específico	Pergunta	Autores
Perguntas iniciais	Por favor, você poderia nos contar qual a sua formação e como foi a sua trajetória profissional?	-----
	Há quanto tempo você atua com inclusão de estudantes no ensino superior na ICES onde você está atualmente? Você já atuava com inclusão anteriormente?	-----
Caracterizar a estrutura disponibilizada pelas instituições comunitárias de ensino superior para a inclusão dos acadêmicos surdos	Quais são as suas atribuições na ICES atualmente?	-----
	Você poderia nos apresentar como a ICES onde você atua está estruturada para a inclusão de estudantes surdos?	Lückmann e Cimadon (2015)
	Existe um setor responsável pelas atividades de inclusão? Como ele atua?	Silva e Silva (2019)
	Existe suporte tecnológico para o apoio à inclusão dos estudantes surdos?	Sousa e Freiesleben (2018)
	A ICES possui equipe de intérpretes contratada ou são terceirizados?	Paim e Yamaguchi (2016)
	A instituição oferece formação em Libras para professores e técnicos-administrativos?	Burnett, Mota e Silva (2021)
	Na instituição tem professores que sabem Libras?	Lara e Carniello, (2018)
	Como é a acessibilidade dos surdos no vestibular e/ou processo seletivo?	Silva (2014)
Identificar as dificuldades de acesso e permanência dos surdos nas instituições comunitárias de ensino superior na perspectiva dos gestores, professores e acadêmicos surdos	Quais são as dificuldades que você identifica para o acesso dos surdos ao ensino superior?	Guimarães <i>et al.</i> (2020)
	E com relação à permanência, quais são as dificuldades que você identifica?	Martins e Napolitano (2017)
	Você considera que os professores estão preparados para atender aos estudantes surdos? Eles recebem qualificação e apoio para ensinar estudantes surdos? Como funciona?	Gomes, Silva e Souza (2018)
	Você considera que os técnicos administrativos estão preparados para atender aos estudantes surdos? Eles recebem qualificação e apoio para ensinar estudantes surdos? Como funciona?	Coqueiro (2020)
	A inclusão do ensino superior é um desafio para a ICES onde você atua? Por quê?	Teixeira (2019)
	Na sua opinião, quais as dificuldades para promover a inclusão no ensino superior? Por quê?	Carvalho Filha <i>et al.</i> (2017)
	O que você acha que poderia ser feito para ajudar os profissionais (professores e técnicos administrativos) para a inclusão dos surdos em sala de aula?	Oliveira <i>et al.</i> (2016)

(conclusão)

Objetivo específico	Pergunta	Autores
Revelar as contribuições potenciais desta inclusão para o desenvolvimento regional.	Na sua visão, quais são as contribuições da formação superior para o surdo?	Souza <i>et al.</i> , (2014)
	Você considera que a formação superior dos surdos ajuda a reduzir o capacitismo na sociedade?	Rota Júnior (2008)
	Você considera que a educação inclusiva contribui para o desenvolvimento regional?	Souza <i>et al.</i> (2015)
	Você considera que pedagogia bilíngue é importante para o desenvolvimento regional?	Seddon e Lino (2021)

Fonte: elaborado pela autora.

Para a coleta de dados junto aos professores, elaborou-se um questionário composto por breves perguntas de caracterização, seguidas por assertivas para a mensuração do nível de concordância com a utilização de uma escala do tipo Likert de 5 pontos, sendo 1-discordo totalmente e 5-concordo totalmente.

A seguir, o Quadro 2 apresenta a construção do questionário, no qual são apresentados os objetivos específicos, as perguntas formuladas e os autores que sustentam cada uma das assertivas. Destaca-se que foi incluída uma pergunta sobre o perfil de instituição onde o docente atua, de forma a assegurar que apenas docentes de ICES tivessem suas respostas consideradas.

Quadro 2 – Questionário a ser aplicado aos professores das ICES

(continua)

Objetivo específico	Perguntas e assertivas	Autores
Perguntas iniciais	<p>Você é docente em uma instituição de ensino superior:</p> <p><input type="checkbox"/> comunitária</p> <p><input type="checkbox"/> pública</p> <p>Há quanto tempo você atua no ensino superior:</p> <p><input type="checkbox"/> menos de 5 anos</p> <p><input type="checkbox"/> entre 6 e 10 anos</p> <p><input type="checkbox"/> entre 11 e 20 anos</p> <p><input type="checkbox"/> mais de 20 anos</p> <p>Você já teve algum estudante surdo em disciplina de graduação?</p> <p><input type="checkbox"/> sim</p> <p><input type="checkbox"/> não</p>	----
	Para as afirmações a seguir, por favor, indique o seu nível de concordância, sendo 1-discordo totalmente, 2-discordo parcialmente, 3-Nem concordo, nem discordo, 4-concordo parcialmente e 5-concordo totalmente.	

(conclusão)

Objetivo específico	Perguntas e assertivas	Autores
Caracterizar a estrutura disponibilizada pelas instituições comunitárias de ensino superior para a inclusão dos acadêmicos surdos	A instituição na qual atuo tem uma estrutura adequada para a inclusão de estudantes surdos.	Marconcin <i>et al.</i> (2013)
	A instituição na qual atuo disponibiliza intérprete nas atividades dos estudantes surdos.	Santos e Oliveira (2014)
	Recebi capacitação para atividades de ensinos junto a estudantes surdos.	Guimarães <i>et al.</i> (2020)
	Recebi capacitação específica em Libras para me comunicar com estudantes surdos.	Brasil (2010)
Identificar as dificuldades de acesso e permanência dos surdos nas instituições comunitárias de ensino superior na perspectiva dos gestores, professores e acadêmicos surdos	Acredito que os estudantes surdos têm dificuldade de acesso ao ensino superior.	Gomes, Silva e Souza (2018)
	Acredito que os estudantes surdos têm dificuldade de permanência no ensino superior.	Santos e Dantas (2017)
	Sinto-me preparado para ensinar acadêmicos surdos.	Teixeira (2019)
	Sinto-me preparado para apoiar os estudantes surdos a permanecerem no ensino superior.	Martins e Napolitano (2017)
Identificar oportunidade para melhorar as condições de acesso e permanência dos surdos nas instituições comunitárias de ensino superior	Sinto falta de capacitações para acolher e ensinar aos acadêmicos surdos.	Oliveira <i>et al.</i> , (2016)
	Sinto falta de intérpretes para me comunicar com os estudantes surdos.	Carvalho Filha <i>et al.</i> (2017)
	Acredito que recursos tecnológicos poderiam melhorar a interação com os estudantes surdos.	Gumbowsky <i>et al.</i> (2020)
	Acredito que capacitações em Libras poderiam melhorar a interação com os estudantes surdos.	Mendes e Bastos (2016)
Revelar as contribuições potenciais desta inclusão para o desenvolvimento regional.	Acredito que a formação superior ajuda na inserção dos surdos na sociedade.	Silva (2017)
	Acredito que a formação superior ajuda na redução do preconceito com os surdos na sociedade.	Silva (2020)
	Acredito que a formação superior é uma forma de ampliar a liberdade dos surdos para construção de seus futuros.	Sen (2018)

Fonte: elaborado pela autora.

Para a coleta de dados junto aos surdos, elaborou-se um questionário composto por breves perguntas de caracterização, seguidas por assertivas para a mensuração do nível de concordância com a utilização de uma escala do tipo Likert de 5 pontos, sendo 1-discordo totalmente e 5-concordo totalmente.

A seguir, o Quadro 3 apresenta a construção do questionário, no qual são expostos os objetivos específicos, as perguntas formuladas e os autores que sustentam cada uma das assertivas. Destaca-se que foi incluída uma pergunta sobre o perfil de instituição onde o surdo estuda ou estudou, de forma a assegurar que apenas estudantes de ICES tenham suas respostas consideradas.

Quadro 3 – Questionário a ser aplicado aos estudantes surdos

(continua)

Objetivo específico	Perguntas e assertivas	Autores
Perguntas iniciais	Com relação à formação superior, qual a sua situação: () estou cursando um curso superior () já concluí minha formação superior (graduação) () outra. A instituição onde você estuda é: () comunitária () pública	----
	Para as afirmações a seguir, por favor indique o seu nível de concordância sendo 1-discordo totalmente, 2-discordo parcialmente, 3-Nem concordo, nem discordo, 4-concordo parcialmente e 5-concordo totalmente.	
Caracterizar a estrutura disponibilizada pelas instituições comunitárias de ensino superior para a inclusão dos acadêmicos surdos	A instituição na qual estudo tem uma estrutura adequada para a inclusão de estudantes surdos.	Marconcin <i>et al.</i> (2013)
	A instituição na qual estudo disponibiliza intérprete em todas as atividades que preciso.	Santos e Oliveira (2014)
Identificar as dificuldades de acesso e permanência dos surdos nas instituições comunitárias de ensino superior na perspectiva dos gestores, professores e acadêmicos surdos	Tive dificuldade de acesso ao ensino superior ao realizar o processo seletivo.	Martins e Napolitano (2017)
	Tenho dificuldades de permanência no ensino superior por falta de estrutura.	Duarte (2013)
	Tenho dificuldades de permanência no ensino superior por falta de disponibilidade de intérpretes para me acompanhar nas atividades.	Guimarães <i>et al.</i> (2020)
	Tenho dificuldades de permanência no ensino superior porque os professores não estão preparados para atender estudantes surdos.	Oliveira <i>et al.</i> , (2016)

(conclusão)

Objetivo específico	Perguntas e assertivas	Autores
Identificar oportunidade para melhorar as condições de acesso e permanência dos surdos nas instituições comunitárias de ensino superior	Acredito que os professores precisam de maior preparo para o atendimento de alunos surdos.	Carvalho Filha <i>et al.</i> (2017)
	Acredito que a maior oferta de intérpretes poderia melhorar a minha interação com os professores e colegas.	Souza <i>et al.</i> (2014)
	Acredito que recursos tecnológicos poderiam melhorar a minha interação com os professores e colegas.	Gumbowsky <i>et al.</i> (2020)
	Acredito que capacitações em Libras para professores, técnicos-administrativos e outros alunos (ouvintes) poderiam melhorar a interação com os estudantes surdos.	Lira (2022)
Revelar as contribuições potenciais desta inclusão para o desenvolvimento regional.	Acredito que a formação superior ajuda a minha inserção na sociedade.	Maciel (2000)
	Acredito que a formação superior ajuda na redução do preconceito com os surdos na sociedade.	Silva (2020)
	Acredito que a formação superior é uma forma de ampliar a liberdade dos surdos para construção de seus futuros.	Sen (2018)

Fonte: elaborado pela autora.

Os Apêndices B, C e D apresentam os instrumentos de coleta de dados que foram utilizados nesta pesquisa.

3.5 Plano de coleta de dados

Tendo em vista a necessidade de assegurar o rigor metodológico da pesquisa, optou-se pela coleta de dados por meio de entrevistas estruturadas, estas que ocorrem quando o entrevistador segue um roteiro preestabelecido, o que possibilita a comparação das respostas de cada participante sobre as questões apresentadas, como salientam Prodanov e Freitas (2013).

O primeiro passo foi o convite para participação, o qual foi realizado junto às instituições de ensino. Foi apresentado o título do trabalho e a importância da pesquisa para o desenvolvimento da dissertação, destacando que seria relevante para os acadêmicos da mestranda conhecerem os resultados. Foram enviados e-mails para as instituições de ensino participantes da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (Abruc), e elaborada uma planilha no Excel para registrar a data de envio e os e-mails das instituições. Foram feitas três tentativas de envio, uma por semana, e, ao todo, nove

universidades retornaram com a aceitação para participação na pesquisa, enviando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado e carimbado. Somente os respondentes que assinaram e carimbaram o TCLE puderam participar da pesquisa.

Para o questionário com gestores, um formulário foi criado no *Google Forms*, contendo as perguntas, e o *link* foi enviado por e-mail às universidades que aceitaram participar. Ao final, sete universidades responderam ao questionário, enquanto duas recusaram, embora tivessem assinado e carimbado o TCLE.

Quanto ao questionário para os professores, também foi criado um formulário no *Google Forms*, com as perguntas pertinentes, e o *link* foi enviado com explicações sobre a importância da pesquisa. Os professores do ensino superior foram convidados a responder ao questionário e a compartilhar com outros professores. Os resultados alcançaram um total de 46 professores, sendo 31 de ICES, 2 de instituições públicas e 13 de instituições privadas. Como o foco da dissertação são as ICES, as respostas dos professores de instituições públicas e privadas foram excluídas.

Finalmente, em relação ao grupo dos surdos, o questionário foi elaborado no *Google Forms* com as perguntas pertinentes. O *link* foi enviado por e-mail, compartilhado com amigos surdos e também solicitada sua colaboração para repassar a outros surdos que poderiam participar. O total de respostas foi de 12 surdos, sendo 5 de instituições privadas e 7 de instituições públicas. Como a pesquisa foca nas ICES, 9 sujeitos foram excluídos, restando 3 respondentes de ICES.

Considerando que a pesquisadora é surda, a coleta de dados presencial exigiria o uso de intérpretes e o registro visual das respostas, o que poderia gerar ruídos na coleta de dados devido às várias transcrições necessárias (Libras e Língua Portuguesa, sinais e escrita). Isso poderia envolver outras pessoas no processo, gerando dificuldades adicionais. Para superar essa limitação, buscou-se apoio metodológico em Meho (2006) para a realização de entrevistas por e-mail. Segundo Meho (2006), entrevistas por e-mail são uma alternativa metodológica válida, especialmente quando há limitações para entrevistas presenciais ou com o uso de tecnologias. O autor destaca que esse formato pode resultar em uma melhor qualidade dos dados coletados. Dessa forma, a fim de evitar ruídos na tradução entre Libras e Língua Portuguesa, optou-se pela realização das entrevistas por e-mail, seguindo as etapas recomendadas por Meho (2006) e adaptadas às orientações éticas vigentes no Brasil, conforme também as recomendações de Vinuto (2014).

Para a aplicação do questionário aos professores e surdos, utilizou-se a técnica de amostragem por "bola de neve", que é uma amostra não probabilística baseada em cadeias de

referência. Embora tenha limitações, essa técnica é adequada quando o grupo de estudo é difícil de ser acessado ou envolve questões delicadas, como neste caso, quando a participação envolve pessoas de grupos específicos, como os surdos (Vinuto, 2014). Vale ressaltar que, devido à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as ICES não podem compartilhar informações de seus professores e alunos, o que impossibilitou o apoio institucional para a divulgação da pesquisa.

3.5.1 Dos aspectos e procedimentos éticos da coleta de dados

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdade Integradas de Taquara – Faccat e aprovada em 28 de junho de 2024. Os dados do parecer do projeto desta pesquisa foram aprovados sob nº 6.919.462.

3.5.2 Do sigilo, privacidade, confidencialidade e proteção dos dados coletados

Para assegurar a confidencialidade a privacidade das informações coletadas, não foram divulgados os nomes dos participantes nem e-mails de acesso. Assim, as respostas obtidas por meio do questionário eletrônico foram todas anônimas e recebidas diretamente pela plataforma *Google Forms*. Apenas a mestranda e a orientadora tiveram acesso à identidade de cada um dos entrevistados e essas informações não serão divulgadas.

O local de armazenamento dos dados é o Google Drive, com acesso restrito mediante senha. Os dados foram anonimizados para evitar a identificação dos participantes.

Os documentos digitais serão armazenados durante o período de cinco anos após a defesa da dissertação e, após este período, serão completamente apagados, atendendo aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

3.6 Plano de análise de dados

A análise dos dados seguiu a técnica de análise interpretativa. Nesse tipo de análise, o pesquisador busca extrair conclusões por meio da análise dos diferentes dados coletados. A interpretação é realizada a partir da leitura do texto, seguida pela reflexão sobre o contexto do assunto, com o objetivo de extrair conclusões a partir das diversas fontes de coleta (Silva; Menezes, 2001).

A análise interpretativa envolve anotações sobre o conteúdo e a elaboração de um resumo, com o intuito de garantir uma boa documentação (Prodanov; Freitas, 2013). Nesse tipo

de análise, o pesquisador utiliza os conhecimentos dos autores sobre o tema, mas também faz uma crítica à profundidade da análise do problema, levando em consideração a observação do comportamento e o julgamento individual de cada participante (Lakatos, 2004).

Os dados coletados estavam em formato de texto. As diferentes respostas para cada uma das perguntas foram comparadas para que fossem extraídas conclusões. Essas conclusões foram então comparadas com a teoria, permitindo a discussão dos dados e a elaboração dos resultados da dissertação (Prodanov; Freitas, 2013).

A estatística, sendo um importante conteúdo da Matemática, tem grande relevância para a sociedade, pois permite planejar, interpretar, analisar e refletir sobre decisões, facilitando a solução dos problemas encontrados. Com base nas respostas obtidas, ela contribui para o desenvolvimento de uma abordagem democrática (Balbinot, 2022).

As perguntas com caráter quantitativo foram analisadas com o apoio do software Microsoft Excel, utilizando técnicas de estatística descritiva, como média e frequência.

3.7 Potenciais benefícios e riscos da pesquisa

Os benefícios e riscos apresentados referem-se à participação das pessoas na pesquisa, especificamente como entrevistados e respondentes dos questionários. Os benefícios da participação podem ser diretos (individuais ou coletivos) ou indiretos. Exemplos de benefícios incluem: a oportunidade de compartilhar experiências e conhecimentos com outras pessoas; a transformação do conhecimento tácito do participante em conhecimento explícito, que poderá ser absorvido por outros; e a possibilidade de colaborar com o avanço do conhecimento na área.

Nesta pesquisa, os benefícios se concentraram na visibilidade das ações que podem contribuir para a inclusão da comunidade surda qualificada no ensino superior, gerando impacto positivo no desenvolvimento regional.

Os riscos potenciais, por outro lado, poderiam estar associados à participação em entrevistas, como o risco de desconforto ao responder às perguntas, o risco de constrangimento durante a entrevista, o risco de dano emocional, o risco social, o risco de identificação, e o risco de vazamento de dados, entre outros.

Nesta pesquisa, os riscos para os entrevistados e respondentes poderiam envolver a dificuldade emocional ao relatar experiências negativas e desafios, especialmente no caso da comunidade surda. Também existiu o risco de vazamento de informações que revelassem as fragilidades das instituições de ensino e empresas em relação à efetivação da inclusão. Além

disso, mesmo sendo por e-mail, poderia haver algum constrangimento na resposta a determinadas perguntas.

Para minimizar esses riscos, foram adotados os seguintes cuidados:

- entrevista por e-mail na qual nenhuma pergunta é obrigatória;
- a qualquer momento, o entrevistado poderia solicitar sua saída da pesquisa;
- anonimização dos entrevistados;
- acesso restrito dos dados pela mestranda e orientadora;
- troca de mensagens excluídas; e
- mensagens e respostas salvas em diretório no Google Drive, com acesso por senha.

Caso esses riscos potenciais viessem a ocorrer, os participantes estariam amparados pela legislação brasileira vigente, uma vez que, para participar da pesquisa, foi assinado o TCLE. A assinatura ocorreu de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida, garantindo a liberdade do voluntário para participar da pesquisa.

Durante a aplicação do questionário, os textos iniciais do TCLE foram apresentados, e os entrevistados precisaram confirmar, ao marcar a opção de consentimento, que estavam de acordo em participar da pesquisa, assegurando a mesma proteção a todos os participantes. Não houve relatos de ocorrências de consequências dos riscos potenciais durante a coleta de dados nem até o momento da entrega desta dissertação.

3.8 Da divulgação dos resultados da pesquisa

A divulgação dos resultados da pesquisa no meio acadêmico foi feita por meio de publicações de artigos científicos, apresentação de trabalhos em congressos e da efetiva publicação da dissertação.

A divulgação dos resultados do estudo para os entrevistados e comunidade realizou-se por meio da entrega de uma via digital do documento final da pesquisa. Ainda, pelo fato de a banca final de defesa ser pública, os participantes tiveram acesso à defesa da dissertação pela mestranda, conforme divulgação própria do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A apresentação e análise dos dados desta dissertação envolve a interpretação dos dados das ICES, considerando as perspectivas de gestores, docentes e alunos surdos, tanto aqueles que estão cursando a graduação quanto os já formados.

4.1 Instituições comunitárias de ensino superior e perfil dos professores e surdos participantes da pesquisa

As universidades comunitárias não são criadas pelo Estado e tampouco pertencem ao setor privado. Elas desenvolvem o conceito de "comunitário", estando relacionadas a um compromisso social com o grupo em que estão inseridas, com um objetivo comum (Alves, 2023).

Embora as universidades comunitárias sejam classificadas entre as privadas e as públicas, em ambos os casos, o Estado não as administra. No entanto, elas se aproximam das instituições públicas devido ao alcance de seu papel na sociedade (Zanin, 2014).

O perfil das sete ICES que participaram da pesquisa é apresentado a seguir de acordo com as informações obtidas no site da ABRUC (c2023):

- Universidade de Sorocaba (UNISO): localizada em Sorocaba, SP, foi fundada no dia 15 de setembro de 1994. A universidade oferece 20 cursos de especialização, 4 mestrados e 4 doutorados, atendendo cerca de 11.000 alunos em cursos de graduação, pós-graduação e extensão, com um total de 62 cursos de graduação.
- Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó): localizada em Chapecó, SC, foi fundada em 27 de agosto de 2002. A instituição oferece 37 cursos de graduação e 25 de pós-graduação, com 7.480 alunos e 650 estudantes de pós-graduação. Conta com 990 colaboradores diretos, sendo 460 professores, 280 técnicos-administrativos e 250 estagiários.
- Universidade Católica de Pelotas (UCPel): localizada em Pelotas, RS, foi fundada em 15 de março de 1959. A universidade tem mais de 5.000 alunos e oferece mais de 30 cursos de graduação presenciais e a distância, além de 3 programas de pós-graduação e 30 especializações, com processos seletivos regulares.

- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI): localizada em Erechim, RS, foi fundada em 19 de maio de 1992. Com um total de 14.432 alunos, a universidade oferece 111 cursos de graduação.
- Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puc-Campinas): localizada em Campinas, SP, foi fundada em 7 de junho de 1941. A universidade conta com mais de 6.000 estudantes e oferece mais de 60 cursos de graduação, além de pós-graduação, mestrado e doutorado.
- Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (Unijuí): localizada em Ijuí, RS, foi fundada em 28 de junho de 1985. Com 7.949 alunos, oferece 56 cursos de graduação.
- Faculdades Integradas de Taquara (Faccat): localizada em Taquara, RS, foi fundada em 7 de novembro de 2007. A universidade atende 3.366 alunos e oferece 20 cursos de graduação, além de cursos de pós-graduação e mestrado.

No próximo subcapítulo será investigada a estrutura disponibilizada pelas ICES para a inclusão dos acadêmicos surdos.

4.2 A estrutura disponibilizada pelas instituições comunitárias de ensino superior para a inclusão dos acadêmicos surdos

A legislação garante a validade moral das instituições comunitárias, reconhecendo-as como modelos distintos de ensino superior no Brasil, além dos outros modelos jurídicos existentes (Lückmann; Cimadon, 2015). Nesse contexto, a investigação sobre as ICES começou com a formulação de um questionamento que solicitava aos respondentes que apresentassem como a organização está estruturada para a inclusão de estudantes surdos. O Quadro 4 apresenta as respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: *“Você poderia nos apresentar como a ICES onde você atua está estruturada para a inclusão de estudantes surdos?”*

Quadro 4 – Estrutura disponibilizada para a inclusão de estudantes surdos

(continua)

ICES	Resposta
Uniso	O Núcleo de Acessibilidade realiza o acompanhamento do estudante, identificando as necessidades e especificidades necessárias para o seu processo de ensino-aprendizagem.
Unochapecó	Inicialmente, o site é acessível pela parceria com o Hand Talk. Todos os setores que atendem o público externo são orientados a informar que a Instituição é acessível, portanto, é solicitado o encaminhamento de laudo e encaminhado para a o setor de Acessibilidade para dar encaminhamento no sentido de esclarecer

(conclusão)

ICES	Resposta
	qualquer dúvida que o estudante tenha. Isso é importante porque tem estudantes que não se declaram deficientes e nem solicitam apoio, o que faz com que apenas no decorrer das aulas é que os professores percebem a limitação e recorrem ao Núcleo de Apoio Psicológico e Pedagógico Institucional (Napi), onde a DA atua em conjunto. No caso dos estudantes surdos, inicialmente eles solicitam o apoio do profissional intérprete, o qual é providenciado pela Instituição.
UCPel	No momento, a instituição não tem estudantes surdos. Não possui TILs, mas quando há matrícula de algum estudante, há contratação de intérpretes.
URI	Quando recebemos acadêmicos surdos, disponibilizamos intérpretes em Libras, se estes forem alfabetizados nessa língua, bem como oferecemos suporte de psicopedagoga e psicóloga para auxiliar no desenvolvimento e na aprendizagem.
Puc-Campinas	A Universidade conta com o Programa de Acessibilidade, que é vinculado à Pró-reitoria de graduação.
Unijuí	Desde o momento da divulgação do edital, oferecemos a opção do edital em Libras. Na inscrição para o vestibular, ao anexar o laudo de surdez, ofertamos o acompanhamento na prova, e, na matrícula do aluno, orientamos os professores e compartilhamos um plano de ensino individualizado (PEI) com informações sobre sua condição. Fazemos acompanhamento do aluno em sala de aula e no turno inverso, para estudo do componente.
Faccat	Ainda estamos em processo de estruturação para que realmente possam atuar de forma verdadeiramente inclusiva. Neste momento, a instituição disponibiliza intérprete para o aluno surdo.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, percebe-se que, das sete ICES participantes da pesquisa, quatro delas relatam ter um Núcleo de Acessibilidade destinado a apoiar pessoas com deficiência durante a inscrição e ao longo do curso de graduação. Esses núcleos oferecem suporte desde o início até o fim da graduação. No entanto, a UCPel não conta com acadêmicos surdos nem com profissionais de Intérpretes de Libras. Esse dado revela a fundamental importância do processo de inclusão para os alunos surdos, que necessitam de apoio especializado, como a presença de intérpretes de Libras, para acompanhar o processo de aprendizagem. A inclusão é essencial para garantir um ambiente de aprendizagem mais acessível e eficiente para os acadêmicos surdos (Silva, J.; Silva, O., 2019).

O Quadro 5 apresenta uma síntese das respostas recebidas de cada ICES com relação à existência de uma estrutura disponibilizada para a inclusão face à pergunta: *“Existe um setor responsável pelas atividades de inclusão? Como ele atua?”*

Quadro 5 – Sobre um setor responsável pelas atividades de inclusão

(continua)

ICES	Resposta
Uniso	Sim. O Núcleo de Acessibilidade realiza todo o acompanhamento dos estudantes que necessitam de alguma adaptação específica nos processos de ensino-aprendizagem.

(continuação)

ICES	Resposta
Unochapecó	Sim, a Divisão de acessibilidade é o setor que atua nas questões de inclusão. Sua atuação é permanente e ativa no que se refere a orientar, auxiliar e apoiar todas as questões referentes à inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência.
UCPel	Sim, o Núcleo de Acessibilidade. É formado por vários subnúcleos onde cada um é responsável por um tipo de acessibilidade.
URI	O Núcleo de Acessibilidade. Atuamos sempre que o acadêmico ou o coordenador de curso solicita. Após esse primeiro contato, acolhemos o acadêmico, conversamos com ele ou sua família, se tiver profissionais que atuam em atendimentos clínicos, também buscamos informações sobre seu desenvolvimento, para juntos planejarmos a melhor forma de aprendizagem individual.
Puc-Campinas	<p>Em 1997, com base em sua Missão, Diretrizes e Valores, em uma iniciativa pioneira, a PUC-Campinas começou efetivamente a sistematizar um trabalho para o desenvolvimento de ações voltadas às necessidades de sete estudantes com deficiência visual, que ingressaram naquele ano na Universidade. Tratava-se de um projeto multidisciplinar elaborado por um grupo de docentes, com base em experiências ocorridas em diferentes Cursos, desde 1992, e em colaboração com os próprios estudantes e seus familiares. Assim, o Programa de Acessibilidade da PUC-Campinas (ProAces) foi iniciado como um Projeto vinculado à Faculdade de Educação.</p> <p>Com a experiência adquirida, e, sobretudo com o ingresso de alunas surdas, o Projeto de Acessibilidade foi ampliado e, em 2001, se tornou um Programa Institucional, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação.</p> <p>Atualmente o serviço assiste 139 alunos e tem como objetivo ofertar apoio pedagógico especializado aos estudantes com deficiência, desconstruindo barreiras e assim assegurando a permanência, desde o ingresso até a conclusão nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade.</p> <p>O público-alvo do ProAces são os candidatos nos processos seletivos da Universidade e os estudantes regularmente matriculados nos cursos de Graduação e Pós-Graduação com:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) deficiência física, intelectual, sensorial e múltipla; b) transtornos globais do desenvolvimento; c) altas habilidades/superdotação. <p>O Programa possui parceria com a PUC-VEST, já que participa ativamente dos processos seletivos (vestibulares de verão e inverno) com o intuito de garantir a acessibilidade aos candidatos com deficiência, inscritos nesses processos. O ProAces também acompanha os candidatos com deficiência, inscritos nos Programas de Pós-Graduação.</p> <p>A assessoria ao candidato inicia-se ao analisar os formulários de inscrição de vestibular, verificando cuidadosamente as necessidades de cada candidato e preparando, desse modo, salas, mobiliário, recursos de tecnologia assistiva e capacitando pessoas para prestarem o auxílio necessário a cada candidato para o dia da prova de vestibular.</p> <p>Após o ingresso na Universidade o aluno continua sendo assistido ou realiza o primeiro contato com o Programa de Acessibilidade, via área logada, anexando o laudo que ateste a sua condição de deficiência. Desse modo, tem-se que o discente pode solicitar o apoio do ProAces em qualquer momento de sua trajetória acadêmica.</p> <p>Na sequência ao contato com o serviço, há a análise da solicitação e do laudo, e estes sendo pertinentes ao público-alvo do Programa a equipe do</p>

(conclusão)

ICES	Resposta
	<p>ProAces, com a ativa participação do aluno, da família e dos profissionais que o assistem (se houver), irão elaborar o Plano de Acessibilidade Individual, conforme prevê a legislação. Tal plano contém as diretrizes do apoio pedagógico, dos processos avaliativos a serem desenvolvidas e a disponibilização dos recursos necessários (podendo ser tecnologias assistivas), que em conjunto reduzirão ou ainda retirarão as barreiras que dificultam o processo de ensino-aprendizagem.</p> <p>Após a elaboração conjunta (com a participação da técnica do programa, do aluno com deficiência, da família e dos profissionais que o acompanham) do Plano de Acessibilidade Individual, a direção do curso recebe o protocolo que é entregue a cada docente que ministra aula para o discente. Portanto, tanto a direção do curso como os professores do aluno com deficiência têm ciência do Plano e o cumprem em sua integralidade.</p> <p>Vale acrescentar que professores, alunos e a coordenação do Programa assinam o protocolo do Plano de Atendimento Individual.</p> <p>Vale lembrar que o Plano de Acessibilidade Individual tem um caráter singular e não possui um modelo único, já que atende a especificidade de cada aluno. Segue abaixo um exemplo (apenas ilustrativo) do Plano:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio pedagógico podendo ser semanal, quinzenal ou mensal; • Concessão de aluno bolsista que pode anotar as aulas e/ou auxiliar com os cronogramas e datas de provas, assim como realizar estudo após as aulas; • Permissão para gravar as aulas mediante a assinatura de Termo de Sigilo e Confidencialidade; • Interprete de Libras; • Realizar os processos avaliativos em ambiente separado da sala de aula e com poucas pessoas ou ainda sozinho; • Provas com formatos acessíveis, tais como: ampliações, avaliações orais quando adequadas ao componente curricular e realização de provas em computador. Layouts adaptados também são utilizados, como: questões inteiras em única folha, espaçamentos, fontes de acordo com o indicado por cada discente e organização do arquivo em coluna única; • Tempo adicional de prova; • Cão de suporte emocional; • Orientação aos docentes; • Orientação a direção do curso. <p>Todos os alunos que são acompanhados pelo Programa têm um prontuário que é visualizado apenas pela equipe técnica, coordenação e aluno, para a garantia do sigilo das informações. No prontuário consta a solicitação de auxílio, o laudo, o plano de acessibilidade individual, os recursos de tecnologia assistiva concedidos conforme a necessidade do aluno e as fichas que documentam as reuniões e encontros realizados, seja com o aluno, família, direção, professores ou ainda profissionais.</p> <p>Desse modo, temos que todas as atividades do Programa são devidamente registradas, documentadas e mantidas em sigilo.</p>
Unijuí	Sim, o Setor de Acompanhamento e Acessibilidade institucional (SAAI).
Faccat	O NAP tem sido o setor responsável pela maior parte dos alunos de inclusão. As demandas provêm da secretaria de graduação ou das coordenações de curso.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, percebe-se que todas as sete universidades pesquisadas possuem Núcleos de Acessibilidade. No entanto, duas dessas universidades têm nomenclaturas diferentes para seus núcleos: na Unochapecó, o espaço é denominado "Divisão de Acessibilidade", enquanto na Unijuí, é chamado "Setor de Acompanhamento e Acessibilidade Institucional". Nos núcleos de acessibilidade, o coordenador do curso ou o próprio aluno, desde que regularmente matriculado nos cursos de graduação ou pós-graduação, pode solicitar apoio. Esse apoio varia de acordo com as necessidades de cada aluno surdo, sendo possível solicitar adaptações que vão além da presença de profissionais de Intérpretes de Libras, como apoio pedagógico e orientações para os docentes e a direção da instituição.

O desenvolvimento regional, fundamental para o crescimento econômico, é influenciado por fatores de aglomeração, que desempenham um papel crucial no crescimento heterogêneo das regiões. Esse crescimento é determinado por variáveis geográficas, canais e efeitos econômicos (Sousa; Freiesleben, 2018). O desenvolvimento regional é, portanto, um espaço geográfico que se destaca pela importância do crescimento econômico.

Na sequência os entrevistados foram questionados sobre a oferta de suporte tecnológico. O Quadro 6 apresenta uma síntese das respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: *“Existe suporte tecnológico para o apoio à inclusão dos estudantes surdos?”*

Quadro 6 – Sobre a oferta de suporte tecnológico

ICES	Resposta
Uniso	Sim.
Unochapecó	Além do acompanhamento do profissional intérprete de Libras, todos os vídeos usados nos cursos são legendados.
UCPel	Sim, sob responsabilidade do Núcleo de Acessibilidade.
URI	Utilizamos alguns recursos de legendas, recursos audiovisuais para facilitar e ilustrar os conteúdos.
Puc-Campinas	Sim, inclusive com recursos de tecnologia assistiva. A descrição foi feita na pergunta anterior.
Unijuí	Sim.
Faccat	Existe algum nível de suporte tecnológico ao aluno surdo, mas precisamos melhorar ainda mais.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, observa-se que todas as universidades possuem uma equipe chamada Núcleo de Acessibilidade, responsável por oferecer apoio aos acadêmicos com declaração de deficiência. Esse apoio é diversificado e visa auxiliar os estudantes no processo de aprendizagem. A Unochapecó, por exemplo, conta com profissionais intérpretes de Libras, além de oferecer vídeos legendados. Já a URI disponibiliza recursos audiovisuais e tecnológicos para facilitar o processo de aprendizagem dos acadêmicos de graduação. A Faccat, por sua vez,

relata ter um nível de suporte, mas destaca a necessidade de melhorias para um atendimento ainda mais eficaz.

O conceito de território está relacionado tanto ao indivíduo quanto às instituições, como as universidades, que desempenham um papel essencial na ação individual e coletiva, contribuindo para o desenvolvimento de uma região (Paim; Yamaguchi, 2016). Para as universidades, é fundamental oferecer apoio ao espaço acadêmico, visando melhorar a experiência dos alunos durante a graduação.

O Quadro 7 apresenta uma síntese das respostas recebidas de cada ICES sobre a serviços de intérpretes a partir da pergunta: “*A ICES possui equipe de intérpretes contratada ou são terceirizados?*”, atendendo ao exposto por Paim e Yamaguchi (2016).

Quadro 7 – Sobre a oferta de intérpretes

ICES	Resposta
Uniso	Na equipe contratada da instituição existem profissionais intérpretes.
Unochapecó	Temos um intérprete que atua nas questões institucionais e contrata-se outro profissional através de contratos nos casos de estudantes surdos matriculados.
UCPel	Terceirizados.
URI	Quando temos demanda, por acadêmico matriculado e frequentando algum curso, é contratado intérprete.
Puc-Campinas	A equipe do ProAces conta com duas intérpretes de Libras.
Unijuí	Contratada.
Faccat	São contratados quando há demanda para sala de aula.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, observa-se que as instituições Uniso, Unochapecó, URI, Puc-Campinas, Unijuí e Faccat contratam diretamente profissionais intérpretes de Libras, com equipes específicas para esse fim. Por outro lado, a UCPel utiliza serviços terceirizados para essa função.

A comunidade surda tem o direito de acesso à cultura, comunicação e informação, especialmente por meio da Libras, que facilita a comunicação e o acesso às informações dentro da sociedade. Esse direito está garantido por políticas públicas que asseguram a inclusão (Burnett; Mota; Silva, 2021). A comunicação e o acesso à informação são fundamentais em qualquer espaço da sociedade, e a implementação dessas políticas públicas é essencial para promover a inclusão efetiva. O Quadro 8 apresenta uma síntese das respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: “*A instituição oferece formação em Libras para professores e técnicos-administrativos?*”

Quadro 8 – Sobre a oferta de formação em Libras

ICES	Resposta
Uniso	Sim. Há formação específica oferecida pela instituição.
Unochapecó	Sim.
UCPel	Ocorreu uma capacitação de libras.
URI	Sim, periodicamente, sem custo. Para professores, técnicos administrativos, acadêmicos e comunidade em geral.
Puc-Campinas	Sim.
Universidade Unijuí	Sim, com instrutor surdo e intérprete de Libras.
Faccat	Ainda não para professores e funcionários, embora alguns cursos de graduação tenham como disciplina eletiva libras.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, observa-se que as instituições Uniso, Unochapecó, UCPel, URI, Puc-Campinas e Unijuí oferecem formação em Libras para professores e técnicos-administrativos, com instrutores surdos e intérpretes de Libras. As instituições Unochapecó e Puc-Campinas confirmaram a oferta de formação, enquanto a Faccat não oferece formação em Libras para professores e funcionários, mas possui uma disciplina de Libras na graduação.

A educação desempenha um papel fundamental nas transformações da sociedade, sendo essencial para disseminar conhecimentos que são indispensáveis ao processo de aprendizagem (Lara; Carniello, 2018). Esses conhecimentos são fundamentais para o desenvolvimento humano e para a aprendizagem dentro da sociedade. O Quadro 6 apresenta uma síntese das respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: *“Na instituição tem professores que sabem Libras?”*

Quadro 9 – Sobre professores que se comunicam em Libras

ICES	Resposta
Uniso	Sim.
Unochapecó	Sim, inclusive temos um professor e um técnico em educação especial surdos na Instituição.
UCPel	Existe uma professora de libras. Ela é responsável pela disciplina optativa ofertada para todos os estudantes da universidade.
URI	Tem alguns.
Puc-Campinas	Sim.
Unijuí	Sim.
Faccat	Sim, temos alguns que sabem.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, observa-se que as instituições Uniso, Puc-Campinas e Unijuí responderam apenas “sim” quanto à disponibilidade de suporte para os surdos. As instituições Unochapecó e UCPel informaram que possuem professores e técnicos especializados em educação para surdos. A URI mencionou que oferece esse suporte, mas apenas em quantidade limitada, respondendo “tem alguns”. Já a Faccat afirmou “sim, temos alguns que sabem”.

A língua materna dos surdos é a Libras, e em situações como o vestibular para acesso ao ensino superior, muitas vezes, a comunidade surda enfrenta dificuldades devido à falta de acessibilidade, especialmente pela escassez de intérpretes de Libras. Isso ocorre apesar da legislação garantir o direito de acesso à educação para a comunidade surda (Silva, 2014). Esse cenário evidencia as barreiras presentes no ensino superior, mesmo com políticas públicas destinadas a assegurar esses direitos. O Quadro 10 apresenta uma síntese das respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: “*Como é a acessibilidade dos surdos no vestibular e/ou processo seletivo?*”

Quadro 10 – Sobre o apoio no vestibular e/ou processo seletivo

ICES	Resposta
Uniso	Possivelmente com intérpretes disponíveis para a realização do processo seletivo.
Unochapecó	Sempre com o apoio de um profissional intérprete.
UCPel	No vestibular, os candidatos surdos/as têm direito a um interprete de libras, bem como avaliação da redação transcrita pelo intérprete/ledor/transcritor. A avaliação da redação é feita por professores que fazem a compreensão de que a Libras não contém todos os artifícios da Língua Portuguesa.
URI	Na inscrição, o candidato solicita o recurso necessário para realizar a prova: Interprete, sala individual, mais tempo para a prova, alguns exemplos mais comuns.
Puc-Campinas	O ProAces possui parceria com a PUC-VEST, pois participa dos processos seletivos (vestibulares de verão e inverno) com o intuito de garantir a acessibilidade aos candidatos com deficiência, inscritos nesses processos. O Programa também acompanha os candidatos com deficiência, inscritos nos Programas de Pós-Graduação. Disponibiliza na inscrição formulário com um campo específico que o candidato indica qual a sua deficiência e os recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva que necessita.
Unijuí	Acompanhamento de uma ou mais intérpretes de Libras para recepcionar o aluno e acompanhá-lo na prova.
Faccat	Há um direcionamento para atendimento especializado quando o vestibulando solicita.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, percebe-se que, no que diz respeito à acessibilidade, as universidades que contam com profissionais intérpretes de Libras para acompanhar a realização do processo seletivo são as seguintes: Uniso, Unochapecó, UCPel, Puc-Campinas e Unijuí. Nessas instituições, após a inscrição, os candidatos têm o direito de solicitar o apoio, como a presença de intérprete de Libras. Por outro lado, a URI oferece opções adicionais, como maior duração para a realização da prova e a possibilidade de sala individual. Já a Faccat relatou que oferece direcionamento para atendimento especializado, caso o candidato solicite.

Após a coleta de todas as respostas, percebe-se que as ICES informam disponibilizar uma estrutura adequada para o acolhimento dos estudantes surdos, atendendo ao exigido pela legislação brasileira. A seguir é apresentada a perspectiva dos professores.

4.1.1 Análise da estrutura na percepção dos professores

Foi solicitado aos professores que indicassem o seu nível de concordância com relação aos aspectos de estrutura previamente identificados na teoria. Os resultados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Percepção dos professores sobre estrutura

Assertiva	Frequência					Média
	1	2	3	4	5	
A instituição na qual atuo tem uma estrutura adequada para a inclusão de estudantes surdos.	2	3	4	10	12	3,87
A instituição na qual atuo disponibiliza intérprete nas atividades dos estudantes surdos	2	3	4	6	15	3,90
Recebi capacitação para atividades de ensinios junto a estudantes surdos.	12	7	6	3	3	2,29
Recebi capacitação específica em Libras para me comunicar com estudantes surdos.	16	6	5	3	1	1,94

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Observa-se que os professores respondentes atuam em instituições que, de acordo com suas percepções, possuem uma estrutura para a inclusão de estudantes surdos, com uma média de 3,87, o que confirma a necessidade de oferta de estrutura, conforme exposto por Marconcin *et al.* (2013). Uma média muito próxima foi obtida com relação à oferta de intérpretes nas atividades dos estudantes surdos (média 3,90). Contudo, apesar da obrigatoriedade legal da oferta de intérpretes, dois professores discordaram totalmente da oferta e três discordaram parcialmente, revelando que as ICES não atendem plenamente ao exigido pela legislação.

Quanto à oferta de capacitação, fica evidente a falta de treinamento para os professores, tanto para ensinar junto aos estudantes surdos (média 2,29) quanto para se comunicarem em Libras com eles (média 1,94). Guimarães *et al.* (2020) destacam a importância da capacitação dos professores, mas, infelizmente, observou-se que a oferta de capacitação é muito baixa nas ICES.

Muito embora as informações obtidas na perspectiva dos professores não reflitam diretamente a situação das ICES previamente analisadas, pois não foi solicitado que os docentes informassem sua ICES de vínculo, é possível observar uma divergência entre as informações disponibilizadas pelas ICES e a experiência dos professores. Apesar das ICES terem estrutura

e informar que disponibilizam capacitações e apoio, os professores discordam desta situação ao informar a falta de capacitação e apoio para se comunicarem com os estudantes surdos.

A seguir é analisada a percepção dos estudantes surdos sobre a estrutura disponibilizada.

4.1.2 Análise da estrutura na percepção dos estudantes surdos

Foi solicitado aos estudantes que indicassem o seu nível de concordância com relação aos aspectos de estrutura previamente identificados na teoria. Os resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Percepção dos estudantes surdos sobre estrutura

Assertiva	Frequência					Média
	1	2	3	4	5	
A instituição na qual estudo tem uma estrutura adequada para a inclusão de estudantes surdos.	0	0	0	0	3	5,0
A instituição na qual estudo disponibiliza intérprete em todas as atividades que preciso.	0	0	0	2	1	4,33

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Observa-se que os respondentes surdos, de acordo com suas percepções, avaliam que a instituição em que estudam possui uma estrutura adequada para a inclusão de estudantes surdos, com uma média de 5,0, o que corrobora o exposto por Marconcin *et al.* (2013). Além disso, em relação à disponibilidade de intérpretes para todas as atividades necessárias, os respondentes atribuíram uma média de 4,33, o que confirma as observações de Santos e Oliveira (2014).

Diferente da perspectiva dos professores, os estudantes surdos confirmam o exposto pelas ICES sobre a oferta de estrutura e intérpretes para o seu aprimoramento profissional ao longo do ensino superior.

A experiência negativa dos professores, em oposição à experiência dos alunos e às informações obtidas sobre a estrutura disponibilizada, pode refletir uma dificuldade das ICES de tornarem esse suporte algo que atenda às necessidades efetivas dos professores, e não apenas dos discentes. Ainda, pode estar ocorrendo um foco no atendimento às necessidades dos estudantes, seguindo assim o previsto na legislação brasileira, mas, em oposição, os professores não sentem que o que é ofertado atende às suas necessidades para o ensino. Entretanto, como não é possível generalizar as informações obtidas, é importante que essa divergência sirva como um alerta para os gestores das ICES para que possam melhor disponibilizar a suas estruturas para os docentes.

No próximo subcapítulo são identificadas as dificuldades de acesso e permanência dos surdos nas ICES.

4.2 Identificação das dificuldades de acesso e permanência dos surdos nas instituições comunitárias de ensino superior (ICES) na perspectiva dos gestores

A legislação garante o direito de ter profissionais de intérprete de Libras no ensino superior, para acompanhar os acadêmicos surdos durante as disciplinas do curso de graduação, facilitando a compreensão do conteúdo (Guimarães, M. *et al.*, 2020; Guimarães, N. *et al.*, 2020). De acordo com as respostas obtidas, algumas universidades oferecem adaptações para os acadêmicos surdos, como o apoio de profissionais intérpretes de Libras. O Quadro 11 apresenta as recebidas de cada ICES para a pergunta: “*Quais são as dificuldades que você identifica para o acesso dos surdos ao ensino superior?*”

Quadro 11 – Sobre as dificuldades de acesso

ICES	Resposta
Uniso	Dificuldades de acessibilidade para realização do vestibular.
Unochapecó	A leitura e interpretação do português escrito.
UCPel	Temos na universidade uma nova equipe. Por esse motivo, ainda não tivemos contato com nenhum aluno surdo, e não temos como responder a pergunta.
URI	Intérprete em LIBRAS com formação para atuar no Ensino Superior.
Puc-Campinas	Uma das grandes dificuldades para alunos surdos acessarem o Ensino Superior se relaciona ao processo de inclusão realizado no ensino básico, sobretudo no que diz respeito ao ensino bilíngue.
Unijuí	[sem resposta].
Faccat	Ainda há poucos profissionais e colegas que conheçam libras, fato que acaba se tornando uma barreira e até mesmo, sem intenção alguma, fator excludente. Precisamos melhorar muito ainda neste sentido.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, observa-se que cada universidade enfrenta suas próprias dificuldades. A Uniso, por exemplo, encontra dificuldades na oferta de acessibilidade para o vestibular. A Unochapecó tem desafios relacionados à leitura e interpretação do português escrito, enquanto a UCPel, atualmente em formação de uma nova equipe, não possui surdos matriculados na graduação. Por sua vez, a URI enfrenta a dificuldade de encontrar intérpretes de Libras com formação superior, e a Puc-Campinas percebe que o acesso dos surdos ao ensino superior está relacionado ao espaço de ensino bilíngue. Já a Unijuí não forneceu resposta, e a Faccat relata ter poucos profissionais e colegas que conheçam Libras, o que ainda representa uma barreira, necessitando de melhorias.

A comunidade surda tem o direito de acessar a educação superior, assim como qualquer pessoa sem deficiência. No entanto, o acesso ao ensino superior requer a implementação de políticas públicas, como a utilização da Libras, que é a língua materna da comunidade surda. A

Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05 regulamentam a educação bilíngue, que prevê o uso de Libras como primeira língua e o português como segunda língua para os surdos (Martins; Napolitano, 2017). A comunidade surda, assim como qualquer outra, tem o direito de buscar o conhecimento no ensino superior para se preparar para o mercado de trabalho.

O Quadro 12 apresenta as respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: “*E com relação à permanência, quais são as dificuldades que você identifica?*”

Quadro 12 – Sobre as dificuldades de permanência

ICES	Resposta
Uniso	Dificuldades na adaptação dos conteúdos e profissionais especializados.
Unochapecó	A mesma dos demais estudantes, o grau de dificuldade do ensino, porque é necessário dedicação aos estudos e entender que o profissional intérprete no ES é apenas interpreta e não tem o papel de professor bilíngue.
UCPel	Temos na universidade uma nova equipe. Por esse motivo, ainda não tivemos contato com nenhum aluno surdo, e não temos como responder a pergunta.
URI	Alguns cursos ou disciplinas mais específicas utilizam vocabulários muito próprios e que muitas vezes precisam ser criados sinais para uma melhor interpretação.
Puc-Campinas	Para promover a permanência estudantil de alunos com deficiência é imprescindível que o ambiente acadêmico promova uma cultura inclusiva que elimine as barreiras: atitudinal, arquitetônica/física, comunicacional, pedagógica, programática e tecnológica.
Unijuí	Foco nos estudos, o aluno surdo precisa além dos estudos acadêmicos uma organização para estudar vocabulários específicos, uma rotina constante de estudo.
Faccat	Creio que a barreira da linguagem acaba gerando afastamento das pessoas e desmotivação para a continuidade dos estudos.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, observa-se que a Uniso relatou dificuldades para realizar adaptações de conteúdo e a contratação de profissionais especializados. A Unochapecó e a Unijuí mencionaram que há um esforço dedicado para ampliar o vocabulário, e a Unochapecó destacou que os intérpretes de Libras atuam apenas na tradução das disciplinas, e não como professores bilíngues. A UCPel está em processo de formação de uma nova equipe e, no momento, não possui acadêmicos surdos matriculados. A URI indicou que utiliza vocabulários próprios e precisa criar sinais específicos para melhorar a interpretação. Por sua vez, a Puc-Campinas observou a necessidade de promover uma cultura inclusiva para eliminar barreiras para pessoas com deficiência. Apenas a Faccat relatou que a barreira linguística acaba afastando as pessoas e causando desmotivação para a continuidade dos estudos.

As dificuldades enfrentadas pela comunidade surda no ensino superior refletem o esforço adicional necessário para lidar com a Língua Portuguesa, que é sua segunda língua

materna. Como a Língua Portuguesa não é sua língua natural, muitos surdos enfrentam desafios ao tentar compreender a comunicação oral dos professores, especialmente porque os ouvintes estão acostumados a falar e escrever ao mesmo tempo, o que não é adequado para a comunidade surda. Estes alunos dependem da comunicação visual, e o auxílio de intérpretes é fundamental para o acompanhamento das aulas (Gomes; Silva; Souza, 2018). A falta de compreensão por parte da sociedade sobre a inclusão também acentua essas dificuldades.

No Quadro 13 é possível observar as respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: *“Você considera que os professores estão preparados para atender aos estudantes surdos? Eles recebem qualificação e apoio para ensinar estudantes surdos? Como funciona?”*

Quadro 13 – Sobre a preparação dos professores

ICES	Resposta
Uniso	Em sua maioria, não. Apesar de haver incentivo da Universidade e apoio técnico, muitos não tem conhecimento.
Unochapecó	Não, somente quando se apresenta a dificuldade é que pensa nisso. Mesmo quando é ofertado momentos de formação, os mesmos não se engajam muito. Mas, isso não impede dos mesmos seguirem as orientações e tentarem incluir ao máximo os estudantes não somente surdos, mas a todos que apresentem algum tipo de limitação ou necessidade.
UCPel	Não. Mas acredito que no caso de haver matrícula de estudante surdo, haverá um preparado do corpo docente. No momento não são ofertadas capacitações, por não termos essa demanda.
URI	Atualmente temos cursos que estão mais preparados por já terem formado acadêmicos surdos, facilitando a entrada de novos acadêmicos. Outros cursos que não tiveram essa experiência, acredito que precisaram de suporte e formação a partir das demandas.
Puc-Campinas	A Universidade oferece um curso de Capacitação aos professores intitulado "Terras Inclusivas", no formato híbrido. Os temas propostos abrangem a sensibilização para a temática da deficiência (incluindo uma reflexão sobre a definição desse conceito e um breve histórico), discussão dos dados da PNAD e capacitismo, a deficiência no Ensino Superior (alcances e desafios) e a Deficiência na Puc-Campinas.
Unijuí	Sim, orientados pelo SAAI.
Faccat	A maioria dos professores ainda não está preparada para atender alunos de inclusão, incluindo os surdos. Especificamente em relação a formas de apoio adequadas ao aluno surdo, de fato ainda não estão sendo abordadas especificamente, embora trabalha-se a formação inclusiva recorrentemente.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, observa-se que as universidades Uniso, Unochapecó, UCPel e Faccat não estão totalmente preparadas para receber acadêmicos surdos, principalmente devido à falta de conhecimento sobre as necessidades dessa comunidade. Em contraste, as universidades URI, Puc-Campinas e Unijuí estão mais preparadas, pois já possuem acadêmicos surdos formados e estão estruturadas para acolher novos estudantes surdos. Além

disso, oferecem cursos como "Terras Inclusivas", que visam capacitar professores, promovendo uma reflexão sobre a deficiência no ensino superior. A Unijuí também mencionou que orientações do SAAI são fornecidas para garantir a inclusão.

Lemos (2010) refere que, de acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, há 10 milhões de pessoas surdas no Brasil, o que representa 5,1% da população brasileira, conforme estimativas do Censo de 2010. Apesar desse número significativo, ainda há uma grande falta de conhecimento sobre a inclusão da comunidade surda na sociedade e no ensino superior (Coqueiro, 2020).

O Quadro 14 demonstra as respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: *“Você considera que os técnicos administrativos estão preparados para atender aos estudantes surdos? Eles recebem qualificação e apoio para ensinar estudantes surdos? Como funciona?”*

Quadro 14 – Sobre a preparação dos técnicos-administrativos

ICES	Resposta
Uniso	Em sua maioria, não. Apesar de haver incentivo da Universidade e apoio técnico, muitos não têm conhecimento.
Unochapecó	Aos técnicos é ofertado tanto o curso de Libras como orientação no atendimento ao PCD, com atividade prática em cada setor.
UCPel	Não. Mas acredito que, no caso de haver matrícula de estudante surdo, haverá um preparado dos técnicos-administrativos. No momento, não são ofertadas capacitações por não termos essa demanda.
URI	Ainda estamos caminhando para isso, mantemos a formação constante em Libras, mas a grande barreira é neste momento não termos acadêmicos surdos frequentando algum curso. Isso não oportuniza a prática de Libras, e percebemos que acabam perdendo a agilidade na conversa em sinais.
Puc-Campinas	A Universidade também promove cursos de capacitação para o corpo técnico administrativo.
Unijuí	Sim. Curso de Libras e apoio do SAAI.
Faccat	Ainda precisamos melhorar neste quesito.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, percebe-se que as universidades Uniso e UCPel não estão totalmente preparadas devido à falta de conhecimento e à ausência de cursos de capacitação. Em contrapartida, as universidades Unochapecó, Puc-Campinas e Unijuí oferecem cursos de orientação para o atendimento a PCDs, além de promoverem capacitação para técnicos administrativos e cursos de Libras. A URI relatou que está caminhando com cursos de Libras, mas enfrenta barreiras devido à ausência de estudantes surdos na graduação, o que acaba fazendo com que essa oferta não seja plenamente aproveitada. Somente a Faccat mencionou que ainda precisa melhorar nesse aspecto.

O aumento do número de pessoas com deficiência no ensino superior tem elevado a responsabilidade das instituições em garantir o cumprimento da legislação sobre os direitos de

ingresso, vestibular e acompanhamento durante o curso de graduação (Teixeira, 2019). Apesar da presença de pessoas com deficiência no ensino superior, ainda existem grandes desafios para a sociedade, especialmente devido à falta de conhecimento sobre a inclusão.

O Quadro 15 apresenta as respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: “*A inclusão do ensino superior é um desafio para a ICES onde você atua? Por quê?*”

Quadro 15 – Sobre o desafio da inclusão

ICES	Resposta
Uniso	Sim. Todo processo de inclusão é algo desafiador para os educadores, pensando nas demandas e adaptações necessárias para a sua real inclusão.
Unochapecó	A inclusão é desafio em todos os lugares da sociedade, as pessoas precisam entender que a deficiência não limita da aprendizagem, que a pessoa com deficiência não é apenas a sua deficiência, ou seja, não podemos colocar um rótulo em cada pessoa. Por outro lado, o estudante com deficiência também precisa compreender que estudar no ES é desafiador para todos e que requer dedicação também.
UCPel	[Sem resposta].
URI	A inclusão é um desafio em todos os lugares, porque ainda não temos todo conhecimento, estamos sempre aprendendo, cada um é único e tem suas demandas específicas, já evoluímos muito, espaços físicos adaptados e sinalizados, evoluindo na comunicação, diminuindo barreira atitudinais. Porém ainda temos uma caminhada grande pela frente.
Puc-Campinas	Sim, pois promover a cultura inclusiva no ambiente universitário é um processo, uma construção que envolve diversos fatores desde da arquitetura da Universidade, passando pelas relações humano afetivas.
Unijuí	Sim, cada surdo tem suas especificidades, é ele quem vai nos dizer qual a sua melhor maneira de estudar.
Faccat	Sim, como é um tema relativamente novo, a maioria dos profissionais ainda não tem a formação necessária para dar suporte e apoio a estes alunos.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, percebe-se que as universidades Uniso, Unochapecó, UCPel, URI, Puc-Campinas, Unijuí e Faccat relataram que a inclusão é um desafio presente em toda a sociedade, com uma lacuna significativa de conhecimento para realizar as adaptações necessárias. Apesar disso, as pessoas com deficiência não devem ser vistas como limitações no processo de aprendizagem. Além disso, é fundamental que se compreenda que todos os professores no ensino superior enfrentam desafios e se esforçam para oferecer a melhor experiência de aprendizado possível. Somente a UCPel não forneceu uma resposta nesse sentido.

Todas as instituições de ensino superior têm a obrigação de disponibilizar a estrutura necessária para receber pessoas com deficiência, garantindo seu acesso à educação, conforme assegurado pela política pública, da mesma forma que ocorre com os estudantes sem deficiência. A igualdade de condições é um direito de todos (Carvalho Filha *et al.*, 2017).

Assim, de forma geral, as universidades precisam estar preparadas para oferecer acesso à inclusão, recebendo pessoas com diversos tipos de deficiência.

O Quadro 16 apresenta as respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: “*Na sua opinião, quais as dificuldades para promover a inclusão no ensino superior? Por quê?*”

Quadro 16 – Sobre as dificuldades da inclusão

ICES	Resposta
Uniso	Profissionais especializados.
Unochapecó	É preciso a compreensão por parte de todos os envolvidos, estudantes, professores, gestão, que a inclusão só acontece com a participação de todos. Aqui na nossa Instituição a inclusão é feita sempre da melhor forma, com a participação de todos para tentar incluir a todos da melhor forma.
UCPel	[Sem resposta].
URI	Percebo que algumas das pessoas com deficiência chegam ao ensino superior com orientação ou informações bastante equivocadas, muitas vezes, acreditando que por terem um diagnóstico clínico, não reprovam, não precisam estudar, fazer provas ou apresentar trabalhos, acreditando que não precisam fazer nenhum esforço acadêmico para aprenderem e tem uma profissão.
Puc-Campinas	A eliminação das barreiras que impedem a efetiva inclusão dos alunos com deficiência não é uma tarefa simples e sem complexidades, pois envolve muitas esferas (já citadas) como por exemplo a arquitetura adaptada e a eliminação de atitudes capacitistas.
Unijuí	[Sem resposta].
Faccat	As barreiras atitudinais de professores e colegas ainda são as mais difíceis de vencer.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, percebe-se que cada instituição enfrenta suas próprias dificuldades. A Uniso destaca a falta de profissionais especializados, enquanto a Unochapecó ressalta a necessidade de compreensão de toda a equipe envolvida para garantir uma inclusão mais eficaz. Já a URI relata que algumas pessoas com deficiência chegam ao ensino superior com orientações equivocadas, como a ideia de que não irão reprovam, de que não precisam estudar e de que não é necessário esforço para aprender e se formar. Por sua vez, a Puc-Campinas observa que eliminar as barreiras não é uma tarefa simples, citando como exemplo a arquitetura adaptada e a necessidade de superar atitudes capacitistas. As universidades UCPel e Unijuí não forneceram respostas, e a Faccat aponta que as barreiras impostas pelos professores e colegas ainda são difíceis de vencer.

Percebe-se que, apesar da oferta de estrutura pelas ICES, as maiores dificuldades para o acesso e permanência dos estudantes surdos está no aspecto humano, tanto pelo envolvimento e qualificação dos professores e técnicos-administrativos, como pela cultura do capacitismo que, muitas vezes, parte tanto dos profissionais como dos estudantes.

A seguir é analisada a percepção dos professores sobre às dificuldades de acesso e permanência.

4.2.1 Percepção dos professores com relação às dificuldades de acesso e permanência

Foi solicitado aos professores que indicassem o seu nível de concordância com relação aos aspectos de dificuldades de acesso e permanência dos estudantes surdos no ensino superior previamente identificados na teoria. Os resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Percepção dos professores com relação às dificuldades de acesso e permanência

Assertiva	Frequência					Média
	1	2	3	4	5	
Acredito que os estudantes surdos têm dificuldade de acesso ao ensino superior.	0	2	4	14	11	4,10
Acredito que os estudantes surdos têm dificuldade de permanência no ensino superior.	0	3	5	14	9	3,94
Sinto-me preparado para ensinar acadêmicos surdos.	9	6	4	9	3	2,71
Sinto-me preparado para apoiar os estudantes surdos a permanecerem no ensino superior.	6	2	4	11	8	3,42

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Observa-se que, entre os professores respondentes, aqueles que acreditam que os surdos têm dificuldades de acesso ao ensino superior apresentam uma média de 4,10, confirmando o que foi discutido pelos autores Gomes, Silva e Souza (2018). Quanto aos respondentes que acreditam que os estudantes surdos enfrentam dificuldades para permanecer no ensino superior, a média foi de 3,94, o que corrobora as análises de Santos e Dantas (2017).

Para os respondentes que se sentem preparados para ensinar os acadêmicos surdos, a média foi de 2,71, o que vai ao encontro do que destaca a autora Teixeira (2019). Por fim, os respondentes que se sentem preparados para apoiar os estudantes surdos na permanência no ensino superior obtiveram uma média de 3,42, o que é corroborado pelos autores Martins e Napolitano (2017).

Constata-se que os professores não se sentem preparados para lecionar para estudantes surdos, bem como tem dificuldade para apoiá-los para a permanência no ensino superior. Ao mesmo tempo, eles reconhecem as dificuldades desse aluno. Assim, verifica-se que, mesmo percebendo as dificuldades dos estudantes surdos, os professores não se sentem preparados para ajudá-los.

Conforme exposto pelos gestores das ICES, as dificuldades recaem, em parte, nos recursos humanos que não se estariam preparados para o atendimento aos estudantes. As respostas dos professores sustentam essa percepção, destacando novamente que não basta

apenas disponibilizar uma estrutura, é preciso que ela atenda às necessidades dos docentes, que são o elemento fundamental das universidades na formação dos estudantes.

A seguir é apresentada a percepção dos estudantes sobre as dificuldades e acesso e permanência.

4.2.2 Percepção dos estudantes surdos com relação às dificuldades de acesso e permanência

Foi solicitado aos estudantes que indicassem o seu nível de concordância com relação aos aspectos de dificuldades de acesso e permanência previamente identificados na teoria. Os resultados são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Percepção dos estudantes surdos com relação às dificuldades de acesso e permanência

Assertiva	Frequência					Média
	1	2	3	4	5	
Tive dificuldade de acesso ao ensino superior ao realizar o processo seletivo.	0	0	1	2	0	3,67
Tenho dificuldades de permanência no ensino superior por falta de estrutura.	0	0	0	2	1	4,33
Tenho dificuldades de permanência no ensino superior por falta de disponibilidade de intérpretes para me acompanhar nas atividades.	0	0	0	3	0	4,0
Tenho dificuldades de permanência no ensino superior porque os professores não estão preparados para atender estudantes surdos.	0	1	0	2	0	3,33

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Observa-se que os surdos respondentes que enfrentaram dificuldades de acesso ao ensino superior durante o processo seletivo obtiveram uma média de 3,67, o que confirma as análises de Martins e Napolitano (2017). Também se observa que os surdos respondentes que enfrentaram dificuldades para permanecer no ensino superior devido à falta de estrutura apresentaram uma média de 4,33, estando alinhado ao exposto por Duarte (2013). Além disso, os surdos respondentes que relataram dificuldades para permanecer no ensino superior devido à falta de disponibilidade de intérpretes para acompanhá-los nas atividades apresentaram uma média de 4,0, o que corrobora com os estudos de Guimarães *et al.* (2020). Por fim, os surdos respondentes que mencionaram dificuldades para permanecer no ensino superior devido à falta de preparo dos professores para atender às necessidades dos estudantes com uma média de 3,33, não sendo possível estar de acordo com Oliveira *et al.* (2016).

Destaca-se que a menor dificuldade apontada pelos estudantes é a falta de preparo dos professores. Entretanto, tanto os gestores das ICES como os próprios professores manifestaram

em questões anteriores que há uma falta de preparo dos mesmos. Logo, parece haver uma percepção positiva dos alunos com relação aos professores ao passo que esses sentem uma limitação na sua capacidade de trabalho e preparo.

As maiores dificuldades estão na disponibilidade de estrutura e intérpretes pelas ICES, tanto na visão dos estudantes como dos professores. Considerando que está sendo ofertado o que é exigido pela legislação brasileira, cabe questionar se esta oferta seria suficientemente adequada, bem como se falta um melhor alinhamento entre os atores envolvidos. Emerge aqui um potencial de melhoria na oferta de apoio aos acadêmicos surdos, tema a ser melhor investigado a seguir.

4.3 Identificação de oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência dos surdos nas instituições comunitárias de ensino superior

O desenvolvimento regional apoia as transformações necessárias para melhorar a sociedade, especialmente no que diz respeito à educação, a fim de evitar desigualdades sociais. A educação deve ser conduzida de forma planejada e responsável, garantindo que o conhecimento seja disseminado para todos os espaços, o que é essencial para o crescimento qualitativo do saber.

O desenvolvimento depende de áreas como a economia, a política, a saúde e as instituições educacionais, e em todas elas a produção de qualidade é fundamental. A escolha da liberdade é um direito que deve ser garantido, a fim de promover a evolução humana e criar um espaço adequado para o bem-estar da população, como relatam Silva, J. e Silva, O. (2019) e Wentroba e Botelho (2021).

De maneira geral, o desenvolvimento regional é uma força transformadora essencial para a educação na sociedade, exigindo equipes responsáveis pela implementação de produções de qualidade e pela garantia de liberdade para toda a população. No Quadro 17 apresentam-se as respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: *“Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar o processo de aprendizagem dos surdos nas disciplinas de graduação?”*

Quadro 17 – Sobre melhorias no processo de aprendizagem

(continua)

ICES	Resposta
Uniso	Formação específica.
Unochapecó	O aprendizado da Libras auxiliaria muito a comunicação, com certeza. Sentir-se acolhido faz toda a diferença.
UCPel	[Sem resposta].

(conclusão)

ICES	Resposta
URI	Seria ideal termos mais acesso aos professores (na grande maioria são horistas), o que nos limita de certa forma a orientações mais diretas.
Puc-Campinas	Eliminação das barreiras, sobretudo a comunicacional, e a oferta de ensino em Libras.
Unijuí	Acredito que o ensino básico também deve preparar o aluno surdo para autonomia nos estudos.
Faccat	Promoção de curso de Libras e aumento das tecnologias assistivas.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, percebe-se as dificuldades enfrentadas por cada ICES. A Uniso destaca a falta de formação específica, enquanto as universidades Unochapecó e Puc-Campinas relatam que os cursos de Libras auxiliam na comunicação e ajudam a eliminar as barreiras. A URI menciona que a limitação dos professores, em sua maioria horistas, dificulta o processo de orientação. A Unijuí acredita que o ensino básico prepara os alunos surdos para a autonomia nos estudos. A UCPel não forneceu uma resposta, e a Faccat relatou dificuldades relacionadas à promoção do curso de Libras e ao aumento das tecnologias assistivas.

Pessoas com deficiências, incluindo a comunidade surda, enfrentam desafios diários na sociedade, e essas dificuldades se refletem também na educação superior. Apesar de os acadêmicos possuírem a capacidade de se envolver nos estudos, a falta de conhecimento da sociedade sobre suas necessidades e sobre como prestar um atendimento adequado é um obstáculo. A simples resolução de dúvidas sobre como oferecer apoio ainda é dificultada pelas barreiras sociais. Embora a Libras tenha o reconhecimento legal há 12 anos, ainda há uma carência de compreensão sobre sua importância dentro do discurso inclusivo (Mendes; Bastos, 2016). As barreiras para a comunidade surda no ensino superior, especialmente no processo de aprendizagem, continuam a existir, demandando um grande esforço para garantir acessibilidade e envolvimento nos estudos, mesmo em ambientes que não oferecem as condições adequadas.

O Quadro 18 demonstra uma síntese das respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: *“Como você acha que poderiam ser melhoradas as condições de acesso e permanência dos surdos no ensino superior em termos de estrutura?”*

Quadro 18 – Sobre melhorias nas condições de acesso e permanência

(continua)

ICES	Resposta
Uniso	Intérpretes disponíveis.
Unochapecó	Compreender a escrita do surdo é importante, assim como entender que partir dos exemplos concretos facilitaria muito a compreensão dos conteúdos pelo estudante surdo.
UCPel	[Sem resposta].
URI	Maior vocabulário técnico e específico de disciplinas dos cursos superiores.

(conclusão)

ICES	Resposta
Puc-Campinas	Elaboração e execução de um Plano de Acessibilidade Individual, com a ativa participação do aluno surdo que indicaria quais os recursos de tecnologias assistivas ele se beneficiaria. Acompanhamento sistemático do plano de acessibilidade (com eventuais alterações e atualizações) por uma equipe técnica, capacitação e orientação ao corpo docente, discente e técnico administrativo.
Unijuí	Adaptação pedagógica, didática, visual.
Faccat	Aumento do número de professores fluentes em libras, sistemas de alerta visuais e também tradutores para Línguas de Sinais.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, percebe-se que cada ICES apresenta diferentes abordagens em relação às adaptações para facilitar o acesso dos surdos ao ensino superior. A Uniso destaca a presença de intérpretes disponíveis. A Unochapecó enfatiza a importância de compreender a produção escrita dos surdos. A UCPel não forneceu resposta. A URI mencionou a ampliação do vocabulário nas disciplinas dos cursos superiores. A Puc-Campinas relatou a elaboração de um plano de acessibilidade com a participação ativa do aluno surdo e acompanhamento sistemático do plano. A Unijuí mencionou a adaptação pedagógica, didática e visual. A Faccat destacou a necessidade de aumentar o número de professores fluentes em Libras, além de implementar sistemas de alerta visuais e tradutores de Língua de Sinais.

Os profissionais das instituições de ensino superior enfrentam dificuldades para atender alunos surdos devido à falta de preparação em ensino inclusivo. Essa lacuna no preparo dos docentes dificulta o acesso e a inclusão da comunidade surda, uma vez que as necessidades especiais desses alunos não são adequadamente atendidas (Oliveira *et al.*, 2016). A falta de conhecimento sobre práticas inclusivas entre os profissionais de ensino superior contribui para a insatisfação em receber estudantes surdos.

No Quadro 19 apresentam-se as respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: “*Que tipo adaptação poderia facilitar o processo de aprendizagem dos surdos no ensino superior?*”

Quadro 19 – Sobre adaptações no processo de aprendizagem

ICES	Resposta
Uniso	Formação especializada.
Unochapecó	Ter mais pessoas surdas na Instituição criaria um ambiente oportuno para esclarecer algum pré conceito a respeito das questões da surdez.
UCPel	[Sem resposta].
URI	Maior domínio e mais pessoas se comunicando em Libras.
Puc-Campinas	Sensibilização para o tema e capacitação.
Unijuí	Orientações quanto às suas especificidades.
Faccat	Cursos de formação inclusiva em Libras

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, percebe-se que a Uniso destaca a necessidade de formação especializada para atender os surdos no ensino superior. As universidades Unochapecó e URI mencionam que é necessário ter mais pessoas surdas no ensino superior. A Puc-Campinas ressalta a importância da sensibilização para o tema e da capacitação dos profissionais. Por sua vez, a Unijuí enfatiza a orientação sobre as especificidades dos alunos surdos. A UCPel não forneceu resposta, e a Faccat destaca a oferta de cursos de formação inclusiva e de Libras para os profissionais. Essas respostas evidenciam diferentes abordagens sobre como melhorar a inclusão de surdos nas instituições de ensino superior, com ênfase na capacitação e na presença de mais surdos no ambiente acadêmico.

Constata-se que há dois pontos fundamentais elencados pelos gestores das ICES. O primeiro é a ampliação do número de pessoas com formação em Libras, o que facilitaria a comunicação e permitiria, ainda, a criação de um vocabulário próprio adequado ao ensino nesse idioma. O segundo compreende o envolvimento da própria comunidade surda no contexto acadêmico, inclusive com a ampliação do número de estudantes surdos como alternativa para a redução das dificuldades. De fato, a ampliação do número de estudantes poderia ajudar a ampliar investimentos, bem como a reduzir barreiras culturais como o capacitismo. Entretanto, sem que haja um melhor alinhamento para que a estrutura atual seja melhor aproveitada, bem como a melhor qualificação do corpo técnico e docente, permanecem as dificuldades de inclusão.

A seguir, apresenta-se a percepção dos professores com relação às oportunidades de melhoria nas condições de acesso e permanência.

4.3.1 Percepção dos professores com relação às oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência

Foi solicitado aos professores que indicassem o seu nível de concordância com relação às oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência dos estudantes surdos no ensino superior previamente identificadas na teoria. Os resultados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Percepção dos professores com relação às oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência

Assertiva	Frequência					Média
	1	2	3	4	5	
Sinto falta de capacitações para acolher e ensinar aos acadêmicos surdos.	0	1	5	14	11	4,13
Sinto falta de intérpretes para me comunicar com os estudantes surdos.	8	1	10	6	6	3,03
Acredito que recursos tecnológicos poderiam melhorar a interação com os estudantes surdos.	0	0	5	13	13	4,26
Acredito que capacitações em Libras poderiam melhorar a interação com os estudantes surdos.	0	2	3	12	14	4,23

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, observa-se que os professores que sentem a falta de capacitação para acolher e ensinar aos acadêmicos surdos apresentam uma média de 4,13, o que está de acordo com Oliveira *et al.* (2016). Em relação à falta de intérpretes para se comunicar com os estudantes surdos, a média foi de 3,03, corroborando a pesquisa de Carvalho *et al.* (2017).

Quando questionados sobre a possibilidade de recursos tecnológicos melhorarem a interação com os estudantes surdos, a média foi 4,26, confirmando os resultados de Gumbowsky *et al.* (2020). Por fim, os respondentes que acreditam que capacitações em Libras poderiam melhorar a interação com os estudantes surdos indicaram uma média de 4,23, de sustentando o exposto por Mendes e Bastos (2016).

Tais dados indicam que a falta de capacitação docente e de intérpretes ainda é uma dificuldade significativa, mas também mostram um alto reconhecimento da importância de recursos tecnológicos e capacitação em Libras para melhorar a interação e a inclusão dos estudantes surdos no ensino superior.

A seguir é apresentada a perspectiva dos estudantes surdos com relação às oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência.

4.3.2 Percepção dos estudantes surdos com relação às oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência

Foi solicitado aos estudantes que indicassem o seu nível de concordância com relação com relação às oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência previamente identificadas na teoria. Os resultados são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Percepção dos estudantes surdos com relação às oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência

Assertiva	Frequência					Média
	1	2	3	4	5	
Acredito que os professores precisam de maior preparo para o atendimento de alunos surdos.	0	0	0	1	2	4,67
Acredito que a maior oferta de intérpretes poderia melhorar a minha interação com os professores e colegas.	0	1	0	2	0	3,33
Acredito que recursos tecnológicos poderiam melhorar a minha interação com os professores e colegas.	0	0	0	3	0	4,00
Acredito que capacitações em Libras para professores, técnicos-administrativos e outros alunos (ouvintes) poderiam melhorar a interação com os estudantes surdos.	0	0	0	2	1	4,33

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas dos surdos respondentes, percebe-se que a média de 4,67 foi obtida para a questão sobre a necessidade de maior preparo dos professores para atender os alunos surdos, o que confirma a afirmação de Carvalho Filha *et al.* (2017). Em relação à questão sobre a oferta de intérpretes, que poderia melhorar a interação entre os surdos, professores e colegas, a média também foi de 3,33, corroborando os resultados de Souza *et al.* (2014). Em relação aos recursos tecnológicos, poderia haver melhorias para a interação entre os professores e os colegas, sendo obtida uma média de 4,00, estabelecendo-se, assim, a relação com o exposto por Gumbowsky *et al.* (2020). Quando questionados sobre a importância de capacitações em Libras para professores, técnicos-administrativos e outros alunos (ouvintes), a média também foi 4,33, indicando concordância com Lira (2022).

Constata-se que as maiores oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência dos surdos nas ICES estão na qualificação de professores e técnicos administrativos para a ampliação do domínio de Libras, bem como para o uso de recursos tecnológicos. Há uma convergência na percepção dos gestores das ICES, professores e estudantes sobre a necessidade de investimento no capital humano qualificado para melhorar o processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, manter o estudante surdo na universidade.

Investimentos em estrutura e tecnológica também contribuem nesse processo, mas, aparentemente, apesar da impossibilidade de generalização dos resultados, não adianta a ampliação da estrutura sem o desenvolvimento humano.

A seguir são analisadas as contribuições potenciais da inclusão dos surdos no ensino superior para o desenvolvimento regional.

4.4 Contribuições potenciais da inclusão de surdos no ensino superior para o desenvolvimento regional

A educação desempenha um papel essencial no desenvolvimento regional, pois visa promover inovação, crescimento e avanço econômico e tecnológico. Ela contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades humanas, ampliando os conhecimentos e proporcionando à sociedade melhores oportunidades no mercado de trabalho, especialmente para aqueles que buscam qualificação (Souza *et al.*, 2014). A disseminação de conhecimentos e tecnologias por meio da educação é crucial para a melhoria das condições de vida e o fortalecimento das competências da população.

O Quadro 20 apresenta as respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: “*Na sua visão, quais são as contribuições da formação superior para o surdo?*”

Quadro 20 – Sobre a contribuição da formação superior para os surdos

ICES	Resposta
Uniso	Autonomia, independência e possibilidade de inserção no mercado de forma especializada.
Unochapecó	Imprescindível! A formação superior é algo bom para todas as pessoas, melhora o conhecimento e abre portas para trabalhos com melhores remunerações.
UCPel	[Sem resposta].
URI	Conquistar uma profissão, ter formação na área para atuar no mercado de trabalho, dignidade para exercer uma profissão e ter seus proventos.
Puc-Campinas	A construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
Unijuí	Formação profissional.
Faccat	Possibilita ao aluno ter uma profissão, promove <i>network</i> , mercado de trabalho, deste modo inserindo ainda mais esse aluno na sociedade.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, observa-se que as instituições Uniso e Unijuí destacam a independência e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho por meio da formação profissional especializada. As universidades Unochapecó e URI reconhecem a necessidade de uma formação específica no ensino superior para garantir o sucesso dos alunos no mercado de trabalho. A UCPel não forneceu uma resposta, e a Faccat enfatiza que, ao ter uma profissão, o aluno promove sua rede de contatos (*network*) e se insere mais ativamente na sociedade, facilitando sua inclusão no mercado de trabalho.

O desenvolvimento regional está intrinsecamente relacionado à educação, uma vez que ela tem o poder de promover transformações significativas na sociedade. A educação contribui para o processo de aprendizagem, reduzindo desigualdades e criando espaço para políticas públicas que favoreçam o crescimento e a capacitação contínua (Rota Júnior, 2008). Assim, o

desenvolvimento regional promove a transformação da sociedade ao garantir a igualdade de oportunidades e o acesso ao conhecimento.

O Quadro 21 apresenta as respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: “*Você considera que a formação superior dos surdos ajuda a reduzir o capacitismo na sociedade?*”

Quadro 21 – Sobre a redução do capacitismo

ICES	Resposta
Uniso	Com toda a certeza. Isso torna o surdo parte da sociedade.
Unochapecó	Com certeza! Todos temos potencial, não existe uns com mais ou com menos. Criar barreiras ou impedir o desenvolvimento pleno do surdo é um desrespeito.
UCPel	Com certeza. A conclusão de um curso de graduação aumenta sua visibilidade e representatividade, ajudando a reduzir os preconceitos.
URI	Acredito que sim, pois oportuniza a entrada no mercado de trabalho de alguém qualificado com conhecimento na área de formação.
Puc-Campinas	Sim.
Unijuí	Sim.
Faccat	Sim, com certeza.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, observa-se que as instituições de ensino superior apresentam diferentes perspectivas sobre a importância da educação para a inclusão da comunidade surda na sociedade. A Uniso, por exemplo, afirma que a educação torna o surdo parte ativa da sociedade. Já a Unochapecó destaca que não deve haver barreiras, pois criar diferenças entre os indivíduos é uma forma de desrespeito. A UCPel acredita que a graduação aumenta a visibilidade e representatividade dos surdos, enquanto a URI aponta que a educação oferece oportunidades no mercado de trabalho, possibilitando o acesso ao conhecimento e à formação. Por sua vez, a Puc-Campinas e a Unijuí apenas confirmaram que a educação é fundamental para a inclusão.

Em relação ao desenvolvimento regional, a educação desempenha um papel crucial na promoção da inovação, no crescimento econômico e no desenvolvimento tecnológico. Ela auxilia na qualificação da população, proporcionando melhores oportunidades no mercado de trabalho e contribuindo para o processo de aprendizagem que beneficia a sociedade como um todo (Souza *et al.*, 2014). A educação, ao transformar o processo de aprendizagem, contribui para o aprimoramento do ambiente de trabalho e o fortalecimento da sociedade.

O Quadro 22 apresenta as respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: “*Você considera que a educação inclusiva contribui para o desenvolvimento regional?*”

Quadro 22 – Sobre educação inclusiva

ICES	Resposta
Uniso	Sim.
Unochapecó	Sim, já foi o tempo que a inclusão se restringia apenas entre as paredes das escolas.
UCPel	Sim, a educação inclusiva contribui para o desenvolvimento regional ao garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou necessidades, tenham acesso à educação de qualidade, a inclusão educacional aumenta a capacitação da população, promovendo maior participação econômica e social.
URI	Muito! Hoje temos ótimos profissionais que tem algum tipo de deficiência, que se desafiaram cursar o ensino superior, no nosso caso à noite, e hoje são pessoas realizadas profissionalmente. (Temos somente dois cursos diurnos).
Puc-Campinas	Sim.
Unijuí	Sim.
Faccat	Com toda certeza, o aluno de inclusão tem muito a contribuir em vários níveis, começando pela sala de aula, ao mostrar para todos o quanto são capazes e produtivos.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, percebe-se que as diferentes universidades têm visões variadas sobre a inclusão da comunidade surda e a educação superior. A Unochapecó destaca que a inclusão era limitada apenas às paredes da escola, sugerindo uma visão mais restrita da inclusão. A UCPel enfatiza a importância de garantir acesso à educação de qualidade, promovendo a participação econômica e social de todos, incluindo pessoas com deficiência. A URI menciona que possui ótimos profissionais com algum tipo de deficiência, destacando uma abordagem positiva e inclusiva. As universidades Uniso, Puc-Campinas e Unijuí apenas confirmaram a importância da inclusão com respostas afirmativas. A Faccat destaca que a inclusão, que começa na sala de aula, é fundamental para o desenvolvimento, pois as pessoas com deficiência são capazes e produtivas.

A educação, como direito social, é essencial para garantir o acesso ao ambiente de aprendizagem e permitir que todos tenham oportunidades de desenvolver habilidades e conhecimentos. O desenvolvimento regional, quando integrado à educação, pode melhorar a sociedade, oferecendo formações profissionais qualificadas para atender às necessidades de todos os indivíduos (Seddon; Lino, 2021). Isso reflete a importância da inclusão educacional como fator de transformação social e econômica.

O Quadro 23 apresenta as respostas recebidas de cada ICES para a pergunta: “*Você considera que pedagogia bilíngue é importante para o desenvolvimento regional?*”

Quadro 23 – Sobre pedagogia bilíngue

ICES	Resposta
Uniso	Sim.
Unochapecó	Com certeza! Entender o Ser Surdo é fundamental em uma sociedade anticapacitista e preconceituosa. Respeitar sua língua, seu modo de ser e de se expressar é importante em uma sociedade inclusiva.
UCPel	Com certeza, pois promove a inclusão de pessoas surdas.
URI	Acredito que sim, pois temos uma demanda crescente e com profissionais melhores capacitados, temos pessoas com melhores oportunidades no decorrer da vida escolar e acadêmica.
Puc-Campinas	Sim.
Unijuí	Sim.
Faccat	Sim, com certeza.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, observa-se que algumas universidades estão mais conscientes da importância da inclusão e do respeito à comunidade surda. Nesse sentido, a Unochapecó enfatiza a necessidade de respeitar a língua e a identidade da comunidade surda, destacando a importância de uma sociedade inclusiva. A UCPel reforça seu compromisso com a promoção da inclusão das pessoas surdas, sugerindo práticas mais integradoras dentro do ambiente acadêmico. A URI menciona que conta com profissionais capacitados e oferece oportunidades para as pessoas com deficiência, inclusive no contexto acadêmico, o que demonstra um esforço para garantir o acesso e a permanência de estudantes surdos. As universidades Uniso, Puc-Campinas, Unijuí e Faccat responderam afirmativamente, reconhecendo a importância da inclusão, mas sem apresentar respostas detalhadas sobre suas práticas específicas.

As respostas obtidas indicam que, embora haja uma conscientização crescente sobre a necessidade de promover a inclusão, as abordagens e práticas variam entre as instituições. A inclusão não se limita apenas ao acesso, mas envolve também o respeito à identidade dos estudantes e a adaptação do ambiente acadêmico para garantir oportunidades equitativas para todos. Isto posto, é importante salientar que a inclusão de pessoas surdas no ensino superior é um processo contínuo que requer tanto a capacitação dos profissionais quanto a implementação de políticas institucionais que promovam a diversidade e a acessibilidade.

Na sequência é apresentada a percepção dos professores com relação às contribuições potenciais da inclusão para o desenvolvimento regional.

4.4.1 Percepção dos professores com relação às contribuições potenciais da inclusão para o desenvolvimento regional

Foi solicitado aos professores que indicassem o seu nível de concordância com relação às contribuições potenciais da inclusão para o desenvolvimento regional previamente identificadas na teoria. Os resultados são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 – Percepção dos professores com relação às contribuições potenciais da inclusão para o desenvolvimento regional

Assertiva	Frequência					Média
	1	2	3	4	5	
Acredito que a formação superior ajuda na inserção dos surdos na sociedade.	0	1	3	5	22	4,55
Acredito que a formação superior ajuda na redução do preconceito com os surdos na sociedade.	0	0	1	9	21	4,65
Acredito que a formação superior é uma forma de ampliar a liberdade dos surdos para construção de seus futuros.	0	0	1	6	24	4,74

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, percebe-se que os professores têm uma visão bastante positiva sobre o impacto da formação superior na inclusão dos surdos na sociedade. As médias altas nas respostas indicam que eles acreditam fortemente no papel da educação superior para promover a inserção dos surdos, a redução de preconceitos e a ampliação das oportunidades de liberdade e construção do futuro para essas pessoas. Isso pode ser demonstrado pela média 4,55 sobre a crença de que a formação superior ajudaria na inserção dos surdos na sociedade, corroborando com Silva (2017). Aos que acreditam que a formação superior ajudaria na redução do preconceito com os surdos, obteve-se média 4,65, o que vai ao encontro dos estudos de Silva (2020). Ainda, tem-se uma média 4,74, referente à visão de que a formação superior é uma forma de ampliar a liberdade dos surdos para a construção de seus futuros, confirmando o exposto por Costa (2012).

Esses dados refletem um entendimento positivo da função da educação superior não só como uma ferramenta de aprendizado acadêmico, mas também como um instrumento de transformação social, ajudando a combater o preconceito e promovendo a autonomia dos surdos na sociedade. O ensino superior, portanto, é visto como um meio crucial para fortalecer a inclusão e permitir o pleno exercício da cidadania por parte dos surdos.

Na sequência é apresentada a percepção dos estudantes surdos com relação às contribuições potenciais da inclusão para o desenvolvimento regional.

4.4.2 Percepção dos estudantes surdos com relação às contribuições potenciais da inclusão para o desenvolvimento regional

Foi solicitado aos estudantes que indicassem o seu nível de concordância com relação às contribuições potenciais da inclusão para o desenvolvimento regional previamente identificadas na teoria. Os resultados são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8 – Percepção dos estudantes surdos com relação às contribuições potenciais da inclusão para o desenvolvimento regional

Assertiva	Frequência					Média
	1	2	3	4	5	
Acredito que a formação superior ajuda a minha inserção na sociedade.	0	1	0	1	1	3,67
Acredito que a formação superior ajuda na redução do preconceito com os surdos na sociedade.	0	1	0	2	0	3,33
Acredito que a formação superior é uma forma de ampliar a liberdade dos surdos para construção de seus futuros.	0	1	0	1	1	3,67

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Observando os dados obtidos percebe-se que a maioria dos surdos se preocupa mais quanto a inserção na sociedade (3,67) e a formação superior como uma forma de ampliar a liberdade para construção para seus futuros (3,67). Corroborando com essa ideia, Sen (2018, p.104), afirma que, “[...] quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria”. Com isso, destaca-se a importância da educação inclusiva para aumentar a probabilidade de superação da penúria e ampliar a liberdade das pessoas, com a inserção na sociedade.

Sobre a formação superior como auxiliar na redução do preconceito, observa-se que este foi o item com menor índice obtido (3,33) o que demonstra que os surdos não vêem a educação superior como um fator determinante para auxiliar a diminuir o preconceito. Contribuindo com essa ideia, Silva (2020, p. 34-35) destaca que:

Com a aquisição de bons serviços públicos, há uma evidente melhoria na qualidade de vida, haja vista que os indivíduos usufruem uma situação favorável de liberdade para satisfazer seus anseios. Sobretudo, desenvolver as capacidades necessárias para eliminar entraves que restringem a liberdade de escolha do indivíduo. Nesse sentido, o desenvolvimento humano apenas é atingido quando os indivíduos adquirem liberdade para escolher os caminhos que podem tomar.

Isso mostra a importância da melhoria da qualidade de vida, como a liberdade, mas não a relaciona com a eliminação de entraves, como o preconceito.

As respostas dos surdos, com médias de 3,67 e 3,33 para as questões sobre inserção social, redução do preconceito e ampliação da liberdade por meio da formação superior, sugerem que, apesar do potencial do ensino superior para promover mudanças significativas, eles podem não perceber esses benefícios de forma tão clara ou imediata. Essa percepção pode estar relacionada a desafios concretos, como barreiras de acessibilidade, falta de apoio adequado, ou mesmo experiências negativas com a inclusão nas instituições de ensino superior. Como afirmado por Sen (2018, p.63), “[...] o objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. As capacidades individuais dependem crucialmente, entre outras coisas, de disposições econômicas, sociais e políticas”. Isso mostra a importância de as ICES eliminarem as barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência comunicacional e promoverem experiências positivas de inclusão.

A visão de Maciel (2000), Silva (2020) e Sen (2018) sobre a importância da educação superior para a inclusão e a liberdade dos surdos se confirma, mas a realidade observada por esses respondentes mostra que o caminho ainda está repleto de obstáculos que precisam ser superados, principalmente no contexto da inclusão efetiva e do combate ao preconceito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou a importância de promover a inclusão na sociedade, garantindo o mesmo acesso e igualdade que as pessoas ouvintes, tendo em vista que a inclusão no ensino superior contribui diretamente para o desenvolvimento regional, promovendo a inserção social dos surdos. Nesse sentido, o desenvolvimento regional é fundamental para quebrar barreiras.

O estudo procurou demonstrar que a comunidade surda tem direito à igualdade e que promover o respeito ao espaço como diversidade é essencial, já que oportuniza a redução do preconceito e a união, usando o mesmo espaço para cada diversidade, o que é tão necessário para criar uma sociedade mais inclusiva.

O tema foi escolhido pela pesquisadora, que é surda e enfrentou grandes desafios para ingressar no ensino superior. Houve muita adaptação e, apesar dos esforços dos docentes, muitos ficaram “surpresos” com sua presença, mesmo sem estarem preparados para apoiar seu processo de aprendizagem. Isso ocorreu mesmo com o apoio da tradutora, pois a metodologia de ensino não funcionava adequadamente – o que foi desafiador para todos.

O objetivo geral da dissertação foi analisar como as instituições comunitárias de ensino superior podem promover a inclusão da comunidade surda de forma a contribuir para o desenvolvimento regional. A pesquisa envolveu três grupos: gestores, professores e acadêmicos surdos. Os objetivos específicos foram: analisar a estrutura e a disponibilidade de inclusão nas universidades comunitárias para acadêmicos surdos; identificar as dificuldades de acesso e permanência dos surdos nas instituições; explorar oportunidades para melhorar as condições de acesso e permanência; e revelar as contribuições dessa inclusão para o desenvolvimento regional. Todos os objetivos foram atingidos.

A pesquisa foi realizada por meio de questionários aplicados via *Google Forms*, com a participação de sete universidades comunitárias. As respostas obtidas mostraram como essas instituições podem promover a inclusão da comunidade surda, cumprindo as leis de direitos da comunidade surda e garantindo que usem os mesmos espaços que qualquer outra pessoa da sociedade, com igualdade. O desenvolvimento regional também se mostrou importante para reduzir o preconceito, quebrar barreiras e mostrar a relevância das diversidades em um espaço comum, com ou sem deficiência.

Os resultados indicaram que as instituições comunitárias de ensino superior podem promover a inclusão da comunidade surda, contribuindo para o desenvolvimento regional. Os dados obtidos foram analisados a partir de três grupos principais: gestores, professores e acadêmicos surdos. A análise dos gestores, responsáveis pelas instituições, mostrou que é

fundamental ter um espaço de apoio, como o “Núcleo de Acessibilidade”, que é destinado a apoiar as pessoas com deficiência durante a inscrição e ao longo do curso de graduação, promovendo a inclusão na sociedade e auxiliando no processo de aprendizagem.

A análise sobre os profissionais intérpretes de Libras revelou que a maioria das universidades comunitárias contrata diretamente profissionais de Libras. Além disso, muitas dessas instituições oferecem formação em Libras para professores e técnicos-administrativos, com instrutores surdos e intérpretes de Libras, facilitando a comunicação dentro da sociedade com a segunda língua materna da comunidade surda.

A análise sobre os professores das universidades mostrou que, embora alguns saibam se comunicar em Língua Brasileira de Sinais (Libras), ainda há uma grande necessidade de mais capacitação. Também foi observado que a maioria das universidades oferece acessibilidade nos vestibulares, permitindo que os candidatos surdos solicitem apoio, como intérpretes de Libras e salas individuais, facilitando o acesso ao ensino superior.

Também foram identificadas dificuldades de acesso, especialmente em relação ao vestibular, devido à falta de acessibilidade, desafios na leitura e interpretação do português escrito, bem como por conta da escassez de profissionais de intérpretes de Libras com formação especializada. Além disso, a permanência dos surdos nas instituições foi dificultada pela falta de adaptações nos conteúdos, pela ausência de professores bilíngues e pela necessidade de ampliar os vocabulários específicos para facilitar as interpretações.

Outro desafio identificado foi a falta de preparo dos professores para receber acadêmicos surdos na graduação devido à ausência de conhecimento sobre as necessidades dessa comunidade. A maioria dos técnicos-administrativos também não estava preparada, por falta de capacitação. A inclusão no ensino superior, portanto, representa um grande desafio para as ICES, que precisam adaptar seus espaços e processos para atender a essa demanda.

A análise também mostrou que, para muitos, a inclusão no ensino superior pode ser vista de forma equivocada, com a crença de que o ingresso é fácil para a comunidade surda devido ao apoio disponível. Isso pode criar expectativas irreais e dificultar a adaptação e o aprendizado. A falta de formação específica em Libras para os professores também foi apontada como um obstáculo, dificultando o processo de orientação e aprendizagem.

A pesquisa revelou a necessidade de uma formação específica no ensino superior para garantir o sucesso dos alunos surdos no mercado de trabalho. Por sua vez, o desenvolvimento regional beneficia-se da inclusão dessa comunidade, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

Em relação às oportunidades de melhoria, os professores indicaram que o maior desafio é acolher e ensinar os surdos, haja vista a falta de conhecimento sobre a educação bilíngue. Os surdos, por sua vez, destacaram a necessidade de maior preparo dos professores para atender às suas necessidades.

As Instituições Comunitárias de Ensino Superior da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias (ABRUC), conforme disponível no site, somam 68 instituições. No entanto, nem todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A maioria dessas 59 instituições não participou da pesquisa de coleta de dados. Percebe-se que, em maior número, houve a perda da oportunidade de responder sobre a importância da inclusão e do desenvolvimento regional para a comunidade surda. Apenas nove instituições comunitárias demonstraram interesse em responder aos questionários da dissertação, mas somente sete delas realizaram todos os processos, assinando e respondendo aos questionários. As outras duas instituições assinaram o TCLE, mas não responderam à coleta de dados. Quanto aos professores, apenas 31 responderam à pesquisa — um número muito baixo, considerando a quantidade de docentes nas instituições comunitárias.

Da mesma forma, há muitos estudantes surdos, tanto formados quanto em formação nas universidades. No entanto, na presente dissertação, apenas três surdos responderam aos questionários. Percebe-se uma falta de interesse, mesmo diante de todos os esforços possíveis da pesquisadora, que compartilhou amplamente a pesquisa com os surdos que conhece, reforçando a importância da coleta de dados e da inclusão. Isso posto, observa-se que se faz necessário melhorar a acessibilidade para a comunidade surda.

Como sugestão para estudos futuros, propõe-se investigar o mercado de trabalho nas áreas profissionais escolhidas, visando adquirir experiência, desenvolver habilidades e promover o crescimento profissional. Além disso, destaca-se a importância da continuidade dos estudos em universidades federais, a fim de aprofundar o conhecimento acadêmico por meio de cursos de idiomas e especializações nas áreas de formação.

Por fim, a pesquisa pode servir para diversificar o conhecimento e ampliar a visão sobre a importância de promover a inclusão no ensino superior para toda a coletividade, destacando a necessidade de aprofundamento sobre as diversas questões relacionadas a esse tema.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rodrigo Antonio Rodrigues. **A inserção socioprofissional de pessoas com deficiência (PCDs): estudo em uma instituição comunitária de ensino superior na região noroeste do RS.** 2023. Tese (Doutorado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social) – Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS (ABRUC). Site institucional. In: ABRUC. Brasília, DF, c2023. Disponível em: <https://www.abruc.org.br/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BALBINOT, Lílian. **A educação matemática crítica como abordagem para o ensino da estatística descritiva.** 2022. Dissertação (Mestrado em Docência para Ciências, Tecnologias, Engenharia e Matemática) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Guaíba, 2022. Disponível em: [https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2489/_dissertaacao_-_lailian_balbinot_\(1\).pdf?sequence=-1](https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2489/_dissertaacao_-_lailian_balbinot_(1).pdf?sequence=-1). Acesso em: 25 fev. 2024.

BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v.2, n. 37, p. 1-29, 2017.

BRASIL, **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). (Redação dada pela Lei nº 14.704, de 2023). Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL, Ministério de Saúde. **Biblioteca Virtual em Saúde.** Brasília, DF: Ministério de Saúde, 2023. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/category/informacao-para-a-saude/edicoes-2023/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 05 out 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013.** Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112881.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

BUENO, Leia Soares. **Acessibilidade e o cumprimento das normas jurídicas:** estudo de caso das unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Goiás. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

BURNETT, Annahid; MOTA, Leonardo de Araújo; SILVA, Emmanuella Faissalla Araujo da. O direito dos surdos: vozes da comunidade surda do município de Campina Grande na Paraíba. **Revista Direitos, trabalho e política social**, Cuiabá, v. 7, n. 13, p. 120-149, 2021.

Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/12032>. Acesso em: 27 set. 2023.

CARVALHO FILHA, Francidalma Soares Sousa *et al.* Inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior: desafios e perspectivas. **Revista de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais**, São Luís, v. 4, n. 2, p. 53-62, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/7765/4948>. Acesso em: 27 set. 2023.

CARVALHO, Maria Alcenir de; GUMBOWSKY, Argos. Políticas públicas e desenvolvimento regional: a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. **Revista Barú**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 114-134, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/7342/4114>. Acesso em: 18 set. 2024.

CHIARELLO, Ilze Salete. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do Proesde. **Revista de Extensão em Foco**, [s. l.], v.3, n.1, p. 240-257, 2015. Disponível em: <http://www.periodicosuniarp.com.br/extensao/article/view/774/346>. Acesso em: 26 set. 2023.

COQUEIRO, Flávia Thayná Tapajós. **Pessoas surdas**: uma relação entre a inserção ao trabalho formal e a “educação inclusiva”. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000926955&local_base=UFR01. Acesso em: 14 set. 2023.

COSTA, Michelle Karina Assunção. **As (d)eficiências na gestão de bibliotecas universitárias**: um olhar sobre a perspectiva da diversidade. 2022. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/49147/1/Michelle%20Karina%20Assuncao%20Costa_tese_12.12.2022.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

COSTA, Patricia Lessa Santos. Educação superior e desenvolvimento social no estado da Bahia: um estudo sobre as universidades estaduais baianas. **Revista Temporalis**, [s. l.], n. 23, p.171-204, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2662>. Acesso em: 27 set. 2023.

DIAS, Cristiane; SILVA, Eliane Vanildo da; GIANEZINI, Kelly. Universidade e políticas públicas: a história de implementação do programa de educação superior para o desenvolvimento regional (Proesde). **Revista de CIDU – Congresso Ibero-americano de Docência Universitária**, Santa Catarina, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivres/anais/cidu/assets/edicoes/2018/arquivos/36.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

DUARTE, Emerson Rodrigues *et al.* Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Revista Brasileira Educação Especial**, Juiz de Fora, v. 19, p. 289-300, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/vysNfqkGp33FbMDyzLwpVPC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2023.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odim. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v.1, n. 1, p. 85-94, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314544494_Desenvolvimento_regional_a_diversidade_regional_como_potencialidade. Acesso em: 27 set. 2023.

FELIPE, Tanya A. Políticas públicas para inserção da Libras na educação de surdos. Informativo Técnico-Científico Espaço (INES), Rio de Janeiro, n. 25/26, p. 33-47, jan.- dez. 2006. Disponível em: https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/INES_Revista_Espaco_2006.pdf#page=33. Acesso em: 14 out. 2024.

FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sérgio. Pesquisa aplicada: reflexões sobre conceitos e abordagens metodológicas. **Anuário de pesquisa**, [s. l.], 2017. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace%3B/bitstream/handle/10438/18700/A_pesquisa_aplicada_conceito_e_abordagens_metodologicas.pdf?sequence=6. Acesso em: 12 nov. 2023.

FREITAS, Simone Van Der Halen; FOSSATI, Paulo; KORTMANN, Gilca Maria Lucena. Inclusão de pessoas com deficiência (PCD) na educação superior: um olhar a partir das políticas de inclusão. In: GIANEZINI, Kelly; GROSS, Jacson (org.). **Estudos Contemporâneos em Ciências Jurídicas e Sociais**. Florianópolis: Dois Por Quatro; Criciúma: UNESC, 2017. p. 79-97.

FRÖHLICH, Sandro. Reflexões sobre a liberdade: uma perspectiva a partir de Amartya Sen. **Controvérsia**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 23-31, 2013. Disponível em: <http://joaoalvesteixeiraneto.adv.br/pdf/artigosandro1.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024

GOERCK, Cleonice Sabine. **Implementação da política de acessibilidade comunicativa: o segmento televisivo em canais abertos de veiculação estadual**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2499>. Acesso em: 14 set. 2023.

GOMES, Christianne Rocha; SILVA, Joilson Pereira da; SOUZA, Rita de Cácia Santos. Educação inclusiva de estudantes surdos na Universidade Federal de Sergipe. **Revista Docência Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 61-76, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/2390>. Acesso em: 22 set. 2023.

GUIMARÃES, Maria Cecília Alvim *et al.* **Trajetórias escolares de pessoas com deficiência e as políticas de educação inclusiva 2008-2018: da educação básica ao ingresso por cotas na UFMG**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/58322/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Trajet%C3%B3rias%20-%20Conclu%C3%ADda%20-%20MCeciliaAG.pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.

GUIMARÃES, Nilza Nascimento *et al.* Difficulties encountered by hearing impaired students, teachers and interpreters of the Brazilian Sign Language in teaching-learning human anatomy in higher education courses. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 9, n. 6,

p. e149963478, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3478>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GUMBOWSKY, Argos *et al.* Educação e desenvolvimento regional: a Unesco e as interseções com o desenvolvimento regional. **Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Santa Catarina, v. 22, n. 2, p. 79-83, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/index.php/interacao/article/view/371>. Acesso em: 27 set. 2023.

JOCA, Terezinha Teixeira; ALMEIDA, Natália do Santos. Educação de surdos: o difícil caminho da educação infantil ao ensino superior. **Revista de Centro de estudos Latino-americanos de Educação Inclusiva**, Fortaleza, p 74-87, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5068167>. Acesso em: 26 set. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2004.

LARA, Julio Cezar; CARNIELLO, Monica Franchi. Desenvolvimento regional e a expansão do ensino superior público: o caso da Universidade do Estado de Mato Grosso. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 52-58, 2018. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/3568>. Acesso em: 29 out. 2024.

LEMO, Simone. Mais de 10 milhões de brasileiros apresentam algum grau de surdez. In: JORNAL da USP. São Paulo, 21 ago. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/mais-de-10-milhoes-de-brasileiros-apresentam-algum-grau-de-surdez/#:~:text=Dados%20do%20IBGE%20>. Acesso em: 10 out. 2024.

LIRA, Darlene Seabra de. Política pública de educação bilíngue (Libras/Português) em Santarém - Pará: o que sinalizam os surdos. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/bitstream/123456789/782/1/Diissertacao_Pol%C3%ADticaP%C3%ABblicaDeEduca%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

LÜCKMANN, Luiz Carlos; CIMADON, Aristides. A dimensão pública das instituições de educação superior comunitárias. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 7, n. 12, p. 67-80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/5447>. Acesso em: 07 fev. 2024.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n.2 p. 51-56, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2023.

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**, Paraná, v. 5, n. 2, p.1-16, 2015. Disponível em: <https://themaetscientia.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/671/764>>. Acesso em: 27 set. 2023.

MANSUR, Raquel Coan. **Perfil de idosos com perda auditiva atendidos em um serviço público de referência do Espírito Santo, Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10428498. Acesso 14 set. 2023.

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Fiepke. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. **Revista de Trauma**, Santa Maria, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/26199/17003>. Acesso em: 22 set. 2023.

MARCONCIN, Loraine *et al.* O olhar do surdo: traduzindo as barreiras no ensino superior. **Ensaios Pedagógicos**, Curitiba, p. 1-12, jun. 2013. Disponível em: https://www.opet.com.br/faculdade/revista-engenharias/pdf/_old/n5/artigo-priscila.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

MARTINS, Diléia Aparecida; LEITE, Lúcia Pereira; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. **Revista de Política Pública Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 984-1014, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/kthK5F8TxS7Q49BpLnJLFvp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2023.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; NAPOLITANO, Carlo José. Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior. **Revista Educar**, Curitiba, v. 33, n. 3, p. 107-126, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/wyfhXhGzM5dyxfPCSXq8Vph/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2023.

MATTEDI, Marcos Antônio. Pensando com o desenvolvimento regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, p. 75-127, 2014. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/swr8b/pdf/sousa-9786586221688.pdf#page=76>. Acesso em: 27 set. 2023.

MÁXIMO, Mário. Desenvolvimento sem liberdade: uma análise crítica do pensamento de Amartya Sen. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 8, n. 13, p. 57-67, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/viewFile/137/138>. Acesso em: 07 fev. 2024.

MEHO, Lokman I. E-mail interviewing in qualitative research: a methodological discussion. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 57, n. 10, p. 1284-1295, 2006. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/asi.20416>. Acesso em 17 nov. 2023.

MENDES, Hernestina da Silva Fiaux; BASTOS, Camen Célia Barradas Correia. Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná. **Revista de Educação Especial**, [s. l.], v. 29, n. 54, p. 189-202, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17215/pdf>. Acesso em: 27 set. 2023

MENEZESA, Divino Barcelos de; CARNIELL, Monica Franchi. A participação das instituições de ensino superior de mineiros enquanto agências de fomento de capital social no desenvolvimento regional. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina, v. 17, n. 1, p.30-36, 2016. Disponível em:

<https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/3454>. Acesso em: 27 set. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, Antônio Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, 2018, n. 40, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/349/34958005002/34958005002.pdf>. Acesso em: 04 maio 2024.

MORAIS, Ana Radig Denne Lobão. **O depoimento especial judicial de crianças e adolescentes vítimas de violência com deficiência auditiva no estado do Pará**: Comarcas de Belém, Ananindeua e Chaves. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional) – Centro Universitário do Estado do Pará, Belém, 2020.

Disponível em:

<http://repositorio.cesupa.br:8080/jspui/bitstream/prefix/167/1/Ana%20Radig%20Denne%20Lob%20C3%A3o%20Morais.pdf> Acesso em: 20 set. 2023.

MOZETTI, Rita Marta. O desenvolvimento como liberdade de Sen, a Educação Libertadora de Freire e o desenvolvimento humano: diálogo entre Sen, Freire e a Educação para o século XXI. **CAMINE: Caminhos da Educação**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 75-93, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/19539/mod_resource/content/2/CHY%20-%20Sen%20-%20Aula%208.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.

NASCIMENTO, Josilene Fernandes Monteiro de Souza do. Deficiência auditiva no ensino superior: a formação do professor como intérprete em Libras na educação inclusiva. **Revista de Ciências da Educação**, Braga, p. 1-175, 2019. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/28883/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado_Josilene%20Nascimento.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

PAIM, Janir de Quadra; YAMAGUCHI, Cristina Keiko. Papel do triple hélix nas universidades comunitárias de ensino superior de Santa Catarina. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 5., 2016, Criciúma. **Anais [...]**. Criciúma: Unesc, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/seminariooca/article/view/3171>. Acesso em: 13 out. 2024.

PANSIERI, Flávio. Liberdade como desenvolvimento em Amartya Sen. **Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 453-479, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Pauline/Downloads/admin,+liberdadeFlavio%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Pauline/Downloads/admin,+liberdadeFlavio%20(1).pdf). Acesso em: 07 fev. 2024

PORTUGUEZ, Andreson Pereira. Agroturismo e desenvolvimento regional. **Revista de Barlavento**, Jardim, p. 1-317, 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5gtKEAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA26&dq=a+importacia+para+as+peessoas+do+desenvolvimento+regional.&ots=1_cnJ-8GZY&sig=F9SJ_15BarSeGRTYg5DPxBB3SZM#v=onepage&q=a%20importacia%20para%20as%20peessoas%20do%20desenvolvimento%20regional.&f=false. Acesso em: 27 set. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo:

Editora Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso: 06 nov. 2023.

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; CEBOLÃO, Karla Azevedo. Amartya Sen e o direito à educação para o desenvolvimento humano. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, Maranhão, v. 3, n. 2 p. 88-104, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/inHN7>. Acesso em: 29 fev. 2024.

RIBEIRO, Bruna Souza; CABELLO, Janaina; LINS, Heloísa A. Matos. Direito à participação política da comunidade surda brasileira: informação e comunicação na garantia de cidadania. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 20, p. 320-335, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3638>. Acesso em: 02 out. 2023.

ROSA, Silvio Faccin da. **Políticas públicas e para esporte: a inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte no município de Chapecó**. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2021.

ROTA JÚNIOR, C. Ensino superior e desenvolvimento regional: os discursos produzidos em prol do desenvolvimento regional por ocasião da implantação de Fundação Universidade Norte-Mineira, na cidade de Montes Claros - MG. In: FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO, 2., 2008, Montes Claros. **Anais [...]**. Montes Claros: Unimontes, 2008.

ROTA JÚNIOR, César; IDE, Maria Helena de Souza. Ensino superior e desenvolvimento regional: o Norte de Minas Gerais na década de 1960. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 21, n. 64, p. 143-164, jan.-mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/TdKMLMNRyBqv5zRXzBpgDVb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SANTANA, Danielly Aparecida de Souza Carvalho. **A acessibilidade em edifícios e em espaços públicos tombados na cidade de Goiás - estado de Goiás: obras do PAC Cidades Históricas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; OLIVEIRA, Syham Kafka Vitorino. Diálogo com a cultura surda e a inclusão no ensino superior: avaliação e proposição. **Revista de Holos**, Caicó, v. 5, p. 131-143, 2014. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1564>. Acesso em: 22 set. 2023

SANTOS, Pricila Kohls dos; DANTAS, Nozângela Maria Rolim. Tecnologias assistivas e a inclusão do estudante surdo na educação superior. **Revista Internacional Educação Superior**, Campinas, v. 3, n. 3, p. 494-514, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650620>. Acesso em: 27 set. 2023.

SEDDON, Danielle Santos do Nascimento; LINO, Leandro de Souza. Aspectos da educação no desenvolvimento regional. **Revista Ifes Ciência**, [s. l.], v. 7, n. 2, p.1-28, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/1165>. Acesso em: 27 set. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. [S. l.]: Companhia de Bolso, 2018.

SEVERINO, Sally K. *et al.* High nocturnal body temperature in premenstrual syndrome and late luteal phase dysphoric disorder. **The American Journal of Psychiatry**, [s. l.], v. 148, n. 10, p. 1329-1335, out. 1991. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Stephen-Hurt-3/publication/21257601_High_nocturnal_body_temperature_in_premenstrual_syndrome_and_late_luteal_phase_dysphoric_disorder/links/09e415048ee4b48943000000/High-nocturnal-body-temperature-in-premenstrual-syndrome-and-late-luteal-phase-dysphoric-disorder.pdf Acesso em: 13 set. 2024.

SILVA, Adriana do Socorro Tavares. **Inclusão de estudantes com deficiência visual nos institutos federais**: um estudo comparado entre o Instituto Federal do Amapá e o Instituto Federal de Brasília. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2022. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/44389/1/2022_AdrianadoSocorroTavaresSilva.pdf Acesso em: 10 ago. 2024.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Edson Pereira da; QUINTAIROS, Paulo César Ribeiro; ARAÚJO, Elvira Aparecida Simões de. Educação e desenvolvimento. **Revista Latino-americana de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 42-57, 2013, Disponível em: <https://www.lajbm.com.br/index.php/journal/article/view/169/88>. Acesso em: 27 set. 2023.

SILVA, Emmanuella Faissalla Araújo da. **Acessibilidade para pessoas surdas no desenvolvimento de Campina Grande-PB**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2020. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/3677/2/DISS-%20Emmanuella%20Faissalla%20Ara%C3%BAjo%20da%20Silva.pdf> Acesso em: 27 set. 2023.

SILVA, Jackeline Susann Souza da. **Acessibilidade, barreiras e superação**: estudo de caso de experiências de estudantes com deficiência na educação superior. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4801/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SILVA, João Oliveira Correia. Amartya Sen: “Desenvolvimento como Liberdade. 2010. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia do Porto, Porto, 2010. Disponível em: https://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

SILVA, Jorge Antonio Santos; SILVA, Ozana Rebouças. Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento local: as transformações no município de Cachoeira (BA) após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p. 209-232, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552064521011/552064521011.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

SILVA, Lidiane Ramos da *et al.* **Políticas de inclusão na educação superior**: acesso e permanência de pessoas com deficiência na UFPB. 2017. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9366/2/arquivoitotal.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

SOUSA, Flávio Eliziario; FREIESLEBEN, Mariane. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Revista da FAE**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 163-178, 2018. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/571>. Acesso em: 27 set. 2023.

SOUZA, Donizeti Leandro de *et al.* Acesso à educação superior e desenvolvimento regional: como esses construtos se relacionam? **Revista de Gestão e Regionalidade**, [s. l.], v. 30, n. 89, p. 75-87, 2014. Disponível em:

https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2265/1579. Acesso em: 26 set. 2023.

TEIXEIRA, Juliana de Araujo Machado. **Política pública de inclusão**: a realidade dos alunos surdos no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em:

<https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/2253dd48fb86a1193c183d4958e10e8f.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

TELES, Ana Maria. O desenvolvimento regional e a educação tecnológica a partir da temática da educação. **Revista de Comunicação, tecnologias e sociabilidades**, [s. l.], p. 13-32, 2021.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 3, p. 43-74, 2020. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/swr8b/pdf/sousa-9786586221688.pdf#page=44>. Acesso em: 27 set. 2023.

TONINI, Hernanda; LOPES, Marta Júlia Marques. Pessoas com Deficiência em Áreas Rurais da Metade Sul do RS. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 180-195, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/5744>. Acesso em: 27 set. 2023.

VIEIRA, D. J. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes; BRANDÃO, Carlos Antônio (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. 1. ed. Brasília, DF: IPEA, 2017. p. 277-305.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, [s. l.], v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 17 nov. 2023.

WENTROBA, Jaíne; BOTELHO, Louise de Lira Roedel. A teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e o direito a educação. **Orbis Latina**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 04-04, 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/2967>. Acesso em: 07 fev. 2024.

WERLE, Denilson Luis. A ideia de justiça e a prática da democracia. **Novos estudos CEBRAP**, [s. l.], p. 153-161, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/fYxZrtrD5pgmyJpdPjDy93R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 fev. 2024.

ZANIN, Antonio. **Definição de painel de indicadores de desempenho para instituições comunitárias de ensino superior**. 2014. Tese (Doutorado em Engenharia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/101176/000930606.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 nov. 2024.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa que tem como tema a Inclusão dos surdos no ensino superior como elemento de promoção do desenvolvimento regional desenvolvida pela mestranda Pauline Webber, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação da professora Dra. Moema Pereira Nunes.

O objetivo central do estudo é analisar como promover a inclusão da comunidade surda no ensino superior de forma a contribuir para o desenvolvimento regional. Este estudo justifica-se devido à necessidade de inclusão das pessoas com deficiência auditiva no ensino superior para que, qualificados, possam contribuir com o Desenvolvimento Regional nas comunidades onde estão inseridos.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

A pesquisadora compromete-se com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e com a privacidade da identidade dos participantes, e não fará uso dessas informações para outras finalidades, sendo obtido qualquer dado que possa identificá-lo na divulgação da pesquisa. Somente após a análise dos dados obtidos é que será divulgado o resultado coletivo referente ao estudo realizado.

Se houver algum dano comprovadamente decorrente da presente pesquisa, você estará amparado pela Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A sua participação consistirá em responder perguntas enviadas por e-mail, que tem como finalidade esclarecer os objetivos.

As respostas serão armazenadas em arquivos digitais. Somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua professora orientadora.

Os resultados desta pesquisa serão publicados na forma de dissertação e será examinada perante banca avaliadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 510/2016 e orientações do CEP/FACCAT e com o fim deste prazo, serão descartados.

O benefício indireto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa resultará em aprofundamento da temática sobre a inclusão de pessoas com deficiências na sociedade é um tema importante para o desenvolvimento regional que poderá acarretar outros estudos.

O presente estudo apresenta riscos mínimos relacionados ao possível desconforto ao lhe fazer algumas perguntas pertinentes ao tema. Mas, se eventualmente isso ocorrer, você poderá se manifestar para a acadêmica e sua orientadora conforme explicitado neste termo.

Se você tiver perguntas com relação a seus direitos ou questões éticas como participante deste estudo, você também pode contar com um contato imparcial junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faccat, situado no 2º piso do Prédio administrativo – Campus das Faculdades Integradas de Taquara.

Desde já agradeço sua disponibilidade na participação deste trabalho e coloco-me à disposição para quaisquer informações adicionais que possam ser necessárias. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar informações sobre sua participação ou sobre a pesquisa a pesquisadora. Este termo deverá ser assinado em duas vias, todas as páginas deverão ser rubricadas, uma fica com você e a outra deve ser entregue à pesquisadora.

Pesquisadora: Pauline Webber

Tel.: 51 996896014

E-mail: paulinewebber@sou.faccat.br

Professora orientadora: Profa. Dra. Moema Pereira Nunes

Tel.: 51 991250923

E-mail: moemanunes@faccat.br

_____ / ____ / ____
 (Assinatura do participante) Dia mês ano

 (Nome do participante)

_____ / ____ / ____
 (Assinatura da pesquisadora) Dia mês ano

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas a ser aplicado aos gestores das ICES

1. Por favor, você poderia nos contar qual a sua formação e como foi a sua trajetória profissional?
2. Há quanto tempo você atua com inclusão de estudantes no ensino superior na ICES onde você está atualmente? Você já atuava com inclusão anteriormente?
3. Quais são as suas atribuições na ICES atualmente?
4. Você poderia nos apresentar como a ICES onde você atua está estruturada para a inclusão de estudantes surdos?
5. Existe um setor responsável pelas atividades de inclusão? Como ele atua?
6. Existe suporte tecnológico para o apoio à inclusão dos estudantes surdos?
7. A ICES possui equipe de intérpretes contratada ou são terceirizados?
8. A instituição oferece formação em Libras para professores e técnicos-administrativos?
9. Na instituição tem professores que sabem Libras?
10. Como é a acessibilidade dos surdos no vestibular e/ou processo seletivo?
11. Quais são as dificuldades que você identifica para o acesso dos surdos ao ensino superior?
12. E com relação à permanência, quais são as dificuldades que você identifica?
13. Você considera que os professores estão preparados para atender aos estudantes surdos? Eles recebem qualificação e apoio para ensinar estudantes surdos? Como funciona?
14. Você considera que os técnicos administrativos estão preparados para atender aos estudantes surdos? Eles recebem qualificação e apoio para ensinar estudantes surdos? Como funciona?
15. A inclusão do ensino superior é um desafio para a ICES onde você atua? Por quê?
16. Na sua opinião, quais as dificuldades para promover a inclusão no ensino superior? Por quê?
17. Como você acha que poderiam ser melhoradas as condições de acesso e permanência dos surdos no ensino superior em termos de estrutura?
18. Que tipo adaptação poderia facilitar o processo de aprendizagem dos surdos no ensino superior?
19. O que você acha que poderia ser feito para ajudar os profissionais (professores e técnicos administrativos) para a inclusão dos surdos em sala de aula?

20. Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar o processo de aprendizagem dos surdos nas disciplinas de graduação?
21. Na sua visão, quais são as contribuições da formação superior para o surdo?
22. Você considera que a formação superior dos surdos ajuda a reduzir o capacitismo na sociedade?
23. Você considera que a educação inclusiva contribui para o desenvolvimento regional?
24. Você considera que pedagogia bilíngue é importante para o desenvolvimento regional?

APÊNDICE C – Questionários para os professores do ICES

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa que tem como tema a Inclusão dos surdos no ensino superior como elemento de promoção do desenvolvimento regional desenvolvida pela mestrandia Pauline Webber, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação da professora Dra. Moema Pereira Nunes.

O objetivo central do estudo é analisar como promover a inclusão da comunidade surda no ensino superior de forma a contribuir para o desenvolvimento regional. Este estudo justifica-se devido à necessidade de inclusão das pessoas com deficiência auditiva no ensino superior para que, qualificados, possam contribuir com o Desenvolvimento Regional nas comunidades onde estão inseridos.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

A pesquisadora compromete-se com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e com a privacidade da identidade dos participantes, e não fará uso dessas informações para outras finalidades, sendo obtido qualquer dado que possa identificá-lo na divulgação da pesquisa. Somente após a análise dos dados obtidos é que será divulgado o resultado coletivo referente ao estudo realizado.

Se houver algum dano, comprovadamente decorrente da presente pesquisa você estará amparado pela Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A sua participação consistirá em responder perguntas enviadas por e-mail, que tem como finalidade esclarecer os objetivos.

As respostas serão armazenadas em arquivos digitais. Somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua professora orientadora.

Os resultados desta pesquisa serão publicados na forma de dissertação e será examinada perante banca avaliadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 510/2016 e orientações do CEP/FACCAT e com o fim deste prazo, serão descartados.

O benefício indireto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa resultará em aprofundamento da temática sobre a inclusão de pessoas com deficiências na sociedade é um tema importante para o desenvolvimento regional que poderá acarretar outros estudos.

O presente estudo apresenta riscos mínimos relacionados ao possível desconforto ao lhe fazer algumas perguntas pertinentes ao tema. Mas, se eventualmente isso ocorrer, você poderá se manifestar para a acadêmica e sua orientadora conforme explicitado neste termo.

Se você tiver perguntas com relação a seus direitos ou questões éticas como participante deste estudo, você também pode contar com um contato imparcial junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faccat, situado no 2º piso do Prédio administrativo – Campus das Faculdades Integradas de Taquara.

Desde já agradeço sua disponibilidade na participação deste trabalho e coloco-me à disposição para quaisquer informações adicionais que possam ser necessárias. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar informações sobre sua participação ou sobre a pesquisa a pesquisadora.

Pesquisadora: Pauline Webber

Tel.: 51 996896014

E-mail: paulinewebber@sou.faccat.br

Professora orientadora: Profa. Dra. Moema Pereira Nunes

Tel.: 51 991250923

E-mail: moemanunes@faccat.br

Estou de acordo em participar da pesquisa:

sim

não

Você é docente em uma instituição de ensino superior:

comunitária

pública

privada

Há quanto tempo você atua no ensino superior:

menos de 5 anos

entre 6 e 10 anos

entre 11 e 20 anos

mais de 20 anos

Você já teve algum estudante surdo em disciplina de graduação?

sim

não

Para as afirmações a seguir, por favor indique o seu nível de concordância sendo 1-discordo totalmente, 2-discordo parcialmente, 3-Nem concordo, nem discordo, 4-concordo parcialmente e 5-concordo totalmente.

	1	2	3	4	5
A instituição na qual atuo tem uma estrutura adequada para a inclusão de estudantes surdos.					
A instituição na qual atuo disponibiliza intérprete nas atividades dos estudantes surdos					
Recebi capacitação para atividades de ensinos junto a estudantes surdos.					
Recebi capacitação específica em Libras para me comunicar com estudantes surdos.					
Acredito que os estudantes surdos têm dificuldade de acesso ao ensino superior.					
Acredito que os estudantes surdos têm dificuldade de permanência no ensino superior.					
Sinto-me preparado para ensinar acadêmicos surdos.					
Sinto-me preparado para apoiar os estudantes surdos a permanecerem no ensino superior.					

Sinto falta de capacitações para acolher e ensinar aos acadêmicos surdos.					
Sinto falta de intérpretes para me comunicar com os estudantes surdos.					
Acredito que recursos tecnológicos poderiam melhorar a interação com os estudantes surdos.					
Acredito que capacitações em Libras poderiam melhorar a interação com os estudantes surdos.					
Acredito que a formação superior ajuda na inserção dos surdos na sociedade.					
Acredito que a formação superior ajuda na redução do preconceito com os surdos na sociedade.					
Acredito que a formação superior é uma forma de ampliar a liberdade dos surdos para construção de seus futuros.					

APÊNDICE D – Questionários para os estudantes surdos do ICES

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa que tem como tema a Inclusão dos surdos no ensino superior como elemento de promoção do desenvolvimento regional desenvolvida pela mestrandia Pauline Webber, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação da professora Dra. Moema Pereira Nunes.

O objetivo central do estudo é analisar como promover a inclusão da comunidade surda no ensino superior de forma a contribuir para o desenvolvimento regional. Este estudo justifica-se devido à necessidade de inclusão das pessoas com deficiência auditiva no ensino superior para que, qualificados, possam contribuir com o Desenvolvimento Regional nas comunidades onde estão inseridos.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

A pesquisadora compromete-se com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e com a privacidade da identidade dos participantes, e não fará uso dessas informações para outras finalidades, sendo obtido qualquer dado que possa identificá-lo na divulgação da pesquisa. Somente após a análise dos dados obtidos é que será divulgado o resultado coletivo referente ao estudo realizado.

Se houver algum dano, comprovadamente decorrente da presente pesquisa você estará amparado pela Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A sua participação consistirá em responder perguntas enviadas por e-mail, que tem como finalidade esclarecer os objetivos.

As respostas serão armazenadas em arquivos digitais. Somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua professora orientadora.

Os resultados desta pesquisa serão publicados na forma de dissertação e será examinada perante banca avaliadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 510/2016 e orientações do CEP/FACCAT e com o fim deste prazo, serão descartados.

O benefício indireto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa resultará em aprofundamento da temática sobre a inclusão de pessoas com deficiências na sociedade é um tema importante para o desenvolvimento regional que poderá acarretar outros estudos.

O presente estudo apresenta riscos mínimos relacionados ao possível desconforto ao lhe fazer algumas perguntas pertinentes ao tema. Mas, se eventualmente isso ocorrer, você poderá se manifestar para a acadêmica e sua orientadora conforme explicitado neste termo.

Se você tiver perguntas com relação a seus direitos ou questões éticas como participante deste estudo, você também pode contar com um contato imparcial junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faccat, situado no 2º piso do Prédio administrativo – Campus das Faculdades Integradas de Taquara.

Desde já agradeço sua disponibilidade na participação deste trabalho e coloco-me à disposição para quaisquer informações adicionais que possam ser necessárias. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar informações sobre sua participação ou sobre a pesquisa a pesquisadora.

Pesquisadora: Pauline Webber

Tel.: 51 996896014

E-mail: paulinewebber@sou.faccat.br

Professora orientadora: Profa. Dra. Moema Pereira Nunes

Tel.: 51 991250923

E-mail: moemanunes@faccat.br

Estou de acordo em participar da pesquisa:

sim

não

Com relação à formação superior, qual a sua situação:

- estou cursando um curso superior
- já concluí minha formação superior (graduação)
- outra.

A instituição onde você estuda é:

- comunitária
- pública
- privada

Para as afirmações a seguir, por favor indique o seu nível de concordância sendo 1- discordo totalmente, 2-discordo parcialmente, 3-Nem concordo, nem discordo, 4-concordo parcialmente e 5-concordo totalmente.

	1	2	3	4	5
A instituição na qual estudo tem uma estrutura adequada para a inclusão de estudantes surdos.					
A instituição na qual estudo disponibiliza intérprete em todas as atividades que preciso.					
Tive dificuldade de acesso ao ensino superior ao realizar o processo seletivo.					
Tenho dificuldades de permanência no ensino superior por falta de estrutura.					
Tenho dificuldades de permanência no ensino superior por falta de disponibilidade de intérpretes para me acompanhar nas atividades.					
Tenho dificuldades de permanência no ensino superior porque os professores não estão preparados para atender estudantes surdos.					
Acredito que os professores precisam de maior preparo para o atendimento de alunos surdos.					
Acredito que a maior oferta de intérpretes poderia melhorar a minha interação com os professores e colegas.					
Acredito que recursos tecnológicos poderiam melhorar a minha interação com os professores e colegas.					

Acredito que capacitações em Libras para professores, técnicos-administrativos e outros alunos (ouvintes) poderiam melhorar a interação com os estudantes surdos.					
Acredito que a formação superior ajuda a minha inserção na sociedade.					
Acredito que a formação superior ajuda na redução do preconceito com os surdos na sociedade.					
Acredito que a formação superior é uma forma de ampliar a liberdade dos surdos para construção de seus futuros.					